



**FL**  **ENE**



**Contas  
Consolidadas,  
Individuais e  
Anexos às Contas**

# Anexo III a) – Demonstrações Financeiras – Consolidadas

## Índice

Demonstração da posição financeira consolidada	4
Demonstração dos resultados e do rendimento integral consolidados	5
Demonstração consolidada das alterações no capital próprio	6
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa	7
Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2023	8
1. Nota introdutória	8
2. Políticas contábilísticas significativas, estimativas e julgamentos	10
3. Impacto resultante da aplicação de novas normas ou alterações às normas IFRS	12
4. Informação por segmentos	13
5. Ativos tangíveis	16
6. Ativos intangíveis	19
7. Direitos de uso de ativos e responsabilidades por locações	21
8. Subsídios	24
9. <i>Goodwill</i>	25
10. Participações financeiras em associadas	26
11. Inventários	26
12. Clientes e outras contas a receber	27

13. Outros ativos financeiros	31
14. Caixa e seus equivalentes	31
15. Dívida financeira	31
16. Fornecedores e outras contas a pagar	35
17. Imposto sobre o rendimento	36
18. Responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios	38
19. Provisões	43
20. Instrumentos financeiros – derivados	45
21. Ativos e passivos financeiros	45
22. Gestão de riscos financeiros	47
23. Capital próprio	49
24. Interesses que não controlam	50
25. Proveitos operacionais	51
26. Custos operacionais	55
27. Custos com o pessoal	56
28. Proveitos e custos financeiros	57
29. Ativos e passivos contingentes e garantias prestadas	57
30. Partes relacionadas	59
31. Empresas no Grupo Floene	61
32. Eventos subsequentes	62
33. Aprovação das demonstrações financeiras	63

## Demonstração da posição financeira consolidada

### Demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022

(Montantes expressos em milhares de Euros - € k)

Ativo	Notas	2023	2022
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos tangíveis	5	454	445
Goodwill	9	2 275	2 275
Ativos intangíveis	6	1 120 442	1 127 729
Direitos de uso de ativos	7	10 279	11 078
Ativos por impostos diferidos	17	11 416	14 364
Outras contas a receber	12	28 077	20 055
Outros ativos financeiros	13	3	3
<b>Total de ativos não correntes</b>		<b>1 172 946</b>	<b>1 175 950</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	11	1 209	1 200
Clientes	12	10 565	9 260
Outras contas a receber	12	63 470	62 025
Imposto corrente sobre o rendimento a receber	17	4 921	-
Caixa e seus equivalentes	14	79 505	87 523
<b>Total dos ativos correntes</b>		<b>159 670</b>	<b>160 009</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1 332 616</b>	<b>1 335 959</b>

(Montantes expressos em milhares de Euros - € k)

Capital Próprio e Passivo	Notas	2023	2022
<b>Capital próprio</b>			
Capital social	23	89 529	89 529
Prestações acessórias	23	21 588	19 516
Reservas	23	13 223	13 037
Resultados acumulados		113 152	111 206
<b>Total do capital próprio atribuível aos acionistas</b>		<b>237 493</b>	<b>233 289</b>
Interesses que não controlam	24	22 088	21 089
<b>Total do capital próprio</b>		<b>259 581</b>	<b>254 378</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Dívida financeira	15	599 896	72 337
Responsabilidades por locações	7	9 923	10 610
Outras contas a pagar	16	181 310	190 144
Responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios	18	44 441	47 130
Passivos por impostos diferidos	17	18 588	18 755
Provisões	19	84 060	81 069
<b>Total do passivo não corrente</b>		<b>938 219</b>	<b>420 046</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Dívida financeira	15	71 444	601 042
Responsabilidades por locações	7	1 093	1 110
Fornecedores	16	10 683	8 445
Outras contas a pagar	16	51 597	47 381
Imposto corrente sobre o rendimento a pagar	17	-	3 557
<b>Total do passivo corrente</b>		<b>134 817</b>	<b>661 535</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>1 073 035</b>	<b>1 081 581</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>1 332 616</b>	<b>1 335 959</b>

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração da posição financeira consolidada e devem ser lidas em conjunto.

## Demonstração dos resultados e do outro rendimento integral consolidados

### Demonstração dos resultados e do outro rendimento integral consolidados para os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022

(Montantes expressos em milhares de Euros - € k)

	Notas	2023	2022
Vendas	25	6 188	3 842
Prestação de serviços	25	161 127	155 515
Outros proveitos operacionais	25	43 613	47 499
Proveitos financeiros	25 e 28	6 640	130
<b>Total de proveitos e ganhos</b>		<b>217 568</b>	<b>206 986</b>
Custo das vendas	26	(4 525)	(2 566)
Fornecimentos e serviços externos	26	(42 483)	(40 979)
Custos com o pessoal	27	(25 602)	(22 477)
Amortizações, depreciações e perdas por imparidade de ativos fixos e direitos de uso de ativos	26	(49 446)	(48 570)
Provisões	19 e 26	272	(597)
Perdas por imparidade de contas a receber	12 e 26	(1 148)	(87)
Outros custos operacionais	26	(34 547)	(38 481)
Custos financeiros	26 e 28	(29 490)	(11 254)
<b>Total de custos e perdas</b>		<b>(186 969)</b>	<b>(165 011)</b>
<b>Resultado antes de impostos e outras contribuições</b>		<b>30 599</b>	<b>41 974</b>
Imposto sobre o rendimento	17	(8 299)	(10 676)
Contribuição extraordinária sobre o setor energético	19	(5 275)	(11 479)
<b>Resultado líquido consolidado do exercício</b>		<b>17 025</b>	<b>19 819</b>
<b>Resultado líquido atribuível a:</b>			
<b>Acionistas da Floene Energias, S.A.</b>		<b>15 976</b>	<b>18 942</b>
<b>Interesses que não controlam</b>	<b>24</b>	<b>1 049</b>	<b>877</b>
<b>Resultado básico e diluído por ação (valor em Euros)</b>		<b>0,18</b>	<b>0,21</b>
<b>Resultado líquido consolidado do exercício</b>		<b>17 025</b>	<b>19 819</b>
<b>Itens que no futuro não serão reciclados por resultados do exercício</b>			
Remensurações - benefícios de reforma	18	1 187	12 449
Imposto relacionado com os ganhos e perdas atuariais	17 e 18	(31)	(2 138)
<b>Total de outro rendimento integral</b>		<b>1 156</b>	<b>10 310</b>
<b>Total do rendimento integral do exercício, atribuível a:</b>		<b>18 181</b>	<b>30 130</b>
<b>Acionistas da Floene Energias, S.A.</b>		<b>17 132</b>	<b>29 253</b>
<b>Interesses que não controlam</b>		<b>1 049</b>	<b>877</b>

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos resultados e do outro rendimento integral consolidados e devem ser lidas em conjunto.

## Demonstração consolidada das alterações no capital próprio

Demonstração consolidada das alterações no capital próprio para os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Montantes expressos em milhares de Euros - € k)

	Notas	Capital social	Prestações acessórias	Reservas	Resultados acumulados	Sub-Total	Interesses que não controlam (Nota 24)	Total
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2022</b>		<b>89 529</b>	<b>19 516</b>	<b>12 080</b>	<b>97 911</b>	<b>219 036</b>	<b>20 200</b>	<b>239 236</b>
Resultado líquido consolidado do exercício		-	-	-	18 942	18 942	877	19 819
Outro rendimento integral	18	-	-	-	10 310	10 310	-	10 310
<b>Rendimento integral do exercício</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>29 253</b>	<b>29 253</b>	<b>877</b>	<b>30 130</b>
Distribuição de dividendos		-	-	-	(15 000)	(15 000)	-	(15 000)
Incremento/diminuição de reservas		-	-	957	(957)	-	12	12
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>89 529</b>	<b>19 516</b>	<b>13 037</b>	<b>111 206</b>	<b>233 289</b>	<b>21 089</b>	<b>254 378</b>
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2023</b>		<b>89 529</b>	<b>19 516</b>	<b>13 037</b>	<b>111 206</b>	<b>233 289</b>	<b>21 089</b>	<b>254 378</b>
Resultado líquido consolidado do exercício		-	-	-	15 976	15 976	1 049	17 025
Outro rendimento integral	18	-	-	-	1 156	1 156	-	1 156
<b>Rendimento integral do exercício</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>17 132</b>	<b>17 132</b>	<b>1 049</b>	<b>18 181</b>
Distribuição de dividendos	23	-	-	-	(15 000)	(15 000)	-	(15 000)
Incremento/diminuição de reservas	23	-	-	186	(186)	-	(50)	(50)
Constituição de prestações acessórias	23	-	2 072	-	-	2 072	-	2 072
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>89 529</b>	<b>21 588</b>	<b>13 223</b>	<b>113 152</b>	<b>237 493</b>	<b>22 088</b>	<b>259 581</b>

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada das alterações no capital próprio e devem ser lidas em conjunto.

## Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

### Demonstração consolidada dos fluxos de caixa para os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Montantes expressos em milhares de Euros - € k)

	Notas	2023	2022
<b>Atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes		221 012	226 193
(Pagamentos) a fornecedores		(66 164)	(56 997)
(Pagamentos) relativos a pessoal		(28 733)	(30 223)
(Pagamento) de imposto sobre o valor acrescentado (IVA)		(28 344)	(28 709)
(Pagamentos) de imposto sobre o rendimento	17	(14 021)	(8 106)
(Pagamento) de taxas de ocupação do subsolo		(18 637)	(17 323)
(Pagamento líquido) de contribuição extraordinária sobre o setor energético	19 e 23	60	(13)
Outros recebimentos relativos à atividade operacional		(2 272)	(2 177)
<b>Fluxos das atividades operacionais (1)</b>		<b>62 901</b>	<b>82 644</b>
<b>Atividades de investimento</b>			
Pagamentos por aquisições de ativos tangíveis e intangíveis		(39 516)	(33 913)
Recebimento de juros e proveitos similares		5 048	3
<b>Fluxos das atividades de investimento (2)</b>		<b>(34 468)</b>	<b>(33 910)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>			
Recebimento de empréstimos obtidos	15	599 160	-
(Pagamento) de empréstimos obtidos	15	(601 042)	(1 042)
(Pagamento) de juros e custos similares		(18 273)	(11 490)
(Pagamentos) de locações	7	(915)	(815)
(Pagamentos) de juros de locações	7	(328)	(348)
Dividendos pagos	23	(15 054)	(15 000)
<b>Fluxos das atividades de financiamento (3)</b>		<b>(36 451)</b>	<b>(28 694)</b>
Variação líquida de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		(8 017)	20 040
Efeito da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes		(1)	-
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	14	87 523	67 484
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do exercício</b>	<b>14</b>	<b>79 505</b>	<b>87 523</b>

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada dos fluxos de caixa e devem ser lidas em conjunto.

# Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2023

## 1. Nota introdutória

### Empresa-mãe

A Floene Energias, S.A. (“Floene” ou “Empresa”), constituída em 2 de dezembro de 2009 e anteriormente designada por Galp Gás Natural Distribuição, S.A., tem a sua sede na Rua Tomás da Fonseca em Lisboa, Portugal e tem como objeto social o exercício de atividades no sector energético, em particular na distribuição e comercialização de gás natural, incluindo a prestação de serviços de apoio à gestão empresarial, nas áreas de gestão, administrativa e logística, compras e aprovisionamento e sistemas de informação.

### O Grupo

Em 31 de dezembro de 2023, a Floene Energias, S.A. e as suas subsidiárias (conjuntamente, “Grupo” ou “Grupo Floene”), desenvolvem as suas atividades na área da distribuição e comercialização de último recurso retalhista de gás natural.

Em outubro de 2016, a Galp Gás & Power SGPS, S.A. (agora Galp New Energies, S.A.) vendeu 22,5% da Floene Energias, S.A. à entidade Meet Europe Natural Gas, Lda. Esta venda resultou do acordo celebrado em 28 de julho de 2016 entre a Galp Energia SGPS, S.A., através da sua subsidiária Galp New Energies, S.A. e a Marubeni Corporation e Toho Gas Co. Ltd.

No dia 26 outubro de 2020 a Galp New Energies, S.A. acordou com a Allianz Capital Partners, em nome das companhias Allianz Infrastructure Luxembourg II S.à.r.l. e a Allianz European Infrastructure Acquisition Holding S.à.r.l., a venda de 75,01% da sua participação na Floene, ficando ainda os restantes 2,49% do capital social da Floene a serem detidos pela Galp através da sua subsidiária Petrogal, S.A.

Em 24 de março de 2021, e após autorizações regulatórias usuais e à obtenção de consentimentos de terceiros, a Allianz Capital Partners, cujo acionista de topo é a Allianz SE, passou a deter uma participação qualificada de 75,01% do capital social da Floene. O remanescente do capital social da Floene é detido pela Meet Europe Natural Gas, Lda e pela Petrogal, S.A.

### Atividade de Gás

O segmento de negócio de Gás abrange a distribuição de gás natural, exercida em regime de serviço público, e comercialização de gás natural em regime de último recurso retalhista, nos termos da regulamentação aplicável.

Este serviço público foi concessionado pelo Estado Português às empresas do Grupo Floene, cinco das quais operam ao abrigo de um contrato de concessão para um período de 40 anos a contar a partir de 2008 (até ao ano de 2047), enquanto as restantes operam ao abrigo de licenças para exploração de rede de distribuição local, para um período de 20 anos, a contar a partir de 1 de janeiro de 2008 e até 2027, e por fornecer gás a menos de 100 000 clientes, foram igualmente concedidas licenças de comercialização de último recurso retalhista a clientes com consumo inferior a 2Mm<sup>3</sup>/ano, que optem por se manter no regime de tarifa regulada. As licenças para distribuição e fornecimento de gás cujo período terminava em 2022, foram reemitidas em fevereiro de 2022, ao abrigo do n.º 2 do artigo 70.º do Decreto-Lei 140/2006 de 26 de julho, passando a contar a partir de 1 de janeiro de 2008 até 31 de dezembro de 2027, à semelhança das restantes licenças detidas pelo Grupo.

De forma sumária, apresenta-se abaixo, para cada empresa subsidiária, o detalhe da concessão/licença, bem como a maturidade das mesmas:

<b>Empresa subsidiária</b>	<b>Licenças e período</b>
<b>Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A.</b>	Área de Concessão: por um período de 40 anos a contar a partir de 1 de janeiro de 2008 até ao ano 2047 para as atividades de Distribuição e Comercialização de Último Recurso Retalhista.
<b>Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A.</b>	Área de Concessão: por um período de 40 anos a contar a partir de 1 de janeiro de 2008 até ao ano 2047 para as atividades de Distribuição e Comercialização de Último Recurso Retalhista.
<b>Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A.</b>	Área de Concessão: por um período de 40 anos a contar a partir de 1 de janeiro de 2008 até ao ano 2047, para a atividade de Distribuição.
<b>Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A.</b>	Área de Concessão: por um período de 40 anos a contar a partir de 1 de janeiro de 2008 até ao ano 2047, para a atividade de Distribuição.
<b>Setgás - Sociedade de Distribuição de Gás Natural, S.A.</b>	Área de Concessão por um período de 40 anos a contar a partir de 1 de janeiro de 2008 até ao ano 2047, para a atividade de Distribuição.
<b>Dianagás - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Évora, S.A.</b>	Licenças de exploração: para o período de 20 anos, o qual termina no ano de 2027 para os polos de Évora (o prazo de início da licença foi modificado em 2022 ao abrigo do n.º 2 do artigo 70.º do Decreto-Lei 140/2006 de 26 de julho, passando a contar a partir de 1 de janeiro de 2008) e Sines, para as atividades de Distribuição e Comercialização de Último Recurso Retalhista.
<b>Duriensegás - Sociedade Distribuidora de Gás Natural do Douro, S.A.</b>	Licenças de exploração: para o período de 20 anos, o qual termina no ano de 2027 (no caso de Bragança, Chaves e Vila Real, o prazo de início da licença foi modificado em 2022 ao abrigo do n.º 2 do artigo 70.º do Decreto-Lei 140/2006 de 26 de julho, passando a contar a partir de 1 de janeiro de 2008) para os polos de Amarante, Bragança, Chaves, Marco de Canaveses e Vila Real, para as atividades de Distribuição e Comercialização de Último Recurso Retalhista.
<b>Medigás - Sociedade Distribuidora de Gás Natural do Algarve, S.A.</b>	Licenças de exploração: para o período de 20 anos, o qual termina no ano de 2027, polos de Faro, Olhão (prazo de início da licença foi modificado em 2022 ao abrigo do n.º 2 do artigo 70.º do Decreto-Lei 140/2006 de 26 de julho, passando a contar a partir de 1 de janeiro de 2008) e Portimão, para as atividades de Distribuição e Comercialização de Último Recurso Retalhista.
<b>Paxgás - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Beja, S.A.</b>	Licenças de exploração: para o período de 20 anos, o qual termina no ano de 2027 para o polo de Beja, para as atividades de Distribuição e Comercialização de Último Recurso Retalhista.

Durante o exercício de 2023 ocorreu a revisão de alguns regulamentos do setor, com a sua respetiva publicação no Diário da República n.º 146/2023, Série II de 28 de julho:

- Regulamento n.º 825/2023, que aprova o Regulamento Tarifário do Setor do Gás e revoga o Regulamento n.º 368/2021, de 28 de abril, e o Regulamento n.º 583/2022, de 28 de junho;
- Regulamento n.º 826/2023, que aprova o Regulamento da Qualidade de Serviço dos Setores Elétrico e do Gás e revoga o Regulamento n.º 406/2021, de 12 de maio; e,
- Regulamento n.º 827/2023, que aprova o Regulamento das Relações Comerciais dos Setores Elétrico e do Gás e revoga o Regulamento n.º 1129/2020, de 30 de dezembro.

Destaca-se, ainda, a aprovação do novo Regulamento relativo à Apropriação Indevida de Energia (RAIE), com publicação no Diário da República n.º 145/2023, Série II de 27 de julho.

A Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (“ERSE”) aprovou e publicou no dia 1 de junho o documento “Tarifas e preços de gás para o ano gás 2023-2024”, que integram as tarifas de acesso às redes de distribuição, assim como os preços dos serviços regulados a vigorar entre 1 de outubro de 2023 e 30 de setembro de 2024. Foi também aprovado e publicado o documento “Parâmetros para o período de regulação de 2024 a 2027”, com os novos parâmetros a aplicar no novo período regulatório, que vem confirmar, genericamente, a tendência de estabilidade do atual quadro regulatório, que terá início em 1 de janeiro de 2024, até dezembro de 2027.

No âmbito do Regulamento Tarifário, o Grupo desenvolve a Atividade de Distribuição de Gás (“ADG”) e a Atividade de Acessos à Rede (“AAR”) na sua vertente de Operador da Rede de Distribuição (“ORD”), e ainda a Atividade de Comercialização de Gás, na sua vertente de Comercializador de Último Recurso Retalhista (“CURR”), que inclui as seguintes funções: (i) Compra e Venda de Gás (“FCVG”); (ii) Compra e Venda do Acesso às Redes (“FCVAR”); e (iii) Comercialização de Gás (“FCG”).

Em virtude da atual conjuntura resultante do conflito geopolítico entre a Rússia e Ucrânia, a gestão da Empresa continua a acompanhar a evolução da situação, de modo a controlar eventuais riscos operacionais, garantir a manutenção das suas atividades e mitigar eventuais impactos financeiros materialmente relevantes. Até à data de aprovação das contas, o conflito geopolítico com a Rússia não teve impactos significativos na atividade.

## 2. Políticas contabilísticas significativas, estimativas e julgamentos

A informação material das principais políticas adotadas pela Empresa na preparação das demonstrações financeiras é a abaixo mencionada. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foram reconhecidos erros materiais relativos a exercícios anteriores.

### Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em milhares de Euros (Unid: € k), arredondados ao milhar mais próximo, exceto se expresso em contrário. Deste modo, os subtotais e totais das tabelas apresentadas nestas demonstrações financeiras consolidadas e notas explicativas podem não ser iguais à soma dos valores apresentados, devido a arredondamentos.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Floene foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia, efetivas para exercícios económicos iniciados em 1 de janeiro de 2023. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS” – *International Financial Reporting Standards*) emitidas pelo International Accounting Standard Board (“IASB”), quer as Normas Internacionais de Contabilidade (“IAS”) emitidas pelo International Accounting Standards Committee (“IASC”) e respetivas interpretações – SIC e IFRIC, emitidas pelo Standing Interpretation Committee (“SIC”) e International Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designados genericamente por “IFRS”.

As políticas contabilísticas adotadas encontram-se, conforme o seu conteúdo, na nota respetiva do anexo. As políticas contabilísticas comuns ou genéricas a várias notas encontram-se nesta nota.

### Prestação e divulgação de informação

No seguimento da saída do Reino Unido da União Europeia, e uma vez que as obrigações emitidas pela Floene Energias, S.A. ao abrigo do *Euro Medium Term Note Programme* de 2016 (“EMTN 2016”) apenas se encontravam admitidas à negociação no mercado principal da London Stock Exchange, a Floene Energias, S.A. deixou de estar sujeita à supervisão da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (“CMVM”) e às obrigações de prestação e divulgação de informação previstas no Código dos Valores Mobiliários (“CVM”), passando a estar sujeita à supervisão da Financial Conduct Authority (“FCA”) e a prestar e a divulgar a informação relevante de acordo com as obrigações de reporte e transparência previstas pela FCA para emitentes de valores mobiliários.

Acresce referir que, em 2022, de acordo com o regime previsto pela FCA, as IFRS emitidas pelo IASB são equivalentes às normas internacionais de relato financeiro adotadas pelo Reino Unido para efeitos das Regras de Transparência (nos termos definidos pela seção 474 (1) da Lei das Sociedades de 2006).

No dia 3 de julho de 2023, a Empresa concluiu o processo de refinanciamento da EMTN 2016, com a emissão de um empréstimo obrigacionista, admitido à negociação no mercado regulamentado da Euronext Dublin. Para efeitos da Diretiva da Transparência e Regulamento Abuso de Mercado, e na sequência da última emissão de valores mobiliários, a Floene passou a estar sujeita à supervisão do CBI (Central Bank of Ireland) e a prestar e a divulgar a informação relevante de acordo com as obrigações de reporte e transparência aplicáveis à Irlanda.

Nos termos da Lei n.º 99-A/2021 de 31 de dezembro, a Floene não se qualifica como Entidade de Interesse Público em Portugal, em virtude de os seus valores mobiliários não se encontrarem admitidos à negociação em mercado regulamentado localizado em Portugal.

### Estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites, requer que se realizem estimativas que afetam os montantes dos ativos e passivos registados, a apresentação de ativos e passivos contingentes no final de cada exercício, bem como os proveitos e custos reconhecidos no decurso de cada exercício. Os resultados atuais poderiam ser diferentes, dependendo das estimativas atualmente realizadas.

Determinadas estimativas são consideradas críticas se: (i) a natureza das estimativas é considerada significativa devido aos níveis de subjetividade e julgamentos necessários para a contabilização de situações em que existe grande incerteza ou pela elevada suscetibilidade de variação dessas situações; e (ii) o impacto das estimativas na situação financeira ou na atuação operativa é significativo.

Os princípios contabilísticos e as áreas que requerem um maior número de juízos e estimativas na preparação das demonstrações financeiras são: (i) imparidade de *goodwill*, ativos tangíveis e intangíveis e direitos de uso (Notas 9, 5, 6 e 7); (ii) provisões para contingências (Nota 19); (iii) pressupostos demográficos e financeiros utilizados para cálculo das responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios (Nota 18); (iv) imparidade para contas a receber (Nota 12); (v) vidas úteis e valores residuais de ativos tangíveis e intangíveis (Nota 5 e 6); (vi) ativos por impostos diferidos e estimativas sobre posições fiscais incertas (Nota 17); e (vii) rédito (Nota 25).

## Políticas contabilísticas gerais

### Resultado básico e diluído por ação

O resultado básico por ação é apurado com base na divisão dos lucros ou prejuízos atribuíveis aos detentores de capital próprio ordinário da Empresa pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período. Para a finalidade de calcular o resultado diluído por ação, a Empresa ajusta os lucros ou prejuízos atribuíveis aos detentores ordinários de capital próprio, bem como o número médio ponderado de ações em circulação, para efeitos de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras. Nos períodos abrangidos por estas demonstrações financeiras não existiram quaisquer efeitos diluidores com impacto no resultado líquido por ação, pelo que este é igual ao resultado básico por ação.

## 3. Impactos resultantes da aplicação de novas normas ou alterações às normas IFRS

### Normas e interpretações publicadas que entraram em vigor no exercício

As normas IFRS aprovadas e publicadas no Jornal Oficial da União Europeia (“JOUE”), com aplicação no exercício de 2023, são resumidamente apresentadas no quadro abaixo:

Normas IAS	Data da publicação no JOUE	Data de aplicação contabilística	Exercício económico em que se aplica	Observações
Alterações à IAS 12 Impostos sobre o Rendimento: Reforma da tributação internacional – Regras do modelo do Pilar Dois (emitida a 23 de maio de 2023)	09/11/2023	Imediatamente e 01/01/2023 para períodos anuais de reporte	2023	Sem impacto relevante
Alterações à IFRS 17 Contrato de seguro: Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 – informação comparativa (emitida a 9 de dezembro de 2021)	09/09/2022	01/01/2023	2023	Não aplicável
Alterações à IAS 12 Impostos sobre o Rendimento: Imposto diferido relacionado com os ativos e passivos associados a uma única transação (emitida a 7 de maio de 2021)	12/08/2022	01/01/2023	2023	Sem impacto relevante
Alterações à IAS 1 Apresentação de demonstrações financeiras e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contabilísticas (emitida a 12 de fevereiro de 2021)	03/03/2022	01/01/2023	2023	Sem impactos contabilísticos. Impacto nas divulgações
Alterações à IAS 8 Políticas contabilísticas, Alteração de estimativas, Erros, Reexpressão: Divulgação de estimativas contabilísticas (emitida a 12 de fevereiro de 2021)	03/03/2022	01/01/2023	2023	Sem impacto relevante
IFRS 17 Contratos de seguro (emitida a 18 de maio de 2017), incluindo alterações à IFRS 17	23/11/2021	01/01/2023	2023	Não aplicável

## Normas e interpretações publicadas que irão entrar em vigor em exercícios futuros

As normas IFRS aprovadas e publicadas no JOUE durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e com aplicação contabilística em exercícios posteriores, são resumidamente apresentadas no quadro abaixo:

Normas IAS	Data da publicação no JOUE	Data de aplicação contabilística	Exercício económico em que se aplica	Observações
Alterações à IAS 1 Apresentação de demonstrações financeiras: Passivos não correntes com <i>covenants</i> (emitida a 31 de outubro de 2022)	20/12/2023	01/01/2024	2024	Sem impacto previsível
Alterações à IFRS 16 Locações: Passivos de locação em transações de venda e relocação (emitida 22 de setembro de 2022)	21/11/2023	01/01/2024	2024	Sem impacto significativo previsível

## Normas e interpretações ainda não publicadas pela União Europeia

As normas IFRS (novas e alterações) que se tornam efetivas em ou após 1 de janeiro de 2024, ainda não endossadas pela UE, são resumidamente, apresentadas no quadro abaixo:

Normas IAS	Data de aplicação contabilística	Exercício económico em que se aplica	Observações
Alterações à IAS 7 Demonstrações dos Fluxos de Caixa e IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações – Acordos de financiamento de fornecedores (emitida a 25 de maio de 2023)	01/01/2024	2024	Sem impacto previsível
Alterações à IAS 21 Os Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio: Falta de permutabilidade (emitida 15 de agosto de 2023)	01/01/2025	2025	Sem impactos contabilísticos

## 4. Informação por segmentos

### Política contabilística

O segmento operacional é uma componente de uma entidade:

- a) Que desenvolve atividades de negócio de que pode obter réditos e incorrer em gastos (incluindo réditos e gastos relacionados com transações com outras componentes da mesma entidade);
- b) Cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da entidade para efeitos da tomada de decisões sobre a imputação de recursos ao segmento e da avaliação do seu desempenho; e
- c) Relativamente à qual esteja disponível informação financeira distinta.

As políticas contabilísticas no relato por segmentos são utilizadas consistentemente no Grupo. Todos os réditos inter-segmentais são a preços de mercado e são eliminados na consolidação.

## Segmentos operacionais

O Grupo, em 31 de dezembro de 2023, é constituído pela Floene Energias, S.A. e subsidiárias que desenvolvem as suas atividades de distribuição e comercialização de gás natural em regime de último recurso.

O segmento operacional de Gás abrange as áreas de distribuição e comercialização de gás natural em regime de último recurso (Nota 25 para mais detalhe da atividade de Gás).

Relativamente a “Outros”, o Grupo considerou a empresa *holding* Floene Energias, S.A.

Seguidamente, apresenta-se a informação financeira relativa aos segmentos identificados anteriormente, em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Unid: € k

	Consolidado		Gás Natural		Outros		Ajustamentos de consolidação	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
<b>Vendas e prestação de serviços</b>	<b>167 315</b>	<b>159 357</b>	<b>166 670</b>	<b>158 577</b>	<b>24 932</b>	<b>22 879</b>	<b>(24 286)</b>	<b>(22 099)</b>
<b>Custo das vendas</b>	<b>(4 525)</b>	<b>(2 566)</b>	<b>(4 525)</b>	<b>(2 566)</b>	-	-	-	-
<b>Outros proveitos e custos</b>	<b>(60 168)</b>	<b>(54 525)</b>	<b>(60 668)</b>	<b>(54 857)</b>	<b>(23 873)</b>	<b>(21 851)</b>	<b>24 374</b>	<b>22 183</b>
<b>EBITDA</b>	<b>102 622</b>	<b>102 266</b>	<b>101 476</b>	<b>101 154</b>	<b>1 059</b>	<b>1 029</b>	<b>87</b>	<b>84</b>
Amortizações, depreciações e perdas por imparidade	(49 446)	(48 570)	(48 285)	(47 381)	(1 160)	(1 189)	-	-
Provisões (líquidas)	272	(597)	272	(597)	-	-	-	-
<b>EBIT</b>	<b>53 449</b>	<b>53 099</b>	<b>53 463</b>	<b>53 176</b>	<b>(102)</b>	<b>(160)</b>	<b>87</b>	<b>84</b>
Resultados financeiros	(22 850)	(11 125)	-	-	-	-	-	-
Imposto sobre o rendimento	(8 299)	(10 676)	-	-	-	-	-	-
Contribuição extraordinária sobre o setor energético	(5 275)	(11 479)	-	-	-	-	-	-
<b>Resultado Líquido Consolidado, do qual atribuível a:</b>	<b>17 025</b>	<b>19 819</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Interesses que não controlam	1 049	877	-	-	-	-	-	-
Acionistas da Floene Energias, S.A.	15 976	18 942	-	-	-	-	-	-
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES</b>								
<b>Ativos do Segmento<sup>(1)</sup></b>								
Participações financeiras <sup>(2)</sup>	2 278	2 278	3	3	2 275	2 275	-	-
Outros ativos	1 330 338	1 333 681	1 272 150	1 286 310	238 118	241 630	(179 930)	(194 259)
<b>Ativos do Segmento</b>	<b>1 332 616</b>	<b>1 335 959</b>	<b>1 272 153</b>	<b>1 286 313</b>	<b>240 393</b>	<b>243 905</b>	<b>(179 930)</b>	<b>(194 259)</b>
dos quais ativos dos Direitos de uso de ativos	10 279	11 078	5 728	6 215	4 550	4 863	-	-

1) Quantia líquida

2) *Goodwill* e outros ativos financeiros

As principais transações inter-segmentais de prestação de serviços referem-se a serviços de *back-office* e de gestão.

Num contexto de partes relacionadas, à semelhança do que acontece entre empresas independentes que efetuam operações entre si, as condições em que assentam as suas relações comerciais e financeiras são regidas pelos mecanismos de mercado.

Os pressupostos subjacentes à determinação dos preços nas transações entre as empresas do Grupo assentam na consideração das realidades e características económicas das situações em apreço, ou seja, na comparação das características das operações ou das empresas suscetíveis de terem impacto sobre as condições inerentes às transações comerciais em análise. Neste contexto, são analisados, entre outros, os bens e serviços transacionados, as funções exercidas pelas partes (incluindo os ativos utilizados e os riscos assumidos), as cláusulas contratuais, a situação económica dos intervenientes bem como as respetivas estratégias negociais.

A remuneração, num contexto de partes relacionadas, corresponde, assim, à que é adequada, por regra, às funções exercidas por cada empresa interveniente, tendo em atenção os ativos utilizados e os riscos assumidos. Assim, e para determinação desta remuneração, são identificadas as atividades desenvolvidas e riscos assumidos pelas empresas, no âmbito da cadeia de valor dos bens/serviços que transacionam, de acordo com o seu perfil funcional, designadamente, no que concerne às funções que levam a cabo – distribuição e comercialização.

Em suma, os preços de mercado são determinados, não apenas com recurso à análise das funções que são desempenhadas, dos ativos utilizados e riscos incorridos por uma entidade, mas também tendo presente o contributo desses elementos para a rentabilidade da empresa. Esta análise passa por verificar se os indicadores de rentabilidade das empresas envolvidas se enquadram dentro dos intervalos calculados com base na avaliação de um painel de empresas funcionalmente comparáveis mas independentes, permitindo, assim, que os preços sejam fixados com vista a que se respeite o princípio de plena concorrência.

A reconciliação entre as rubricas da Informação por segmentos e a Demonstração dos resultados para os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é como segue:

Rubricas da informação por segmentos	Unid: € k	
	2023	2022
Vendas e prestação de serviços	167 315	159 357
Custo das vendas	(4 525)	(2 566)
Outros proveitos e custos	(60 168)	(54 525)
<b>EBITDA</b>	<b>102 622</b>	<b>102 266</b>
Amortizações, depreciações, perdas por imparidade de ativos fixos e direitos de uso de ativos	(49 446)	(48 570)
Provisões (líquidas)	272	(597)
<b>EBIT</b>	<b>53 449</b>	<b>53 099</b>
Resultados financeiros	(22 850)	(11 125)
Imposto sobre o rendimento	(8 299)	(10 676)
Contribuição Extraordinária sobre o Sector Energético	(5 275)	(11 479)
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>17 025</b>	<b>19 819</b>

## Rubricas da demonstração dos resultados

Unid: € k

	2023	2022
Vendas	6 188	3 842
Prestação de serviços	161 127	155 515
Custo das vendas	(4 525)	(2 566)
Outros proveitos operacionais	43 613	47 499
Fornecimentos e serviços externos	(42 483)	(40 979)
Custos com o pessoal	(25 602)	(22 477)
Perdas por imparidade de contas a receber	(1 148)	(87)
Outros custos operacionais	(34 547)	(38 481)
<b>Resultado operacional antes de amortizações e provisões</b>	<b>102 622</b>	<b>102 266</b>
Amortizações, depreciações, perdas por imparidade de ativos fixos e direitos de uso de ativos	(49 446)	(48 570)
Provisões (líquidas)	272	(597)
<b>Resultado operacional</b>	<b>53 449</b>	<b>53 099</b>
Resultados financeiros	(22 850)	(11 125)
Imposto sobre o rendimento	(8 299)	(10 676)
Contribuição Extraordinária sobre o Sector Energético	(5 275)	(11 479)
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>17 025</b>	<b>19 819</b>

## 5. Ativos tangíveis

### Política contabilística

#### Reconhecimento

Os ativos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2010 (data de transição para IFRS), encontram-se registados à luz da opção prevista pela IFRS 1 pelo seu custo considerado (*deemed cost*), o qual corresponde ao custo de aquisição, reavaliado, quando aplicável, de acordo com as disposições legais a 1 de janeiro de 2004, data da primeira adoção das IFRS nas demonstrações financeiras da entidade mãe que detinha, na altura, o Grupo, deduzido das depreciações acumuladas e das eventuais perdas por imparidades.

Os ativos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e perdas por imparidade. O custo de aquisição inclui o preço

de fatura, as despesas de transporte, montagem e os encargos financeiros suportados pelo Grupo durante o período de construção.

Os ativos tangíveis em curso refletem ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade, sendo depreciados a partir do momento em que os projetos de investimentos estejam substancialmente concluídos ou prontos para uso.

As depreciações são calculadas sobre o valor de custo considerado (para as aquisições até 1 de janeiro de 2010) ou sobre o custo de aquisição, pelo método das quotas constantes por duodécimos, aplicada a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para serem usados como pretendidos pela Gestão. Utiliza-se, de entre as taxas económicas mais apropriadas, as que permitam a reintegração dos ativos fixos tangíveis, durante a sua vida útil estimada, tendo em conta, nos casos em que tal é aplicável, o período de concessão.

As taxas de depreciação anuais médias efetivas para Edifícios e outras construções são de 2% para o ano de 2023 e 2022.

As mais ou menos-valias resultantes da alienação ou abate dos ativos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate. O valor líquido contabilístico incorpora as perdas por imparidade acumuladas. As mais e menos-valias contabilísticas apuradas são registadas na demonstração dos resultados consolidados nas rubricas de Outros proveitos operacionais ou Outros custos operacionais, respetivamente.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são registados como gastos do exercício em que são incorridos. As grandes reparações relativas à substituição de partes de equipamentos ou outros ativos tangíveis são registadas como ativos tangíveis, caso seja identificada e abatida a componente substituída e depreciados às taxas correspondentes à vida útil residual dos respetivos ativos fixos principais.

## Imparidades

São efetuados testes de imparidade sempre que seja identificada uma desvalorização do ativo em apreço. Nos casos em que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável é reconhecida uma perda por imparidade, que é registada na demonstração dos resultados consolidados na rubrica de Amortizações, depreciações, perdas por imparidade de ativos fixos e direitos de uso de ativos.

A quantia recuperável é o maior entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é determinado pela atualização dos fluxos de caixa futuros estimados do ativo durante a sua vida útil estimada. A quantia recuperável é estimada para o ativo ou unidade geradora de caixa a que este possa pertencer. A taxa de desconto utilizada na atualização dos fluxos de caixa descontados reflete o WACC (*Weighted Average Cost of Capital*) do Grupo Floene.

O período de projeções dos fluxos varia em função da vida útil média da unidade geradora de caixa.

A movimentação da rubrica de Ativos tangíveis apresenta-se como segue:

Unid: € k

	Terrenos e recursos naturais e Edificações	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2022			
Custo	938	14	952
Depreciação acumulada	(507)	-	(507)
<b>Valor Líquido</b>	<b>432</b>	<b>14</b>	<b>445</b>
Em 31 de dezembro de 2023			
Custo	938	53	992
Depreciação acumulada	(526)	(12)	(537)
<b>Valor Líquido</b>	<b>413</b>	<b>42</b>	<b>454</b>

Unid: € k

	Terrenos e recursos naturais e Edificações	Outros	Total
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2022</b>	<b>450</b>	<b>-</b>	<b>450</b>
Depreciações	(19)	-	(19)
Transferências	-	14	14
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>432</b>	<b>14</b>	<b>445</b>
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2023</b>	<b>432</b>	<b>14</b>	<b>445</b>
Depreciações	(19)	(12)	(30)
Transferências	-	39	39
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>413</b>	<b>42</b>	<b>454</b>

## 6. Ativos intangíveis

### Política contabilística

Os ativos intangíveis encontram-se valorizados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se forem identificáveis e se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo e sejam controláveis e mensuráveis com fiabilidade.

As despesas com desenvolvimento, somente são registadas como ativos intangíveis se o Grupo demonstrar capacidade técnica e económica, bem como decisão para completar esse desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso próprio e demonstre, igualmente, a probabilidade do ativo criado gerar benefícios económicos futuros. Caso as despesas não satisfaçam esses requisitos, as despesas com desenvolvimento são registadas como custo do exercício em que são incorridas.

As despesas com pesquisa são reconhecidas como gasto do exercício.

Os ativos intangíveis com vida útil finita são amortizados pelo método das quotas constantes.

As taxas de amortização variam conforme os prazos dos contratos existentes ou a expectativa de uso do ativo intangível.

Com a aplicação da IFRIC 12, o Grupo classifica os ativos do Gás Natural alvo de concessão e de licença de exploração, e cuja remuneração é controlada pela ERSE, em conformidade com o Modelo de Ativo Intangível. Assim, os ativos tangíveis das empresas com atividade regulada estão classificados como ativos intangíveis, na rubrica de Acordos de Concessão, sendo amortizados pela sua vida útil económica, pelo método das quotas constantes por duodécimos, aplicável a partir da data de entrada em funcionamento dos bens, utilizando-se, de entre as taxas económicas mais apropriadas, as que permitam a reintegração do ativo, durante a vida útil estimada ou conforme os prazos de contratos existentes ou a expectativa de uso.

De acordo com os Contratos de Concessão ou Licenças celebrados com o Estado Português e atualmente em vigor, no término dos contratos de concessão/licenças ou caso as mesmas sejam extintas, opera-se a transmissão das infraestruturas e outros meios afetos à concessão para o Estado, o qual pagará à concessionária, salvo se a lei o disso desobrigar, uma indemnização correspondente ao valor contabilístico dos ativos intangíveis líquidos de amortizações e de participações.

O valor contabilístico dos ativos intangíveis líquidos à data do fim dos Contratos de Concessão ou das Licenças atribuídas, poderá configurar como um ativo financeiro (Modelo Misto nos termos da IFRIC 12) nesse momento. Este montante encontra-se reconhecido a 31 de dezembro de 2023 como Ativo intangível, com base na melhor estimativa da Gestão, no que respeita à recuperação efetiva dos montantes e com base na definição da remuneração dos ativos definida pela ERSE.

Os direitos de uso sobre as infraestruturas afetas ao gás, nomeadamente as redes de distribuição de gás, encontram-se a ser amortizadas pelo prazo de 45 anos.

O Grupo capitaliza as despesas relacionadas com a reconversão de consumos para gás que se substanciem na adaptação de instalações. O Grupo considera que consegue controlar os benefícios económicos futuros dessas reconversões através da veiculação/venda continuada de gás aos fogos conforme previsto no Decreto-lei 140/2006, de 26 de julho. Estas despesas são amortizadas em quotas constantes até ao final do período de concessão atribuído às empresas distribuidoras de gás natural.

## Imparidades

Conforme Nota 5.

Pela aplicação da IFRIC 12, os ativos regulados sujeitos à concessão pública de infraestruturas a privados, foram transferidos para as rubricas “Acordos de concessão”, conforme abaixo:

Unid: € k

	Terrenos	Edifícios	Equipamento básico	Reconversão consumo GN	Ativos intangíveis em curso	Acordos de concessão		Outros ativos intangíveis	Total
						Outros acordos de concessão	Total acordos concessão		
Em 31 de dezembro de 2022									
Custo	12 717	12 917	1 395 413	628 964	2 263	25 820	2 078 095	7 763	2 085 858
Amortização acumulada	(5 111)	(7 819)	(620 361)	(297 687)	-	(24 315)	(955 294)	(2 835)	(958 129)
<b>Valor Líquido</b>	<b>7 606</b>	<b>5 099</b>	<b>775 051</b>	<b>331 277</b>	<b>2 263</b>	<b>1 506</b>	<b>1 122 801</b>	<b>4 928</b>	<b>1 127 729</b>
Em 31 de dezembro de 2023									
Custo	12 717	12 980	1 421 795	633 520	3 214	26 939	2 111 165	14 687	2 125 852
Amortização acumulada	(5 379)	(8 036)	(651 473)	(312 206)	-	(24 746)	(1 001 840)	(3 569)	(1 005 409)
<b>Valor Líquido</b>	<b>7 338</b>	<b>4 943</b>	<b>770 322</b>	<b>321 314</b>	<b>3 214</b>	<b>2 193</b>	<b>1 109 325</b>	<b>11 117</b>	<b>1 120 442</b>

Unid: € k

	Terrenos	Edifícios	Equipamento básico	Reconversão consumo GN	Ativos intangíveis em curso	Acordos de concessão		Outros ativos intangíveis	Total
						Outros acordos de concessão	Total acordos concessão		
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2022</b>	<b>7 860</b>	<b>4 686</b>	<b>770 097</b>	<b>346 211</b>	<b>1 706</b>	<b>1 205</b>	<b>1 131 764</b>	<b>2 519</b>	<b>1 134 283</b>
Adições	-	-	-	-	37 969	-	37 969	3 221	41 190
Amortizações	(268)	(262)	(31 576)	(14 305)	-	(414)	(46 825)	(798)	(47 623)
Abates e vendas	-	-	(8)	-	-	-	(8)	-	(8)
Outros ajustamentos e transferências	14	675	36 538	(628)	(37 413)	715	(100)	(14)	(114)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>7 606</b>	<b>5 099</b>	<b>775 051</b>	<b>331 277</b>	<b>2 263</b>	<b>1 506</b>	<b>1 122 801</b>	<b>4 928</b>	<b>1 127 729</b>
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2023</b>	<b>7 606</b>	<b>5 099</b>	<b>775 051</b>	<b>331 277</b>	<b>2 263</b>	<b>1 506</b>	<b>1 122 801</b>	<b>4 928</b>	<b>1 127 729</b>
Adições	-	-	-	-	34 115	-	34 115	6 963	41 077
Amortizações	(268)	(217)	(32 093)	(14 525)	-	(567)	(47 671)	(734)	(48 405)
Abates e vendas	-	-	(20)	-	-	-	(20)	-	(20)
Outros ajustamentos e transferências	-	62	27 384	4 562	(33 163)	1 254	99	(39)	60
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>7 338</b>	<b>4 943</b>	<b>770 322</b>	<b>321 314</b>	<b>3 214</b>	<b>2 193</b>	<b>1 109 325</b>	<b>11 117</b>	<b>1 120 442</b>

As adições do exercício de 2023 dos ativos associados a acordos de concessão, no montante de €34 115 k (2022: €37 969 k), respeitam, essencialmente, a ativos relativos à construção de infraestruturas de gás e a investimentos de reconversão de consumos de gás (Notas 25 e 26). No caso dos Outros ativos intangíveis, as adições no montante de €6 963 k devem-se a projetos relacionados com a alteração do novo sistema de informação das empresas do Grupo Floene e com a nova marca.

## 7. Direitos de uso de ativos e responsabilidades por locações

### Política contabilística

#### Reconhecimento

O Grupo reconhece um ativo sob direito de uso e um passivo de locação na data de entrada em vigor do contrato de arrendamento. O direito de uso do ativo é inicialmente mensurado ao custo, que compreende o valor inicial da responsabilidade de locação ajustada por quaisquer pagamentos de locação, feitos em ou antes da data de início, além de quaisquer custos diretos iniciais incorridos, assim como uma estimativa dos custos de desmantelamento e remoção do ativo subjacente (caso aplicável), deduzido de qualquer incentivo concedido.

A responsabilidade por locações é inicialmente reconhecida pelo valor presente das rendas ainda não pagas à data da entrada em vigor do contrato de locação, descontando os juros a uma taxa de juro implícita na locação ou, no caso em que não seja possível determinar esta taxa facilmente, utilizando a taxa de juro incremental do Grupo. Em geral, o Grupo utiliza a sua taxa de juro incremental como a taxa de desconto a aplicar. Pagamentos de locação incluídos na mensuração do passivo de locação incluem o seguinte:

- pagamentos fixos, deduzidos de quaisquer incentivos já recebidos;
- pagamentos de locação variável, dependente de uma determinada taxa ou índice;
- montantes que sejam devidos ao abrigo de uma garantia do valor residual;
- preço de exercício da opção de compra, se for razoavelmente certo que o locatário exerça a opção; e
- pagamento de penalidades pelo término do contrato, se for razoavelmente certo que o locatário cancele o contrato.

A responsabilidade por locações é remensurada quando se verificam alterações nos pagamentos futuros derivados de uma alteração da taxa ou índice ou taxa, se ocorrer uma alteração na estimativa do Grupo do montante que deverá ser pago sob uma garantia de valor residual, ou caso o Grupo altere a sua avaliação acerca da opção de exercício de compra, sua extensão ou rescisão.

Quando a responsabilidade por locações é remensurada, o valor do direito de uso é também ajustado ou é registado um lucro ou prejuízo na demonstração dos resultados consolidados, se a quantia escriturada do ativo do direito de uso já se encontrava reduzida a zero.

O Grupo apresenta os direitos de uso de ativos e a responsabilidade por locações, em rubricas devidamente segregadas na demonstração da posição financeira consolidada.

## Locações de curto prazo ou locações de ativos de baixo valor

O Grupo não reconhece como direitos de uso de ativos ou passivos da locação, contratos de locação de duração inferior a 12 meses ou locações de baixo valor. O Grupo reconhece os dispêndios associados a estas locações, como um custo do exercício durante o período de vida dos contratos.

## Amortização

O direito de uso do ativo é amortizado utilizando o método de amortização linear, com base no mais baixo de entre a vida útil do ativo do direito de uso ou o fim do prazo da locação. A vida útil estimada dos ativos do direito de uso é determinada na mesma base que para os restantes ativos tangíveis.

## Imparidades

O direito de uso do ativo é reduzido por eventuais perdas de imparidade e ajustado por certas variações da obrigação por locações associadas ao ativo.

## Estimativas contabilísticas e julgamentos

### Vidas úteis, valores residuais dos ativos e taxas de desconto

O apuramento dos valores residuais dos ativos, estimativa das vidas úteis e taxas de desconto, têm por base premissas dos contratos de locação (ou ativos similares) e são definidos baseados no julgamento da Gestão, assim como as melhores práticas em uso pelos *peers* do setor.

### Imparidade dos Direitos de uso de ativos

Identificação de indicadores de imparidade, estimativa de fluxos de caixa futuros e determinação do justo valor dos ativos exige um elevado nível de julgamento da Gestão, em termos de identificação e avaliação dos indicadores de imparidade diferentes, nomeadamente o fluxo de caixa esperado, as taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

Os Direitos de uso de ativos são detalhados como segue:

Unid: € k

	Edifícios	Viaturas	Total
Em 31 de dezembro de 2022			
Custo	13 537	880	14 417
Amortização acumulada	(2 919)	(419)	(3 339)
<b>Valor Líquido</b>	<b>10 618</b>	<b>461</b>	<b>11 078</b>
Em 31 de dezembro de 2023			
Custo	13 537	934	14 472
Amortização acumulada	(3 627)	(566)	(4 193)
<b>Valor Líquido</b>	<b>9 910</b>	<b>369</b>	<b>10 279</b>

Os movimentos ocorridos durante o exercício são como segue:

Unid: € k

	Edifícios	Viaturas	Total
<b>Saldo a 1 de janeiro de 2022</b>	<b>11 326</b>	<b>174</b>	<b>11 499</b>
Adições	-	505	505
Amortização	(708)	(221)	(929)
Outros ajustamentos	-	3	3
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2022</b>	<b>10 618</b>	<b>461</b>	<b>11 078</b>
<b>Saldo a 1 de janeiro de 2023</b>	<b>10 618</b>	<b>461</b>	<b>11 078</b>
Adições	-	238	238
Amortização	(708)	(303)	(1 011)
Outros ajustamentos	-	(28)	(28)
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2023</b>	<b>9 910</b>	<b>369</b>	<b>10 279</b>

As Responsabilidades por locações são como segue:

Unid: € k

	2023	2022
<b>Análise de maturidade – cash flows contratuais não descontados</b>	<b>13 352</b>	<b>14 383</b>
Inferior a um ano	1 108	1 125
Um a cinco anos	3 909	3 989
Mais de cinco anos	8 334	9 269
<b>Responsabilidades por locações na Demonstração da posição financeira consolidada</b>	<b>11 016</b>	<b>11 720</b>
Corrente	1 093	1 110
Não corrente	9 923	10 610

Além das depreciações dos direitos de uso de ativos do exercício apresentadas no primeiro quadro desta nota, os montantes reconhecidos nos resultados consolidados do exercício apresentam o seguinte detalhe:

Unid: € k

	Notas	2023	2022
		<b>1 297</b>	<b>1 476</b>
Juros de locações	28	328	348
Custos relacionados com locações de curta duração, baixo valor e pagamentos variáveis		969	1 128

Os montantes reconhecidos na demonstração consolidada dos fluxos de caixa são como segue:

Unid: € k

	2023	2022
<b>Atividades de financiamento</b>	<b>1 243</b>	<b>1 162</b>
Pagamentos relativos a locações	915	815
Pagamentos relativos a juros de locações	328	348

## 8. Subsídios

### Política contabilística

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor, quando existe certeza de que sejam recebidos e que o Grupo irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão. Os subsídios ao investimento para financiamento de ativos tangíveis e intangíveis são registados como proveitos diferidos no passivo e reconhecidos na demonstração dos resultados consolidados, como rendimentos operacionais do período, proporcionalmente às depreciações/amortizações respetivas dos ativos subsidiados.

O detalhe da rubrica de subsídios apresenta-se como segue:

Unid: € k

	Notas	2023	2022
<b>Programas</b>		<b>428 078</b>	<b>427 781</b>
Programa Energia		103 689	103 689
Protede		19 708	19 708
Programa Operacional Economia		303 393	303 393
Proalgarve – FEDER		882	882
Programa Portugal 2020		110	110
<i>Green Pipeline</i>		297	-
<b>Valor acumulado reconhecido como rendimento</b>		<b>(239 007)</b>	<b>(230 292)</b>
<b>Montante por reconhecer</b>	<b>16</b>	<b>189 071</b>	<b>197 489</b>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram reconhecidos na demonstração dos resultados consolidados os montantes de €8 635 k (2022: €8 648 k) (Nota 25).

## 9. Goodwill

### Reconhecimento

As diferenças entre o custo de aquisição das subsidiárias e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição (ou durante um período de 12 meses após aquela data), se positivas, são registadas na rubrica de *Goodwill*. Se negativas, são registadas de imediato em resultados do exercício.

A diferença entre os montantes pagos na aquisição de participações em empresas do Grupo e o justo valor dos capitais próprios das empresas adquiridas era, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, conforme segue:

	Unid: € k	
	2023	2022
	<b>2 275</b>	<b>2 275</b>
Duriensegás – Sociedade Distribuidora de Gás Natural do Douro, S.A.	1 640	1 640
Lusitaniagás – Companhia de Gás do Centro, S.A.	585	585
Beiragás – Companhia de Gás das Beiras, S.A.	50	50

### Análise de imparidade do Goodwill

Na análise da imparidade do *Goodwill*, o mesmo é alocado à unidade ou unidades geradoras de caixa a que respeita. O valor recuperável do *Goodwill* é estimado com base no valor de uso, o qual é determinado pela atualização dos fluxos de caixa futuros estimados da unidade geradora de caixa. A quantidade recuperável é estimada para a unidade geradora de caixa a que este possa pertencer, segundo o método dos fluxos de caixa descontados. A taxa de desconto utilizada na atualização dos fluxos de caixa descontados reflete o WACC do Grupo para o segmento de negócio a que a unidade geradora de caixa pertence.

Unidade geradora de caixa	Modelo de avaliação	Fluxos de caixa	Taxas de desconto	
			2023	2022
Participação Financeira (compreendida no período de concessão)	DCF (Fluxos de caixa descontados) ou RAB	Conforme Orçamento para 2024 e Plano estratégico para os próximos 4 anos	<b>5,9%</b>	<b>5,6%</b>

A procura e o consumo de gás natural têm sido constantes ao longo de vários anos, não havendo indícios de imparidades. Dado que o negócio do Grupo Floene é regulado, a análise de imparidade baseia-se no *Regulatory Asset Base* (“RAB”).

## 10. Participações financeiras em associadas

Não aplicável.

## 11. Inventários

### Política contabilística

Os inventários (mercadorias, matérias-primas e subsidiárias, produtos acabados e intermédios e produtos e trabalhos em curso) encontram-se registados ao custo de aquisição (no caso das mercadorias e matérias-primas e subsidiárias) ou produção (no caso dos produtos acabados e intermédios e produtos e trabalhos em curso) ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda, deduzido dos custos para completar a produção e dos custos de comercialização.

As diferenças entre o custo e o respetivo valor realizável líquido dos inventários, no caso deste ser inferior ao custo, são registadas como custos operacionais na rubrica de Custo das vendas.

A rubrica de Inventários apresentava o seguinte detalhe em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

	Unid: € k	
	2023	2022
	<b>1 209</b>	<b>1 200</b>
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1 270	1 290
Mercadorias	10	10
Reduções de inventários	(70)	(99)

Em 31 de dezembro de 2023, a rubrica de Matérias-primas, subsidiárias e de consumo, no montante de €1 270 k (2022: €1 290 k), corresponde, essencialmente, a materiais a aplicar na construção de infraestruturas do Grupo.

A rubrica de Mercadorias, no montante de €10 k (2022: €10 k), corresponde, essencialmente, ao gás natural que se encontra nas unidades autónomas de gás (“UAG”).

A variação das reduções de inventários no montante de €29 k foi reconhecida em custos operacionais na demonstração dos resultados do período (Nota 26).

## 12. Clientes e outras contas a receber

### Política contábilística

As contas a receber são inicialmente registradas ao justo valor e, subsequentemente, mensurados pelo seu custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica de Perdas por imparidade de contas a receber. Usualmente, o custo amortizado destes ativos não difere do seu valor nominal nem do seu justo valor.

Clientes e Outras contas a receber são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais para os fluxos de caixa (ou seja, são recebidos), quando são transferidos (por exemplo, vendidos) ou quando são sujeitos a perdas por imparidade.

### Estimativas e julgamentos contábilísticos

#### Imparidades de contas a receber

O Grupo aplica a abordagem simplificada da IFRS 9 para mensurar as perdas de crédito esperadas, a qual utiliza as perdas de crédito esperadas ao longo da vida útil, para todas as contas a receber. As contas a receber foram agrupadas por segmento de negócio (*i.e.*, características de risco de crédito comuns) para efeitos da avaliação das perdas de crédito esperadas. O risco de crédito das contas a receber é avaliado em cada data de relato, levando em consideração o perfil de risco de crédito do cliente. A análise de risco de crédito é baseada na probabilidade de *default* anual e também leva em conta o perfil de risco de crédito do cliente. A probabilidade de incobrabilidade representa uma probabilidade de *default* anual que reflete a posição atual e projeções futuras tendo em conta fatores macroeconómicos.

As contas a receber são ajustadas em cada período de relato financeiro, tendo em conta as estimativas da Gestão relativamente ao risco de crédito, as quais podem ser diferentes das perdas por imparidade efetivamente ocorridas.

#### Risco de crédito

Para fins de risco de crédito, se os clientes e outras contas a receber forem classificados de forma independente, essas classificações serão utilizadas. Caso contrário, se não houver classificação independente, o controle de risco avalia a qualidade de crédito do cliente, levando em consideração a sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de risco individuais são definidos com base em classificações internas ou externas, de acordo com os limites estabelecidos pela Gestão. O cumprimento dos limites de crédito pelos clientes é regularmente monitorizado pela Gestão.

Para futuras mitigações do risco de crédito, as garantias bancárias e apólices de seguro para um eventual incumprimento de crédito são um *standard* da política de risco global do Grupo.

## Clientes

A rubrica de Clientes, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, apresentava o seguinte detalhe:

Unid: € k

		2023	2022
		<b>10 565</b>	<b>9 260</b>
Clientes c/c		11 004	9 821
Imparidade de clientes		(439)	(561)
<b>Antiguidade da dívida líquida de clientes</b>	<b>Risco</b>	<b>10 565</b>	<b>9 260</b>
Não vencidos	Baixo	8 752	7 943
Vencidos até 180 dias	Médio	841	423
Vencidos entre 181 e 365 dias	Alto	214	227
Vencidos há mais de 365 dias	Muito Alto	758	666

Unid: € k

Movimento da imparidade de clientes	Notas	2023	2022
<b>Imparidade no início do exercício</b>		<b>561</b>	<b>826</b>
Aumento líquido das perdas por imparidade	26	(122)	87
Utilização das perdas por imparidade		-	(352)
<b>Imparidade no final do exercício</b>		<b>439</b>	<b>561</b>

## Outras contas a receber

A rubrica de Outras contas a receber, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, apresentava o seguinte detalhe:

		Unid: € k			
		2023		2022	
	Notas	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
			<b>63 470</b>	<b>28 077</b>	<b>62 025</b>
<b>Outros devedores:</b>		<b>25 308</b>	<b>365</b>	<b>21 796</b>	<b>2 235</b>
Taxas de Ocupação do Subsolo	29	21 754	365	19 429	2 235
Outros		3 554	-	2 367	-
<b>Ativos resultantes de contrato:</b>		<b>36 278</b>	<b>27 643</b>	<b>37 551</b>	<b>17 760</b>
Vendas e prestação de serviços realizadas e não faturadas		16 390	-	13 094	-
Desvio tarifário – <i>pass-through</i>		10 574	-	18 361	-
Desvio tarifário – <i>core</i>		8 781	27 643	5 967	17 760
Outros acréscimos de proveitos		534	-	129	-
<b>Custos diferidos:</b>		<b>3 235</b>	<b>69</b>	<b>2 760</b>	<b>61</b>
Outros custos diferidos		3 235	69	2 760	61
<b>Imparidade de outras contas a receber</b>		<b>(1 351)</b>	<b>-</b>	<b>(81)</b>	<b>-</b>

		Unid: € k		
<b>Movimento da imparidade de outras contas a receber</b>		Notas	2023	2022
<b>Imparidade no início do exercício</b>			<b>81</b>	<b>81</b>
Aumento líquido das perdas por imparidade		26	1 270	-
<b>Imparidade no final do exercício</b>			<b>1 351</b>	<b>81</b>

Os desvios tarifários *pass-through* respeitam à remuneração das tarifas de acesso à rede relativas ao uso global do sistema (“UGS”) e uso da rede de transporte (“URT”), pagos a terceiros, correspondendo à diferença entre o valor liquidado pelo Grupo e o valor faturado a clientes, devidamente especializadas para que o impacto na Demonstração dos resultados consolidados relativamente a estas funções seja nulo.

A imparidade de outras contas a receber constituída em 2023 dizem respeito ao desvio tarifário *pass-through* da atividade de Comercialização, com antiguidade superior a 2 anos referente a duas empresas do Grupo Floene (Dianagás, num total de €814 k e Medigás, num total de €456 k).

A repartição anual do desvio tarifário com origem nos ajustamentos da Atividade Core é como segue:

Unid: € k

	2022	Varição	2023
<b>Atividade de Distribuição de Gás (ORD):</b>			
<b>Ano civil 2020:</b>	<b>3 868</b>	<b>(3 868)</b>	<b>-</b>
Constituição	(8 169)	-	(8 169)
Ajustamento	11 774	-	11 774
Reversão	263	(3 868)	(3 605)
<b>Ano civil 2021:</b>	<b>6 308</b>	<b>(1 339)</b>	<b>4 969</b>
Constituição	6 308	-	6 308
Ajustamento	-	317	317
Reversão	-	(1 656)	(1 656)
<b>Ano civil 2022:</b>	<b>11 363</b>	<b>-</b>	<b>11 363</b>
Constituição	11 363	-	11 363
<b>Ano civil 2023:</b>	<b>-</b>	<b>18 400</b>	<b>18 400</b>
Constituição	-	18 400	18 400
<b>Desvio Tarifário – ADG:</b>	<b>21 538</b>		<b>34 731</b>
Ativos resultantes de contratos	23 681		36 364
Acréscimo de custos	(2 143)		(2 143)

Unid: € k

	2022	Varição	2023
<b>Atividade de Comercialização de Gás (CURR):</b>			
<b>Ano civil 2020:</b>	<b>14</b>	<b>(14)</b>	<b>-</b>
Constituição	(140)	-	(140)
Reversão	154	(14)	140
<b>Ano civil 2021:</b>	<b>(1)</b>	<b>-</b>	<b>(1)</b>
Constituição	7	-	7
Reversão	(8)	-	(8)
<b>Ano civil 2022:</b>	<b>(35)</b>	<b>-</b>	<b>(35)</b>
Constituição	(35)	-	(35)
<b>Ano civil 2023:</b>	<b>-</b>	<b>(76)</b>	<b>(76)</b>
Constituição	-	(76)	(76)
<b>Desvio Tarifário – FCG:</b>	<b>(22)</b>		<b>(112)</b>
Ativos resultantes de contratos	46		60
Acréscimo de custos	(68)		(172)

Os acréscimos de custos encontram-se incluídos na rubrica de Outras contas a pagar (Nota 16).

### 13. Outros ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os Outros ativos financeiros apresentam o seguinte detalhe:

	Unid: € k	
	2023	2022
	<b>Não corrente</b>	
	<b>3</b>	<b>3</b>
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	3	3

### 14. Caixa e seus equivalentes

#### Política contabilística

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e seus equivalentes correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses à data da emissão, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, a rubrica de Caixa e seus equivalentes compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de Dívida financeira, na demonstração da posição financeira consolidada.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a rubrica de Caixa e seus equivalentes apresentava o seguinte detalhe:

	Unid: € k	
	2023	2022
	<b>79 505</b>	<b>87 523</b>
Caixa e seus equivalentes	79 505	87 523

### 15. Dívida financeira

#### Política contabilística

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão desses empréstimos. Os empréstimos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados consolidados, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros incluem os juros de financiamento e, eventualmente, os gastos de comissões com a estruturação dos empréstimos.

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Dívida financeira detalha-se como segue:

Unid: € k

	2023		2022	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
	<b>71 444</b>	<b>599 896</b>	<b>601 042</b>	<b>72 337</b>
<b>Empréstimos bancários:</b>	<b>1 065</b>	<b>3 125</b>	<b>1 042</b>	<b>4 167</b>
Empréstimos bancários	1 042	3 125	1 042	4 167
Outros	23	-	-	-
<b>Empréstimos por obrigações e notes:</b>	<b>70 379</b>	<b>596 771</b>	<b>600 000</b>	<b>68 171</b>
<i>Origination Fees</i>	379	(3 229)	-	(1 829)
Empréstimo Obrigacionista	70 000	-	-	70 000
Notes – EMTN 2016	-	-	600 000	-
Notes – EMTN 2023 e Empréstimo Obrigacionista Sindicado	-	600 000	-	-

A taxa de juro média dos empréstimos suportada pelo Grupo, em 2023 e 2022, ascende a 3,15% e 1,70%, respetivamente.

Os empréstimos corrente e não corrente, excluindo *origination fees*, descobertos bancários, em 31 de dezembro de 2023, apresentavam o seguinte plano de reembolso previsto:

Unid: € k

Vencimento	Total	Empréstimos	
		Corrente	Não corrente
	<b>674 191</b>	<b>71 065</b>	<b>603 125</b>
2024	71 065	71 065	-
2025	1 042	-	1 042
2026	181 042	-	181 042
2027	1 042	-	1 042
2028	420 000	-	420 000

As variações da dívida financeira, durante o exercício findo a 31 de dezembro de 2023, detalha-se como se segue:

	Saldo inicial	Captações	Amortizações de principal	Outros	Saldo final
	<b>673 379</b>	<b>600 000</b>	<b>(601 042)</b>	<b>(998)</b>	<b>671 340</b>
<b>Empréstimos bancários:</b>	<b>5 208</b>	<b>-</b>	<b>(1 042)</b>	<b>23</b>	<b>4 190</b>
Empréstimos bancários	5 208	-	(1 042)	-	4 167
Outros	-	-	-	23	23
<b>Empréstimos por obrigações e notes:</b>	<b>668 171</b>	<b>600 000</b>	<b>(600 000)</b>	<b>(1 021)</b>	<b>667 150</b>
<i>Origination Fees</i>	(1 829)	-	-	(1 021)	(2 850)
Empréstimo obrigacionista	70 000	-	-	-	70 000
Notes – EMTN 2016	600 000	-	(600 000)	-	-
Notes – EMTN 2023 e Empréstimo Obrigacionista Sindicado	-	600 000	-	-	600 000

Unid: € k

Para informação comparativa, consultar as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.

O montante de €1 021 k, registado em *Origination Fees* – Outros, refere-se, essencialmente, a encargos relacionados com os financiamentos contraídos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

## Caraterização dos principais empréstimos

### Empréstimos bancários – Outros

Em dezembro de 2005, foi celebrado pela empresa do Grupo, Beiragás – Companhia de Gás das Beiras, S.A., um contrato de financiamento em regime de *Project Finance* que inclui uma linha de crédito para investimento até ao montante máximo de €27 000 k (Tranche A), a qual poderia ser utilizada até dezembro de 2008, e uma linha de apoio à exploração até ao montante máximo de €4 000 k (Tranche B), a qual poderia ser utilizada e reembolsada até dezembro de 2012, tendo este prazo sido prorrogado até 31 de dezembro de 2013.

Em 2017, foi assinado um aditamento ao contrato acima referido, no qual se procedeu à alteração: i) do Banco Agente; ii) do plano de reembolso da Tranche A (reembolso em 36 prestações semestrais sucessivas, de 15 de junho de 2010 até 15 de dezembro de 2027) e iii) da margem.

Os montantes em dívida do empréstimo vencem juros à taxa Euribor a seis meses acrescida de margem, que varia ao longo do período de reembolso.

O montante em dívida a 31 de dezembro de 2023, respeitante à utilização da linha de crédito para investimento, ascendia a €4 167 k, dos quais €1 042 k se vencem no curto prazo e €3 125 k no médio e longo prazo.

### EMTN 2016

A Empresa estabeleceu, a 25 de agosto de 2016, um Programa EMTN (“Euro 1 000 000 000 *Euro Medium Term Note Programme*”). No dia 19 de setembro de 2016 emitiu *notes* no montante de €600 000 k, com vencimento em 19 de setembro de 2023 e cupão de 1,375%, admitidas à negociação no mercado regulado de *London Stock Exchange*. Nesta transação atuaram como *Joint-Bookrunners* o JP Morgan, BofA, Merrill Lynch e Banco Santander Totta.

No início de março de 2023, a Empresa iniciou o processo de refinanciamento do EMTN 2016, tendo concretizado uma operação de recompra parcial, através de um *Liability Management Exercise* (“LME”), no montante de €180 000 k, financiada via Empréstimo Obrigacionista Sindicado. No dia 19 de setembro de 2023, a Empresa reembolsou o montante remanescente de €420 000 k através do financiamento EMTN 2023.

### Empréstimo Obrigacionista

Em 1 de agosto de 2019, a Empresa emitiu obrigações no montante total de €70 000 k, com uma taxa de juro Euribor a 6 meses acrescida de *spread* e maturidade em 1 de agosto de 2024. A Empresa procedeu ao reembolso antecipado da totalidade do Empréstimo Obrigacionista no dia 24 de abril de 2024, com recurso à Caixa e seus equivalentes.

### Back-stop facility

A 8 de setembro de 2022, a Empresa contratou uma linha de crédito no formato obrigacionista, através de um sindicato bancário, com compromisso de tomada firme no montante total de €600 000 k, destinada a financiar o reembolso das EMTN 2016, e podendo ser utilizado até 25 de setembro de 2023. Esta linha foi parcialmente cancelada em março de 2023 no montante de €180 000 k, decorrente da operação de recompra parcial da EMTN 2016 via Empréstimo Obrigacionista Sindicado, e cancelada na totalidade em julho de 2023, após emissão de um empréstimo obrigacionista no valor de €420 000 k (ver EMTN 2023).

### Empréstimo Obrigacionista Sindicado

No dia 26 de fevereiro de 2023, a Empresa formalizou um Empréstimo Obrigacionista Sindicado, num montante de até €300 000 k. No dia 7 de março de 2023, utilizou o Empréstimo Obrigacionista Sindicado para financiar a recompra parcial do EMTN 2016 via LME, num montante de €180 000 k, com prazo de 3 anos e com taxa de juro variável indexada à Taxa Euribor e com *spread* contratualizado. O montante remanescente foi cancelando nessa mesma data.

### EMTN 2023

No dia 3 de julho de 2023, a Empresa conclui o processo de refinanciamento da EMTN 2016, com a emissão de um empréstimo obrigacionista a 5 anos, no valor de €420 000 k, admitido à negociação no mercado regulamentado da *Euronext Dublin*, com vencimento em 3 de julho de 2028 e cupão de 4,875%. A emissão foi feita ao abrigo de um Programa EMTN nos termos do Prospeto publicado no dia 16 de junho de 2023 (*Notes 2023*). Nesta transação atuaram como *Joint-Bookrunners* o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A., Banco Santander Totta, S.A., BNP Paribas e o Mizuho Securities Europe GmbH. Em 31 de dezembro de 2023, o valor de mercado das *Notes 2023* corresponde a €435 964 k.

Ao abrigo dos financiamentos em vigor a 31 de dezembro de 2023, deixaram de ser aplicados os rácios financeiros (*Financial Covenants*).

## 16. Fornecedores e outras contas a pagar

### Política contabilística

Fornecedores e Outras contas a pagar são inicialmente mensurados ao justo valor e subsequentemente valorizados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva. Em geral, o custo amortizado não difere do valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, as rubricas Fornecedores e Outras contas a pagar não correntes e correntes, apresentam-se como segue:

		2023		2022	
	Notas	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
<b>Fornecedores</b>		<b>10 683</b>	<b>-</b>	<b>8 445</b>	<b>-</b>
<b>Outras contas a pagar:</b>		<b>51 597</b>	<b>181 310</b>	<b>47 381</b>	<b>190 144</b>
<b>Estado e outros entes públicos:</b>		<b>2 582</b>	<b>-</b>	<b>4 555</b>	<b>-</b>
IVA a pagar		1 487	-	3 564	-
ISP – Imposto sobre Produtos Petrolíferos		256	-	166	-
Outras tributações		839	-	825	-
<b>Outros credores:</b>		<b>7 431</b>	<b>-</b>	<b>10 522</b>	<b>-</b>
Fornecedores de ativos tangíveis e intangíveis		7 413	-	10 380	-
Outros credores		17	-	142	-
<b>Partes relacionadas</b>		<b>138</b>	<b>-</b>	<b>137</b>	<b>-</b>
<b>Outras contas a pagar</b>		<b>3 053</b>	<b>-</b>	<b>2 306</b>	<b>-</b>
<b>Acréscimos de custos:</b>		<b>29 679</b>	<b>824</b>	<b>20 516</b>	<b>1 866</b>
Fornecimentos e serviços externos		4 872	-	3 692	-
Remunerações a liquidar		7 286	-	6 344	161
Desvio tarifário – <i>core</i>	12	981	824	506	1 705
Desvio tarifário – <i>pass-through</i>		911	-	6 315	-
Juros com empréstimo obrigacionista		14 605	-	2 696	-
Outros acréscimos de custos		1 025	-	964	-
<b>Proveitos diferidos:</b>		<b>8 714</b>	<b>180 487</b>	<b>9 345</b>	<b>188 278</b>
Subsídios ao investimento	8	8 584	180 487	9 210	188 278
Outros proveitos diferidos		130	-	135	-

O aumento da rubrica de Acréscimo de custos - Juros com empréstimo obrigacionista, de €2 696 k em 2022 para €14 605 k em 2023, refere-se essencialmente a juros com empréstimos obrigacionistas. O aumento está relacionado com o aumento das taxas de juro, devido à emissão de novos financiamentos em 2023 (Nota 15).

## 17. Imposto sobre o rendimento

### Política contabilística

O imposto sobre o rendimento corrente é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais aplicáveis e em vigor no local da sede de cada empresa do Grupo Floene.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira consolidada e refletem as diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação substantivamente decretadas que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. Na data de cada demonstração da posição financeira consolidada é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos impostos diferidos, no sentido de reconhecer ativos ou passivos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e/ou para reduzir o montante dos ativos por impostos diferidos registados em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

Os impostos diferidos são registados na demonstração dos resultados consolidados do exercício, exceto se resultarem de itens registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é igualmente registado naquela rubrica.

As empresas que constituem o Grupo Floene há mais de 1 ano e cuja percentagem de participação é igual ou superior a 75%, desde que tal participação lhe confira mais de 50% do direito de voto, são tribuadas através do regime especial de tributação de grupos de sociedades (“RETGS”), sendo o resultado fiscal deste grupo de entidades apurado na esfera da Floene Energias, S.A. (até 2021 era apurado na esfera da Galp Energia SGPS, S.A.). A taxa média de imposto aplicada às empresas do Grupo foi de 25%.

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o valor de imposto sobre o rendimento a receber ou a pagar é como segue:

	Unid: € k	
	<b>Ativo/(Passivo)</b>	
	<b>2023</b>	<b>2022</b>
	<b>4 921</b>	<b>(3 557)</b>
Estado e outros entes públicos	4 921	(3 471)
Galp Energia, SGPS, S.A.	-	(86)

O saldo corresponde ao montante apurado resultante da estimativa de imposto sobre o rendimento do período, deduzido das retenções na fonte e dos pagamentos por conta.

O imposto sobre o rendimento, reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, é detalhado como segue:

	2023			2022		
	Imposto corrente	Imposto diferido	Total	Imposto corrente	Imposto diferido	Total
<b>Imposto do período:</b>	<b>5 551</b>	<b>2 748</b>	<b>8 299</b>	<b>10 473</b>	<b>203</b>	<b>10 676</b>
Imposto sobre o rendimento do período	5 551	2 748	8 299	10 473	203	10 676

Unid: € k

A taxa efetiva verificada a 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, é como segue:

	2023	2022
<b>Taxa efetiva de imposto sobre o rendimento</b>	<b>27,12%</b>	<b>25,43%</b>
Taxa de imposto sobre o rendimento	25,00%	25,00%
Diferenças de taxa de imposto	1,55%	1,28%
(Excesso)/insuficiência da estimativa de imposto	(0,38%)	(2,29%)
Tributação autónoma	1,21%	0,81%
Outros acréscimos e deduções	(0,26%)	0,63%

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o movimento dos impostos diferidos ativos e passivos, é composto como segue:

	1 de janeiro de 2023	Efeito em Resultados	Efeito em Capital próprio	Outras variações	31 de dezembro de 2023
<b>Ativos por impostos diferidos:</b>	<b>14 364</b>	<b>(2 917)</b>	<b>(31)</b>	<b>-</b>	<b>11 416</b>
Ajustamentos em ativos tangíveis e intangíveis	9	6	-	-	15
Benefícios de reforma e outros benefícios	9 225	756	(31)	-	9 951
Desvio tarifário	3 063	(2 995)	-	-	68
Provisões e Perdas por imparidade não aceites fiscalmente	2 066	(684)	-	-	1 383
<b>Passivos por impostos diferidos:</b>	<b>(18 755)</b>	<b>169</b>	<b>-</b>	<b>(2)</b>	<b>(18 588)</b>
Ajustamentos em ativos tangíveis e intangíveis – Justo Valor	(9 489)	382	-	-	(9 106)
Desvio tarifário	(8 442)	(37)	-	-	(8 479)
Outros	(824)	(176)	-	(2)	(1 003)

Unid: € k

Para informação comparativa, consultar as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.

## 18. Responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios

### Política contábilística

#### Plano de contribuição definida

O Grupo tem um plano de contribuição definida financiado por um fundo de pensões gerido por uma entidade independente. As contribuições do Grupo para o plano de contribuição definida são registradas na demonstração dos resultados consolidados no período em que ocorram.

#### Benefícios de reforma

O Grupo tem planos de benefício definido que proporcionam os seguintes benefícios: complemento de pensão de reforma, invalidez e complemento de pensões de sobrevivência; pré-reforma; reforma antecipada; prémio de reforma; e seguro social voluntário.

O pagamento de complementos de pensão por velhice e invalidez, bem como pensões de sobrevivência, é financiado por um fundo de pensões gerido por entidades independentes.

#### Outros benefícios de reforma

Juntamente com os planos acima mencionados, o Grupo atribuiu benefícios adicionais relacionados com cuidados de saúde, seguro de vida e um plano mínimo de benefícios definidos (para invalidez e sobrevivência).

#### Reconhecimento de planos de benefícios definidos

Os custos do exercício por planos de benefícios pós-emprego são determinados com base no método *Projected Unit Credit*. Este reflete os serviços prestados pelos empregados à data da avaliação, baseando-se em pressupostos atuariais, bem como considerando uma taxa de desconto para determinar o valor presente dos benefícios e as taxas projetadas de crescimento das remunerações. A taxa de desconto é baseada na taxa de rendimento de obrigações de elevada qualidade no respetivo país. Os ganhos e perdas atuariais resultantes dos ajustamentos de experiência e alterações de pressupostos atuariais são registados em capital próprio no período em que ocorram. As Responsabilidades por Serviços Passados (RSP) são reconhecidas de forma imediata na demonstração dos resultados consolidados.

O excedente líquido de um plano de benefícios definidos (ou seja, ativo) só é reconhecido na medida em que o Grupo seja capaz de obter benefícios económicos futuros, tais como reembolsos do plano ou reduções de contribuições futuras. Quando um plano não é financiado, é reconhecido um passivo pelas responsabilidades com benefícios de reforma na demonstração da posição financeira consolidada. Os custos reconhecidos com benefícios de reforma estão incluídos nos custos com o pessoal. A obrigação líquida reconhecida na posição financeira é reportada no passivo não corrente.

### Estimativas contábilísticas e julgamentos

#### Pressupostos demográficos e financeiros usados para calcular as responsabilidades com benefícios pós-emprego

A contabilização de pensões e outros benefícios pós-emprego requer que sejam feitas estimativas ao mensurar o excesso ou insuficiência do plano de pensões do Grupo. Essas estimativas requerem a utilização de pressupostos em relação a eventos incertos, incluindo taxas de desconto, inflação e expectativa de vida.

## Benefícios pós-emprego

Unid: € k

	2023	2022
Passivo no final do exercício	(44 441)	(47 130)
<b>Responsabilidade líquida:</b>	<b>(44 441)</b>	<b>(47 130)</b>
<b>Responsabilidades</b>	<b>(63 949)</b>	<b>(66 083)</b>
Serviços passados cobertos pelo Fundo de Pensões	(21 237)	(22 091)
Passivos relativos a outros benefícios	(42 712)	(43 992)
<b>Ativos do fundo</b>	<b>19 508</b>	<b>18 953</b>

## Responsabilidades pós-emprego

Unid: € k

	2023	2022
<b>Responsabilidades no final do exercício:</b>	<b>63 949</b>	<b>66 083</b>
RSP no final do exercício anterior	66 083	83 967
Custo dos serviços correntes	1 049	1 339
Juro líquido	2 222	779
(Ganhos)/perdas atuariais	(451)	(15 001)
Pagamento de benefícios efetuados pelo fundo	(1 515)	(1 431)
Pagamento de benefícios efetuados pelo Grupo	(3 557)	(3 456)
Cortes	118	3 085
Outros ajustamentos	1	(3 198)

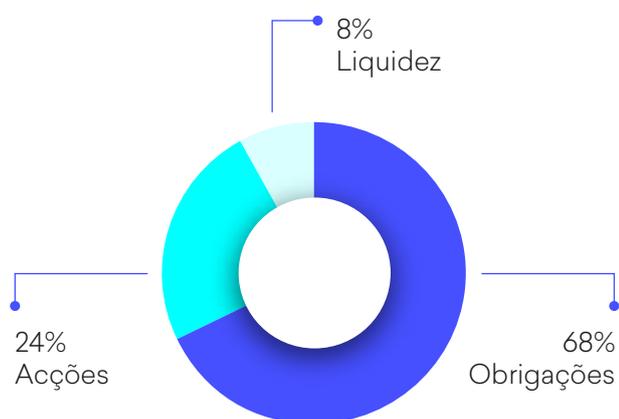
A maturidade média das responsabilidades para os planos de benefício definido é de 7,2 anos (8,8 anos em 2022).

## Carteira de ativos

Unid: € k

	2023	2022
<b>Valor dos ativos no final do exercício corrente:</b>	<b>19 508</b>	<b>18 953</b>
Valor dos ativos no final do exercício anterior	18 953	21 597
Juro líquido	682	219
Contribuição do associado	651	1 104
Pagamento de benefícios	(1 515)	(1 431)
Ganhos/(perdas) financeiras	736	(2 536)

### Tipo de ativos 2023



A hierarquia do justo valor dos ativos é maioritariamente Nível 1 para ações e uma combinação uniforme de Nível 1 e 2 para obrigações. O Nível 1 inclui instrumentos financeiros avaliados com base em cotações de mercado líquidas, p.e. da Bloomberg. O Nível 2 inclui instrumentos financeiros avaliados a preços observáveis nos mercados líquidos atuais para o mesmo instrumento financeiro fornecido por contrapartes externas, disponíveis através da *Bloomberg*.

## Custos com benefícios pós-emprego

Unid: € k

	Notas	2023	2022
Custo dos serviços correntes		1 049	1 339
Juro líquido		1 540	560
<b>Custo líquido do exercício antes de eventos especiais</b>		<b>2 588</b>	<b>1 899</b>
Impacto de cortes – rescisões por mútuo acordo		(1)	-
Impacto de cortes – reformas antecipadas e pré-reformas		118	3 085
Outros ajustamentos		-	(3 198)
<b>Custo líquido do exercício com gastos do plano de benefícios definidos</b>		<b>2 705</b>	<b>1 786</b>
Contribuição definida		451	403
<b>Custo líquido do exercício com gastos do plano de contribuição definida</b>		<b>451</b>	<b>403</b>
<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>3 158</b>	<b>2 189</b>

Em 2022 o impacto de Cortes – reformas antecipadas e pré-reformas, no montante de €3 085 k, inclui essencialmente estimativas de processos de cessação e aos custos pós-emprego dos mesmos processos (pré-reformas implementados e/ou em curso e reformas antecipadas).

## Remensuração

Unid: € k

	Notas	2023	2022
		<b>1 156</b>	<b>10 310</b>
<b>Ganhos e perdas reconhecidos – via outro rendimento integral</b>		<b>1 187</b>	<b>12 449</b>
Ganho/(perda) atuarial de experiência		(819)	(2 026)
Ganho/(perda) atuarial por alteração de pressupostos		1 270	17 027
Ganho/(perda) financeiro		736	(2 536)
Outros ganhos/(perdas)		-	(17)
<b>Impostos relacionados aos ganhos e perdas atuariais</b>	<b>17</b>	<b>(31)</b>	<b>(2 138)</b>

## Pressupostos

	Benefícios de reforma		Outros benefícios	
	2023	2022	2023	2022
Taxa de rendimentos dos ativos	4,00%	3,75%	-	-
Taxa de desconto	4,00%	3,75%	4,00%	3,75%
Taxa de crescimento dos salários/custos	1,00%	1,00%	[0,00% - 3,00%]	[0,00% - 3,00%]
Taxa de crescimento das pensões	[0,00% - 2,00%]	[0,00% - 2,00%]	0,00%	0,00%
Tábua de mortalidade ativos e pré-reformados	INE 2009-2011	INE 2009-2011	INE 2009-2011	INE 2009-2011
Tábua de mortalidade reformados	INE 2009-2011	INE 2009-2011	INE 2009-2011   GKF95	INE 2009-2011   GKF95
Tábua de invalidez	EVK80 – 50%	EVK80 – 50%	EVK80 – 50%	EVK80 – 50%
Idade normal de reforma	67 anos, exceto para os casos em que podem antecipar para os 66 ou 65 anos com pelo menos 43 ou 46 anos de descontos para a S.S. aos 65 anos respetivamente	67 anos, exceto para os casos em que podem antecipar para os 66 ou 65 anos com pelo menos 43 ou 46 anos de descontos para a S.S. aos 65 anos respetivamente	67 anos, exceto para os casos em que podem antecipar para os 66 ou 65 anos com pelo menos 43 ou 46 anos de descontos para a S.S. aos 65 anos respetivamente	67 anos, exceto para os casos em que podem antecipar para os 66 ou 65 anos com pelo menos 43 ou 46 anos de descontos para a S.S. aos 65 anos respetivamente
Método	Unidade de Crédito Projetada			

## Análises de sensibilidade

### Análise de sensibilidade da taxa de desconto

	Taxa de desconto 4,00%	Unid: € k Δ-0,25%
<b>Total:</b>	<b>63 949</b>	<b>1 396</b>
Benefícios de reforma	46 959	947
Outros benefícios	16 990	449

## Análise de sensibilidade da taxa de crescimento dos custos do seguro de saúde

Unid: € k

	<b>0% no primeiro ano e 3% nos seguintes</b>	<b>Δ +1,00% a partir do 2.º ano</b>	<b>Δ -1,00% a partir do 2.º ano</b>
Serviços passados	15 467	(1 847)	1 850

## 19. Provisões

### Política contabilística

As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal, contratual ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira consolidada e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

O Grupo calcula as suas estimativas com base na avaliação do desfecho mais provável. Disputas para as quais não pode ser criada estimativa fiável são divulgadas como passivos contingentes.

As provisões para disputas legais incluem vários tipos de provisões vinculados a disputas legais em curso. O Conselho de Administração faz estimativas referentes a provisões e contingências, incluindo a avaliação da probabilidade de desfecho dos resultados de litígios pendentes e potenciais. Estes são, por natureza, dependentes de eventos futuros inerentemente incertos. Ao determinar os resultados prováveis do litígio, o Conselho de Administração considera os pareceres dos seus advogados, bem como a experiência passada.

A Floene mensura as posições fiscais incertas (exceto Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas), nomeadamente as provisões com impostos pelo desfecho mais provável e não por probabilidades.

### Estimativas contabilísticas e julgamentos

#### Provisões para contingências

O custo final de processos judiciais, liquidações e outros litígios pode variar das estimativas efetuadas, devido a diferentes interpretações das normas, opiniões e avaliações finais do montante de perdas. Desse modo, qualquer variação nas circunstâncias relacionadas com este tipo de contingências poderá ter um efeito significativo no montante da provisão para contingências registadas.

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de Provisões apresentava os seguintes movimentos:

	Unid: € k			
	2023			2022
	CESE I	Outras provisões	Total	Total
<b>No início do ano</b>	<b>76 640</b>	<b>4 429</b>	<b>81 069</b>	<b>69 256</b>
Aumentos	12 411	194	12 605	12 076
Diminuições	(7 136)	(466)	(7 602)	-
Utilização	(2 012)	-	(2 012)	(261)
<b>No final do ano</b>	<b>79 903</b>	<b>4 157</b>	<b>84 060</b>	<b>81 069</b>

Para informação comparativa, consultar as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.

Os aumentos líquidos de diminuições no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentam a seguinte decomposição:

	Unid: € k		
	Custos operacionais (Nota 26)	CESE I	Total
<b>2023</b>	<b>(272)</b>	<b>5 275</b>	<b>5 003</b>
CESE I	-	5 275	5 275
Outras provisões	(272)	-	(272)

Para informação comparativa, consultar as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.

## CESE

Desde 2014, o Grupo encontra-se sujeito a um imposto especial (Contribuição Extraordinária para o Setor Energético ou “CESE”), ao abrigo do artigo 228.º da Lei 83C/2013 de 31 de dezembro, que refere que as empresas do setor energético com ativos líquidos em determinadas atividades estão sujeitas a uma taxa que incide sobre o montante de ativos líquidos elegíveis. Pelo facto de contestar a aplicação desta contribuição, o Grupo não procedeu, desde 2014, à respetiva liquidação no momento devido, tendo registado a totalidade do valor da CESE na rubrica de Provisões e o gasto sido reconhecido em resultados nos respetivos exercícios.

A utilização no montante de €2 012 k está relacionada com os pagamentos efetuados pela Paxgás – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Beja, S.A. referente à CESE de 2014 e 2017, no montante agregado de €129 k (incluindo juros de mora), e pela Setgás – Sociedade de Distribuição de Gás Natural, S.A. referente à CESE de 2015, no montante de €1 883 k, após decisões finais desfavoráveis do Tribunal Constitucional em 2023. Os pagamentos foram financiados via prestações acessórias de acionistas (Nota 23).

Em 31 de dezembro de 2023, a rubrica de provisões para a CESE, no montante de €79 903 k, corresponde à totalidade da responsabilidade, excluindo os anos para os quais houve uma decisão judicial desfavorável, e que o Grupo continua a contestar, tendo sido reconhecido um aumento no montante de €12 411 k relativo à CESE de 2023 e juros de mora.

A diminuição ocorrida em 2023, no montante de €7 136 k, deve-se: i) à reversão da provisão da CESE de 2018 e respetivos juros de mora, num montante agregado de €6 669 k, decorrente do Acórdão n.º 101/2023, de 16 de março, e da decisão sumária n.º 201/2023, de 28 de março, ambas pelo Tribunal Constitucional no âmbito da CESE referente ao ano de 2018, favoráveis à LisboaGás e à PaxGás, respetivamente, julgando este tributo inconstitucional, e ao Recurso Jurisdicional (Acórdão) – Processo n.º 478/21.9 BEALM, de 4 de maio de 2023, pelo Tribunal Central Administrativo do Sul no âmbito da CESE, favorável à SetGás e também referente ao ano de 2018; e ii) à regularização de provisões constituídas referentes a anos passados, e que foram pagas em 2021 após decisões de tribunal desfavoráveis, no montante de €467 k.

### Outras provisões

A rubrica de Outras provisões refere-se essencialmente à provisão constituída (€3 379 k) relativamente à totalidade de débitos efetuados pela Administração do Porto de Lisboa pela ocupação do terreno de Cabo Ruivo, reclamados pela LisboaGás GDL – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. Parte do aumento ocorrido no exercício de 2023, no montante de €194 k, na rubrica de Outras provisões, respeita ao reforço desta provisão.

## 20. Instrumentos financeiros derivados

Não aplicável.

## 21. Ativos e passivos financeiros

### Política contabilística

O Grupo classifica os ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias:

- a) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral;
- b) Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado;
- c) Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados (derivados).

A Gestão determina a classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial e altera essa classificação, se e somente se houver uma mudança no modelo de negócios, de gestão de ativos financeiros, o que deverá ocorrer raramente, e estas forem significativas para as operações da entidade e demonstráveis a partes externas. Para passivos financeiros, a mudança da classificação não é permitida.

### Reconhecimento e mensuração

As compras e vendas dos ativos financeiros são reconhecidas na data da transação. Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao justo valor. Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e os ativos financeiros ao justo valor através de resultados são subsequentemente atualizados ao justo valor. As divulgações do justo valor são efetuadas separadamente para cada classe de instrumentos financeiros no fim do período de relato.

### Desreconhecimento de ativos financeiros

Os ativos financeiros são desreconhecidos da demonstração da posição financeira consolidada quando os direitos a receber os fluxos de caixa dos investimentos tenham expirado ou tenham sido transferidos e o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

### Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Um ativo financeiro é mensurado ao justo valor através de outro rendimento integral se: (i) o objetivo inerente ao modelo de negócio utilizado é alcançado, quer para recolha dos fluxos de caixa contratuais, quer para venda de ativos financeiros, e (ii) os fluxos de caixa contratuais subjacentes representam apenas pagamentos de capital e juros. Os ativos enquadráveis nesta categoria, que constituem instrumentos de dívida, são inicial e subsequentemente mensurados ao seu justo valor, sendo as alterações ao seu valor contabilístico registadas por contrapartida de outro rendimento integral, exceto no que respeita ao reconhecimento de perdas por imparidade, juros ou ganhos e perdas cambiais, as quais são reconhecidas na demonstração dos resultados consolidados. Quando o ativo é desreconhecido, o ganho ou perda acumulado em outro rendimento integral é reclassificado para resultados.

### Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado

Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado são ativos/passivos financeiros não derivados cujos fluxos de caixa contratuais subjacentes representam apenas os pagamentos do capital e juros ("SPPI"). Se a cobrança/pagamento é esperado dentro de um ano (ou no ciclo operacional normal do negócio, se mais), são classificados como ativos/passivos correntes. Caso contrário, são apresentados como ativos/passivos não correntes.

Clientes e Outras contas a receber são reconhecidos inicialmente pelo justo valor. Subsequentemente, são mensurados pelo custo amortizado, mediante a utilização do método da taxa efetiva, menos imparidades.

### Hierarquia de Justo Valor

Em conformidade com as normas contabilísticas, uma entidade deve classificar as mensurações de justo valor baseando-se numa hierarquia do justo valor que reflita o significado dos *inputs* utilizados na mensuração. A hierarquia de justo valor segue os seguintes níveis:

- Nível 1 – o justo valor dos ativos ou passivos é baseado em cotações de mercado líquidos ativos à data de referência da posição financeira;
- Nível 2 – o justo valor dos ativos ou passivos é determinado com recurso a modelos de avaliação baseados em *inputs* observáveis no mercado;
- Nível 3 – o justo valor dos ativos ou passivos é determinado com recurso a modelos de avaliação, cujos principais *inputs* não são observáveis no mercado.

De forma geral, o valor contabilístico dos ativos e passivos financeiros aproxima-se do justo valor.

Unid: € k

	Notas	2023	2022
<b>Ativos financeiros por categoria:</b>		<b>156 196</b>	<b>154 382</b>
Ativos financeiros ao justo valor por outro rendimento integral	13	3	3
Ativos financeiros ao custo amortizado	12	102 112	91 341
- <i>menos custos diferidos, TOS e valores a receber do Estado</i>	12	(25 423)	(24 484)
Caixa e seus equivalentes	14	79 505	87 523

Ativos financeiros ao custo amortizado incluem Clientes e Outras contas a receber, deduzidas das perdas por imparidade.

Unid: € k

	Notas	2023	2022
<b>Passivos financeiros por categoria:</b>		<b>734 163</b>	<b>728 891</b>
Passivos financeiros não mensurados ao justo valor	7, 15 e 16	925 946	931 069
- <i>menos proveitos diferidos e valores a pagar ao Estado</i>	16	(191 782)	(202 179)

Passivos financeiros incluem Dívida financeira, Responsabilidades por locações, Fornecedores e Outras contas a pagar.

## 22. Gestão de riscos financeiros

O Grupo está organizado para identificar, medir e controlar os diferentes riscos aos quais está exposto usando vários instrumentos financeiros para os cobrir, em conformidade com as políticas transversais ao Grupo. A contratação destes instrumentos está centralizada.

A Floene encontra-se exposta, essencialmente, ao risco da taxa de juro.

### Risco de taxa de juro

A posição total de taxa de juro é gerida centralmente. A exposição à taxa de juro está relacionada, essencialmente, com empréstimos bancários e obrigações. O propósito de gerir o risco de taxa de juro é reduzir a volatilidade dos custos financeiros na demonstração dos resultados consolidados. A política de gestão do risco de taxa de juro permite reduzir a exposição às taxas variáveis fixando a taxa de juro nos empréstimos por meio de um *mix* de instrumentos de taxa variável e fixa.

### Análises de sensibilidade de taxa de juro

A análise ao risco de taxa de juro inclui aplicações e empréstimos a taxa de juro variável. A 31 de dezembro de 2023 e de 2022, não existiam em aberto aplicações a taxa de juro variável. Um incremento em 0,5% da taxa de juro poderá impactar o resultado financeiro do Grupo, conforme apresentado na tabela seguinte:

Unid: € k

	31 de dezembro de 2023		31 de dezembro de 2022	
	Exposição ao risco	Impacto na demonstração dos resultados consolidados	Exposição de risco	Impacto na demonstração dos resultados consolidados
Dívida obtida com taxa de juro variável	254 167	(1 288)	75 208	(376)

### Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como o montante pelo qual o resultado e/ou fluxos de caixa do negócio são afetados, resultante da capacidade do Grupo em obter os recursos financeiros necessários para satisfazer os seus compromissos operacionais e de investimento. A Floene financia-se através de fluxos de caixa gerados pelas suas operações e mantém um portfólio de empréstimos e obrigações.

O Grupo teve acesso a linhas de crédito que não foram totalmente utilizadas, mas que se encontram à sua disposição. As linhas de crédito disponíveis de curto prazo que não foram utilizadas ascendem a €20 milhões em 31 de dezembro de 2023 e €620 milhões em 31 de dezembro de 2022 (dos quais €600 milhões destinavam-se a assegurar o refinanciamento da dívida durante 2023). A Floene tem acesso imediato de Caixa e seus equivalentes no montante de €80 milhões em 31 de dezembro de 2023 e €88 milhões em 31 de dezembro de 2022. Estes montantes combinados perfazem €100 milhões em 31 de dezembro de 2023 e €708 milhões em 31 de dezembro de 2022.

No que respeita à maturidade dos passivos financeiros do Grupo, a Floene limitará a concentração de prazos de vencimento de dívida, de forma a mitigar os riscos associados ao refinanciamento de montantes significativos de dívida durante um período específico (Nota 15).

### Risco de crédito e risco de crédito da contraparte

O risco de crédito resulta do potencial não pagamento por uma das partes das suas obrigações contratuais, deste modo depende do nível de risco da contraparte. Os limites ao risco de crédito são estabelecidos pela Floene e são implementados nos vários segmentos de negócio. Os limites de crédito são definidos e documentados e os limites de crédito respeitantes a determinadas contrapartes são baseados nos seus *ratings* de crédito, período de exposição e montantes monetários expostos ao risco de crédito. Vide Nota 12 para maior desenvolvimento sobre análises de risco especificamente relacionadas com Clientes e Outras contas a receber.

Adicionalmente, o risco de crédito da contraparte existe em investimentos monetários e nos instrumentos de cobertura. A política de gestão de risco de crédito da contraparte deverá assegurar que todas as contrapartes de tesouraria envolvidas na consecução dos objetivos do Grupo possuam uma qualidade de crédito adequada. Adicionalmente, para cada tipo de transação de tesouraria, as contrapartes devem respeitar requisitos mínimos de *rating*, bem como os limites máximos de exposição por contraparte.

## Risco de sinistros

O Grupo Floene possui um programa abrangente de seguros para reduzir a sua exposição a diversos riscos associados à sua atividade, que incluem:

- Seguros de Responsabilidade Civil e Ambiental: cobrem eventuais danos causados a terceiros decorrentes da atividade do Grupo Floene, bem como riscos de gestão;
- Seguros Patrimoniais: responde por danos de origem externa que possam ser causados aos ativos do Grupo Floene e perdas de exploração;
- Seguros Sociais: cobrindo os riscos de Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais, Vida e Saúde;
- Seguros Diversos: cobrindo riscos automóveis, viagens, etc.

## 23. Capital próprio

### Política de gestão do capital

A Floene Energias, S.A. é a *holding* do Grupo Floene, desenvolvendo o Grupo, essencialmente, o negócio de distribuição de gás natural em Portugal, sendo que os capitais próprios consolidados do Grupo, a 31 de dezembro de 2023, ascenderam a €259 581 k (2022: €254 378 k), e a dívida financeira líquida, correspondendo à diferença entre o total dos Empréstimos bancários e a Caixa e seus equivalentes, no final do exercício, ascendeu a €591 835 k (2022: €585 856 k) (Notas 14 e 15). Durante o exercício de 2023 foi reembolsado o financiamento EMTN 2016 (total de €600 000k) e cancelado a linha *back-stop facility* (linha não utilizada), tendo sido contratualizados os financiamentos Empréstimo Obrigacionista Sindicado (€180 000 k) e EMTN 2023 (€420 000 k) (Nota 15).

### Estrutura acionista e dividendos

#### Estrutura acionista

Durante o exercício de 2023, a estrutura acionista da Floene não sofreu alteração, sendo que o capital social permanece em €89 529 141, dividido em 89 529 141 ações, com o valor nominal de um Euro cada uma, encontrando-se integralmente subscrito e realizado pelos seguintes acionistas:

Empresas	%	N.º de ações
	<b>100</b>	<b>89 529 141</b>
Allianz Infrastructure Luxembourg II, S.à r.l.	45,51	40 743 759
Allianz European Infrastructure Acquisition Holding, S.à r.l.	29,50	26 412 050
Meet Europe Natural Gas, Lda.	22,50	20 144 057
Petrogal, S.A.	2,49	2 229 275

#### Reservas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, por deliberação da Assembleia Geral de Acionistas da Floene, a reserva legal da Empresa foi reforçada em €186 k, para um total de €13 223 k.

### Prestações acessórias

A rubrica de Prestações acessórias foi reforçada em €2 072 k durante o exercício de 2023, para um montante global de €21 588 k, realizado em 28 de dezembro de 2023, com vista ao reforço da estrutura de capital do Grupo e cumprimento das suas obrigações financeiras relativas ao pagamento da CESE (Nota 19). As prestações acessórias não são remuneradas, sendo sujeitas ao regime legal das prestações suplementares quanto à exigibilidade e obrigação de entrega, e foram realizadas de acordo com a seguinte distribuição entre os acionistas:

- Allianz Infrastructure Luxembourg II, S.à r.l.: €9 825 k (2022: €8 882 k);
- Allianz European Infrastructure Acquisition Holding, S.à r.l.: €6 369 k (2022: €5 758 k);
- Meet Europe Natural Gas, Lda.: €4 857 k (2022: €4 391 k); e
- Petrogal, S.A.: €538 k (2022: €486 k).

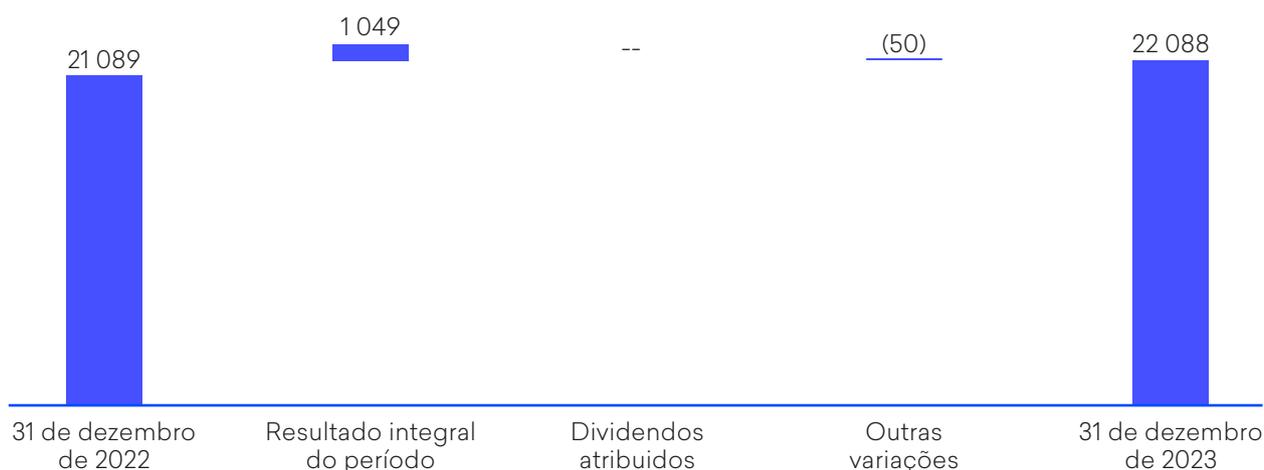
De acordo com a legislação em vigor, as prestações acessórias só podem ser distribuídas aos acionistas desde que o capital próprio, após a sua restituição, não fique inferior à soma do capital e das reservas não distribuídas.

### Dividendos

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral de Acionistas da Floene realizada em 24 de outubro de 2023, foram atribuídos aos acionistas da Empresa dividendos no montante de €15 000 k, relativos a distribuição dos resultados acumulados, tendo sido liquidados em 9 de novembro de 2023.

## 24. Interesses que não controlam

Em 31 de dezembro de 2023, a variação dos interesses que não controlam durante o ano e incluídos no capital próprio, é a seguinte:



As outras variações referem-se, essencialmente, a remensurações com fundo de pensões.

## 25. Proveitos operacionais

### Política contabilística

O proveito decorrente das vendas de gás em regime de último recurso retalhista e das prestações de serviços pela utilização da rede de distribuição de gás é reconhecido na demonstração dos resultados consolidados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador ou os serviços são prestados e o montante do rendimento correspondente possa ser razoavelmente quantificado. As vendas e prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

O valor dos proveitos permitidos para a Atividade de Distribuição de Gás, é calculado de acordo com os parâmetros regulatórios aplicáveis e publicados pela ERSE no início de cada período regulatório e o ano de 2023 corresponde ao quarto ano do 5.º período regulatório, que decorre de 1 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2023 e resulta da soma das seguintes parcelas:

- (i) custo de capital, definido como o produto da base de ativos regulados (“RAB”) pela taxa de remuneração dos ativos regulados (“RoR”) publicada pela ERSE, acrescido das amortizações e depreciações (líquidas) daqueles ativos. A RoR é constituída por uma parte fixa e uma parte variável indexada à média da cotação diária das Obrigações do Tesouro Portuguesas (“OTs”) a 10 anos, enquadrada por um valor máximo e um valor mínimo. O valor médio das OTs é obtido pela média da cotação diária, deduzida de 1/12 avos do valor da cotação mais baixo e alto, verificada no ano civil (janeiro a dezembro);
- (ii) recuperação dos custos operacionais líquidos permitidos (“OPEX”) indexado a fatores de eficiência definidos pelo regulador, atualizados pelo deflator do PIB e pela evolução do mercado (número de clientes ativos e procura de energia); e,
- (iii) ajustamentos aos proveitos permitidos que correspondem à diferença entre os proveitos efetivamente recuperados e os proveitos permitidos calculados pela ERSE, respeitantes ao ano civil n-2.

No que se refere à Atividade de Comercialização de Gás, o valor dos proveitos permitidos resulta da soma das seguintes parcelas:

- (i) recuperação dos custos operacionais líquidos permitidos (“OPEX”) indexado a fatores de eficiência definidos pelo regulador, atualizados pelo deflator do PIB e pela evolução do mercado (número de clientes ativos no mercado regulado);
- (ii) proveito adicional estabelecido na licença de comercialização;
- (iii) diferencial entre prazos médios de pagamentos e recebimentos; e,
- (iv) ajustamentos aos proveitos permitidos que correspondem à diferença entre os proveitos efetivamente recuperados e os proveitos permitidos calculados pela ERSE, respeitantes ao ano civil n-2.

As tarifas reguladas aplicadas pelo Grupo na faturação do gás vendido e do acesso às redes e distribuição do gás veiculado no Sistema Nacional de Gás são definidas pela ERSE e permitem a recuperação dos proveitos permitidos calculados no início de cada ano gás para cada atividade/função regulada, e que são as seguintes:

- (i)** tarifa de Energia a aplicar pelo comercializador de último recurso grossista, a qual deve proporcionar os proveitos da Função de Compra e Venda de gás (FCVG) para fornecimento aos comercializadores de último recurso;
- (ii)** tarifa de Comercialização a aplicar pelo comercializador de último recurso, a qual deve proporcionar os proveitos permitidos da Atividade de Comercialização de gás de cada CURR;
- (iii)** tarifa de Uso Global do Sistema (UGS) a aplicar pelo operador da rede de transporte ao operador da rede de distribuição, a qual deve proporcionar os proveitos permitidos da Atividade de Gestão Técnica Global do Sistema do ORT;
- (iv)** tarifa de Uso da Rede de Transporte (URT) a aplicar pelo operador da rede de transporte, a qual deve proporcionar os proveitos permitidos da Atividade de Transporte de gás;
- (v)** tarifas de Uso da Rede de Distribuição (URD) em média pressão (MP) e de Uso da Rede de Distribuição em baixa pressão (BP), as quais devem proporcionar os proveitos permitidos da Atividade de Distribuição de gás de cada ORD; e
- (vi)** tarifa de Operação Logística de Mudança de Comercializador (OLMC), a qual deve proporcionar os proveitos permitidos da entidade responsável pela gestão do processo de mudança de comercializador, com aplicação até setembro de 2023.

De acordo com os pressupostos regulatórios atuais, o período do ano gás encontra-se compreendido entre outubro e setembro do ano seguinte, período no qual se aplicam as tarifas reguladas. Assim sendo, no ano de 2023 foram aplicadas as tarifas e preços de gás para o ano gás 2022-2023 (período de 1 de janeiro a 30 setembro) e as tarifas e preços de gás para o ano gás 2023-2024 (período de 1 de outubro a 31 de dezembro) publicadas pela ERSE.

Dado que o sistema de regulação do gás assenta no princípio da uniformidade tarifária (em que a mesma tarifa é aplicável a todas as regiões do país), e considerando os diferentes níveis de utilização das redes e eficiência das empresas reguladas, a ERSE aprovou um mecanismo de transferências e compensações entre as empresas do setor, de forma a permitir o equilíbrio entre os proveitos recuperados por aplicação das tarifas reguladas e os proveitos permitidos dessas empresas (Notas 12 e 16).

Os valores das transferências e compensações estão de acordo com os valores publicados para o mesmo período de aplicação de tarifas acima mencionado.

No ano de 2023, o Grupo estimou e incluiu nas suas contas o diferencial entre os proveitos permitidos publicados e os proveitos permitidos “ajustados”, isto é, o valor obtido considerando as variáveis reais subjacentes ao seu cálculo.

O Grupo reconhece nas suas demonstrações financeiras, nas rubricas de acréscimos e diferimentos (Notas 12 e 16), a diferença entre os proveitos permitidos estimados para a sua atividade regulada e os proveitos decorrentes da faturação real emitida.

Atendendo à legislação e enquadramento regulatório em vigor, os desvios tarifários apurados em cada exercício cumprem um conjunto de características (fiabilidade de mensuração, remuneração de ativo financeiro, direito à sua recuperação e transmissibilidade dos mesmos, etc.) que suportam o seu reconhecimento como proveito e como ativo no ano em que são apurados, nomeadamente por serem fiavelmente mensuráveis e por ser certo que os benefícios económicos associados fluem para o Grupo. Todos os desvios tarifários reconhecidos pelo Grupo foram, de acordo com os mecanismos previstos, incorporados no cálculo das tarifas respetivas.

Os custos e proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido, são estimados.

Nas rubricas de “Outras contas a receber” e “Outras contas a pagar”, são registados os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

### **Estimativas e julgamentos contabilísticos**

O Grupo analisou, ao abrigo dos princípios contabilísticos preconizados na IFRS 15, o enquadramento do rendimento reconhecido no âmbito das Atividades de Distribuição e Comercialização de gás, nomeadamente no que respeita à sua atuação como Mandante vs. Mandatário (*Principal vs. Agent*).

No âmbito das Atividades de Distribuição e Comercialização de gás, foram analisadas, entre outras, as transações associadas às tarifas faturadas relativas ao Uso Global do Sistema (UGS) e às tarifas Uso da Rede de Transporte (URT). Estas tarifas são inicialmente reconhecidas como gastos no âmbito dos serviços de distribuição e comercialização de gás prestados pela entidade, sendo posteriormente faturadas aos clientes e reconhecidas como proveitos operacionais, uma vez que os serviços prestados ou prometidos aos seus clientes contêm o custo das tarifas incluídas no preço.

Com base na análise efetuada, a Grupo concluiu que cada obrigação de desempenho definida contratualmente para fornecer o bem ou serviço especificado é da sua responsabilidade, controlando, assim, os bens ou serviços fornecidos ao cliente, na sua globalidade, atuando o Grupo como Mandante/*Principal* e não como Mandatário/*Agent*.

O detalhe dos proveitos operacionais do Grupo, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, é como segue:

		Unid: € k	
	Notas	2023	2022
		<b>217 568</b>	<b>206 986</b>
<b>Vendas:</b>		<b>6 188</b>	<b>3 842</b>
Mercadorias		6 188	3 842
<b>Prestação de serviços:</b>		<b>161 127</b>	<b>155 515</b>
Tarifa URD		151 378	146 899
Tarifa URT		5 525	4 520
Tarifa UGS		2 249	2 829
Tarifa OLMC		176	221
Transferência ORT para empresa - Tarifa social		(400)	(278)
Transferência ORT e ORD		4 778	5 088
Desconto MP		(4 741)	(5 303)
Transferência sobreproveito		743	426
Ligações/religações		997	841
Outros		421	272
<b>Outros proveitos operacionais:</b>		<b>43 613</b>	<b>47 499</b>
Proveitos ao abrigo da IFRIC 12	6 e 26	34 115	37 969
Subsídios ao investimento	8	8 635	8 648
Outros		863	881
<b>Proveitos financeiros</b>	<b>28</b>	<b>6 640</b>	<b>130</b>

No que diz respeito aos contratos de concessão enquadráveis na IFRIC 12, a construção dos ativos concessionados é subcontratada a entidades especializadas, as quais assumem o risco próprio da atividade de construção, sendo reconhecidos proveitos e custos associados à construção destes ativos. Os proveitos e custos associados à construção destes ativos são de montantes iguais e encontram-se devidamente mencionados no quadro acima, bem como na nota seguinte de custos operacionais.

O aumento dos Proveitos Financeiros prende-se com aplicações financeiras realizadas durante 2023, num contexto de maiores taxas de juro, aliado a maiores montantes aplicados decorrentes do refinanciamento ocorrido em 2023 (ver Nota 15).

## 26. Custos operacionais

Os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, incluem as seguintes rubricas de custos operacionais:

	Notas	2023	2022
		<b>186 969</b>	<b>165 011</b>
<b>Custo das Vendas:</b>		<b>4 525</b>	<b>2 566</b>
Mercadorias		4 554	2 555
Reduções de inventários	11	(29)	12
Diferenças de câmbio		-	(1)
<b>Fornecimentos e serviços externos:</b>		<b>42 483</b>	<b>40 979</b>
Trabalhos especializados		1 538	1 558
Subcontratos – utilização de redes		8 510	8 246
Serviços informáticos		7 159	6 369
Serviços administrativos e financeiros		3 850	3 488
Conservação e reparação		3 911	3 590
Rendas e alugueres		1 016	1 194
Manutenção assistência técnica		2 869	3 035
Serviço Comercial/Marketing		495	678
Centro de atendimento/ <i>Contact center</i>		1 690	1 428
Eletricidade, combustíveis e água		978	1 053
Seguros		3 826	3 876
Leituras		1 752	1 779
Ligações/religações		864	784
Limpeza e segurança		459	405
Deslocações e estadas		583	512
Encargos com contadores/infraestruturas		887	847
Comunicações		773	739
Pessoal alheio		27	61
Faturação e cobrança		228	81
Serviços gerais		573	436
Outros		494	820
<b>Custos com o pessoal</b>	<b>27</b>	<b>25 602</b>	<b>22 477</b>
<b>Amortizações, depreciações e perdas por imparidade de ativos fixos</b>	<b>5, 6 e 7</b>	<b>49 446</b>	<b>48 570</b>
<b>Provisões</b>	<b>19</b>	<b>(272)</b>	<b>597</b>
<b>Perdas por imparidade de contas a receber</b>	<b>12</b>	<b>1 148</b>	<b>87</b>
<b>Outros custos operacionais:</b>		<b>34 547</b>	<b>38 481</b>
Custos provenientes de construção e ativos ao abrigo da IFRIC 12	6 e 25	34 115	37 969
Donativos		18	4
Outros impostos		98	232
Outros custos operacionais		317	276
<b>Custos financeiros</b>	<b>28</b>	<b>29 490</b>	<b>11 254</b>

O aumento dos Custos Financeiros decorre dos financiamentos contraídos em 2023, com taxas de juro mais elevadas do que as taxas de juro do financiamento que foi reembolsado (ver Nota 15).

## 27. Custos com o pessoal

### Política contabilística

#### Custos com o pessoal

Salários, contribuições para a segurança social, férias anuais e baixa por doença, gratificações e benefícios não monetários são reconhecidos no ano em que os serviços associados são prestados pelos empregados do Grupo.

#### Remunerações dos órgãos sociais

Ao abrigo da política atualmente adotada, a remuneração dos órgãos sociais da Floene inclui todas as remunerações devidas pelo exercício de cargos em sociedades do Grupo e as especializações dos custos relativos a valores a imputar a este período.

Segundo a IAS 24, o pessoal chave corresponde ao conjunto de todas as pessoas com autoridade e responsabilidade para planear, dirigir e controlar as atividades do Grupo, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador, seja ele executivo ou não executivo. Segundo a interpretação desta norma por parte da Floene, as únicas pessoas que reúnem todas estas características são os membros do Conselho de Administração.

Os custos com o pessoal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, detalham-se como segue:

		Unid: € k	
	Notas	2023	2022
<b>Custos com o pessoal reconhecidos no exercício:</b>		<b>25 602</b>	<b>22 477</b>
Capitalização de custos com o pessoal		(2 019)	(1 777)
<b>Total de custos:</b>		<b>27 621</b>	<b>24 253</b>
Remunerações órgãos sociais		1 046	813
Remunerações do pessoal		17 824	15 561
Encargos sociais		3 992	3 740
Benefícios de reforma - pensões e seguros	18	3 158	2 189
Outros seguros		1 033	1 391
Outros gastos		568	560
<b>Remunerações dos órgãos sociais:</b>		<b>1 046</b>	<b>813</b>
Salários e prémios		1 046	813

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o número médio de colaboradores ao serviço do Grupo Floene, foi de 411 e de 398, respetivamente.

## 28. Proveitos e custos financeiros

### Política contabilística

Os encargos financeiros com empréstimos obtidos são registados como custo financeiro, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros, resultantes de empréstimos contraídos, genéricos e específicos, para financiar os investimentos em ativos fixos, são imputados a ativos fixos em curso, na proporção dos gastos totais incorridos naqueles investimentos líquidos de recebimentos de subsídios ao investimento (Notas 5 e 6), até à entrada em funcionamento dos mesmos, sendo os restantes reconhecidos na rubrica de Custos financeiros na demonstração dos resultados consolidados do exercício. Os eventuais proveitos por juros obtidos com empréstimos diretamente relacionados com o financiamento de ativos fixos em construção são deduzidos aos encargos financeiros capitalizáveis.

Os encargos financeiros incluídos nos ativos fixos são depreciados de acordo com o período de vida útil dos bens respetivos.

O detalhe do valor apurado relativamente a proveitos e custos financeiros, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, é como segue:

	Notas	2023	2022
		(22 850)	(11 125)
<b>Proveitos financeiros:</b>		<b>6 640</b>	<b>130</b>
Juros de depósitos bancários		5 650	130
Outros proveitos financeiros		990	-
<b>Custos financeiros:</b>		<b>(29 490)</b>	<b>(11 254)</b>
Juros de empréstimos, descobertos bancários e outros		(24 894)	(8 974)
Juros relativos a locações	7	(328)	(348)
Encargos relacionados com empréstimos		(2 955)	(1 555)
Ganhos/(perdas) cambiais líquidas		(1)	-
Outros custos financeiros		(1 312)	(377)

## 29. Ativos e passivos contingentes e garantias prestadas

### Política contabilística

Os ativos e passivos contingentes surgem de eventos passados que carecem de confirmação quanto à sua ocorrência futura e que poderão originar influxos ou efluxos económicos do Grupo. O Grupo não reflete nas suas contas este tipo de ativos e passivos, pois podem não se efetivar. Quando a probabilidade de ocorrência não é remota, os ativos e passivos contingentes são divulgados no anexo às contas.

### Passivos contingentes

Diversas autarquias locais exigem pagamentos (liquidações e execuções) respeitantes a Taxas de Ocupação do Subsolo (“TOS”) com tubagens de gás existentes, por parte das empresas concessionárias da distribuição de gás, no montante total de €573 k. Por não concordarem com as autarquias, as empresas do Grupo impugnaram/opuseram-se às liquidações exigidas pelas Câmaras junto do Tribunal Administrativo Fiscal, tendo os pedidos de suspensão da execução sido deferidos, encontrando-se a execução suspensa até o trânsito em julgado de decisão a proferir. Para este efeito foram constituídas garantias.

No decurso das negociações do Contrato de Concessão entre o Estado Concedente e o Grupo foi acordado, entre outros assuntos, ser reconhecido à Concessionária o direito de repercutir, para as entidades comercializadoras de gás, o valor integral das TOS liquidado pelas autarquias locais que integram a área de concessão na vigência do anterior Contrato de Concessão mas ainda não pago ou impugnado judicialmente pela Concessionária, caso tal pagamento venha a ser considerado obrigatório pelo órgão judicial competente, após trânsito em julgado da respetiva sentença, ou após consentimento prévio e expresso do Concedente. Os valores que vierem a ser pagos pela Concessionária em cada ano civil, relativos às TOS, serão repercutidos sobre as entidades comercializadoras utilizadoras das infraestruturas, durante os exercícios seguintes, nos termos definidos pela ERSE. Esta repercussão das TOS será ainda realizada por município, tendo por base o valor efetivamente liquidado pelo mesmo.

Dado que as eventuais taxas a pagar aos municípios por processos até 31 de dezembro de 2023 e os respetivos juros de mora que venham a ser aplicados serão repercutidos nos repasses futuros, o Grupo decidiu não reconhecer qualquer provisão para fazer face a responsabilidades com processos judiciais em curso iniciados por municípios relativos a este assunto.

Em 31 de dezembro de 2023, os valores pagos às autarquias e faturados a clientes relativamente às TOS são os que se seguem (as condições de repasse, nomeadamente o valor a recuperar em cada ano, o número de anos de repasse e os valores unitários a praticar aos clientes são monitorizados pela ERSE):

	Notas	2023
<b>Montante a recuperar - Taxas de ocupação do subsolo:</b>	<b>12</b>	<b>22 119</b>
Valor liquidado (inclui custos adicionais)		247 125
Juros		5 819
Valor faturado a clientes		(230 825)

O montante por recuperar é remunerado com base na taxa Euribor a doze meses, adicionado pelo *spread* estipulado pela ERSE.

### Garantias Prestadas

Decorrente das suas operações, o Grupo assumiu compromissos com garantias inerentes à sua atividade comercial, regulamentos ou outros fins operacionais.

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, as responsabilidades com garantias concedidas apresentam o seguinte detalhe:

	Unid: € k	
	2023	2022
<b>Total de garantias prestadas:</b>	<b>14 282</b>	<b>13 845</b>
Estado português, pelos deveres e obrigações emergentes dos Contratos de Concessão/Licenças	8 628	8 812
Câmaras Municipais, relativas a Taxas de Ocupação do Subsolo	3 471	1 160
Direção Geral de Geologia e Energia	1 576	3 054
IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.	299	318
Autoridade Tributária	19	300
Outras	287	201

De acordo com os Contratos de Concessão e Licenças estabelecidos com as empresas do Grupo, as entidades, como Concessionárias, devem promover o financiamento adequado ao desenvolvimento do objeto da concessão ou licença, de forma a cumprir cabal e atempadamente todas as obrigações que assumem no presente contrato.

Assim, as concessionárias/licenciadas devem manter no final de cada ano um rácio de Autonomia Financeira superior a 20%. A 31 de dezembro de 2023, o rácio de Autonomia Financeira apresentado pelas empresas que compõem o Grupo varia entre 44,27% e 129,33%.

### 30. Partes relacionadas

#### Política contabilística

Uma parte relacionada é uma pessoa ou entidade relacionada com a entidade que está a preparar as suas demonstrações financeiras e que cumpra os seguintes requisitos:

- (a)** uma pessoa ou um membro íntimo da sua família é relacionado com uma entidade relatora se:
  - (i) tiver o controlo ou controlo conjunto da entidade relatora; (ii) tiver uma influência significativa sobre a entidade relatora; ou (iii) for membro do pessoal-chave da gerência da entidade relatora ou de uma empresa-mãe dessa entidade relatora;
- (b)** uma entidade é relacionada com uma entidade relatora se estiver cumprida qualquer uma das seguintes condições: (i) a entidade e a entidade relatora são membros de um mesmo grupo (o que implica que as empresas-mãe, subsidiárias estão relacionadas entre si); (ii) uma entidade é associada ou constitui um empreendimento comum da outra entidade (ou é associada ou constitui um empreendimento comum de um membro de um grupo a que pertence a outra entidade); (iii) ambas as entidades são empreendimentos comuns da mesma parte terceira; (iv) uma entidade representa um empreendimento comum da entidade terceira e a outra entidade é associada da entidade terceira; (v) a entidade é um plano de benefícios pós-emprego a favor dos empregados da entidade relatora ou de uma entidade relacionada com a entidade relatora. Se uma entidade relatora for ela própria um plano desse tipo, os empregadores promotores são também relacionados com a entidade relatora; (vi) a entidade é controlada ou conjuntamente controlada por uma pessoa identificada na alínea a); e (vii) uma pessoa identificada na alínea (a)(i) detém uma influência significativa sobre a entidade ou é membro do pessoal-chave da gerência da entidade (ou de uma empresa-mãe da entidade).

Os saldos e transações com partes relacionadas, verificados nos exercícios de 2023 e 2022, podem ser resumidos como se segue:

### Saldos ativos

	Unid: € k	
	2023	2022
	Corrente	Corrente
<b>Saldos ativos:</b>	<b>4 066</b>	<b>3 085</b>
Grupo Galp (a)	4 066	3 085

(a) A rubrica Grupo Galp é composta por empresas pertencentes ao Grupo Galp Energia.

### Saldos passivos

	Unid: € k	
	2023	2022
	Corrente	Corrente
<b>Saldos passivos:</b>	<b>(6 658)</b>	<b>(4 300)</b>
Grupo Galp (a)	(6 658)	(4 300)

(a) O Grupo Galp é composto por empresas pertencentes ao Grupo Galp Energia.

### Transações

	Unid: € k	
	2023	2022
	(Custos)/ Proveitos operacionais	(Custos)/ Proveitos operacionais
<b>Transações:</b>	<b>43 153</b>	<b>47 726</b>
Grupo Galp (a)	43 153	47 726

(a) A rubrica Grupo Galp é composta por empresas pertencentes ao Grupo Galp Energia.

As transações com empresas do Grupo Galp devem-se essencialmente à prestação de serviços corporativos e custos com serviços informáticos, prestados por aquelas empresas ao Grupo Floene, à venda de gás por empresas do Grupo Galp ao Grupo Floene, e a prestação de serviços relativas à utilização das redes de distribuição das empresas do Grupo Floene por parte de empresas do Grupo Galp.

### 31. Empresas do Grupo Floene

São consideradas empresas do Grupo, as participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detém o controle, nomeadamente se este tiver cumulativamente:

- poder sobre a investida;
- exposição ou direitos a resultados variáveis por via do seu relacionamento com a investida; e
- a capacidade de usar o seu poder sobre a investida para afetar o valor dos resultados para os investidores.

O capital próprio e o resultado líquido correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias são apresentados separadamente na demonstração da posição financeira consolidada e na demonstração dos resultados consolidados, respetivamente, na rubrica Interesses que não controlam. Os prejuízos e ganhos aplicáveis aos interesses que não controlam são imputados aos mesmos, mesmo que excedam, no caso dos prejuízos, o valor investido pelos Interesses que não controlam.

Quando à data de aquisição de controle o Grupo já detém uma participação adquirida previamente, o justo valor dessa participação concorre para a determinação do *Goodwill* ou *Goodwill* negativo.

Os custos de transação diretamente atribuíveis às combinações empresariais são imediatamente reconhecidos nos resultados.

Os interesses que não controlam incluem a proporção dos terceiros no justo valor dos ativos e passivos identificáveis à data de aquisição das subsidiárias.

Quando a aquisição do controle é efetuada em percentagem inferior a cem por cento, na aplicação do método de compra os interesses que não controlam podem ser mensurados ao justo valor ou na proporção do justo valor dos ativos e passivos adquiridos, sendo essa opção definida em cada transação.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos na demonstração dos resultados consolidados desde a data da sua aquisição ou data de exercício do controle até à data da sua venda.

Transações subsequentes de alienação ou aquisição de participações financeiras de interesses que não controlam, que não implicam alteração de controle, não resultam no reconhecimento de ganhos, perdas ou *Goodwill*, sendo qualquer diferença apurada entre o valor de transação e o valor contabilístico de participação transacionado reconhecido no Capital Próprio.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das subsidiárias para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pelo Grupo. As transações (incluindo as eventuais mais e menos-valias derivadas de alienações entre empresas do Grupo), os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação, exceto as menos valias que constituam evidência de perdas de imparidade nos ativos transferidos.

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controle de outras entidades estruturadas, ainda que não possua participações de capital diretamente nessas entidades, estas são consolidadas pelo método de consolidação integral. As entidades nessas situações, quando existam, estão incluídas nesta Nota.

## Perímetro de consolidação

As empresas incluídas na consolidação e percentagem de capital detido são as seguintes:

Empresa e país	Percentagem de capital detido 2023	Percentagem de capital detido 2022
<b>Empresa-mãe</b>		
Floene Energias, S.A., Portugal	-	-
<b>Subsidiárias</b>		
Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A., Portugal	59,60%	59,60%
Dianagás - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Évora, S.A., Portugal	100,00%	100,00%
Duriensegás - Sociedade Distribuidora de Gás Natural do Douro, S.A., Portugal	100,00%	100,00%
Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A., Portugal	100,00%	100,00%
Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A., Portugal	97,19%	97,19%
Medigás - Sociedade Distribuidora de Gás Natural do Algarve, S.A., Portugal	100,00%	100,00%
Paxgás - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Beja, S.A., Portugal	100,00%	100,00%
Setgás - Sociedade de Distribuição de Gás Natural, S.A., Portugal	100,00%	100,00%
Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A., Portugal	99,36%	99,36%

## 32. Eventos subsequentes

No dia 8 de março de 2024, a Empresa formalizou um Programa de Papel Comercial, num montante de €79 000 k, com o objetivo de reforçar a sua posição financeira. O Programa de Papel Comercial tem um prazo de 4 anos (a partir da data da primeira emissão) e tem uma taxa de juro variável, indexada à Euribor e a um *spread* contratualizado. No dia 24 de abril de 2024, a Empresa reembolsou antecipadamente o Empréstimo Obrigacionista de €70 000k, que vencia no dia 1 de agosto de 2024 (Nota 15), com recurso a Caixa e seus equivalentes.

No dia 19 de março de 2024, a Setgás foi notificada do Acórdão n.º 197/ 2024 proferido pelo 1.ª Secção do Tribunal Constitucional, referente à CESE de 2019, com decisão não definitiva favorável à Empresa, cujo impacto financeiro ascende a cerca de €1 500 k.

Não ocorreram eventos subsequentes adicionais após 31 de dezembro de 2023 com impacto relevante nas demonstrações financeiras anexas.

### 33. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 24 de abril de 2024. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal. O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações do Grupo, o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa.

#### O Conselho de Administração

---

**Diogo António Rodrigues da Silveira**

Presidente

---

**Gabriel Nuno Charrua de Sousa**

Vogal

---

**Roxana Tataru**

Vogal

---

**Satoshi Kanomata**

Vogal

---

**Karl Klaus Liebel**

Vogal

---

**Pedro Álvaro de Brito Gomes Doutel**

Vogal

---

**Ippei Kojima**

Vogal

---

**Carlos Miguel Faria da Silva**

Vogal

---

**Nuno Luís Mendes Holbech Bastos**

Vogal

#### Contabilista Certificado

---

**Ana Maria Serafim de Brito Mousinho**

## Anexo III b) – Demonstrações Financeiras Individuais

### Índice

Demonstração da posição financeira	66
Demonstração dos resultados e do outro rendimento Integral	67
Demonstração das alterações no capital próprio	68
Demonstração dos fluxos de caixa	69
Notas às demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2023	70
1. Informação corporativa	70
2. Políticas contabilísticas significativas, estimativas e julgamentos	70
3. Impactos resultantes da aplicação de novas normas ou alterações às normas IFRS	72
4. Ativos tangíveis	73
5. Ativos intangíveis	74
6. Direitos de uso de ativos e responsabilidades por locações	76
7. Subsídios	79
8. <i>Goodwill</i>	79
9. Participações financeiras em subsidiárias	79
10. Inventários	81
11. Clientes e outras contas a receber	81

12. Outros ativos financeiros	85
13. Caixa e seus equivalentes	85
14. Dívida financeira	85
15. Fornecedores e outras contas a pagar	88
16. Imposto sobre o rendimento	89
17. Responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios	91
18. Provisões	94
19. Instrumentos financeiros derivados	94
20. Ativos e passivos financeiros	95
21. Gestão de riscos financeiros	96
22. Estrutura de capital	97
23. Proveitos e ganhos	98
24. Custos e perdas	99
25. Custos com o pessoal	100
26. Proveitos e custos financeiros	101
27. Ativos e passivos contingentes	102
28. Transações com partes relacionadas	102
29. Informação sobre matérias ambientais	104
30. Eventos subsequentes	104
31. Aprovação das demonstrações financeiras	105

## Demonstração da posição financeira

### Demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022

(Montantes expressos em milhares de Euros - € k)

	Notas	2023	2022
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo não corrente:</b>			
Ativos tangíveis	4	42	14
Ativos intangíveis	5	11 117	4 928
Direitos de uso de ativos	6	4 550	4 863
Participações financeiras em subsidiárias	9	640 422	640 422
Ativos por impostos diferidos	16	139	96
Outras contas a receber	11	38	32
Outros ativos financeiros	12	127 246	127 246
<b>Total de ativos não correntes:</b>		<b>783 555</b>	<b>777 601</b>
<b>Ativo corrente:</b>			
Clientes	11	6 591	8 672
Outras contas a receber	11	9 247	6 936
Imposto corrente sobre o rendimento a receber	16	5 375	11 938
Caixa e seus equivalentes	13	74 555	76 779
<b>Total dos ativos correntes:</b>		<b>95 768</b>	<b>104 325</b>
<b>Total do ativo:</b>		<b>879 323</b>	<b>881 926</b>

(Montantes expressos em milhares de Euros - € k)

	Notas	2023	2022
<b>Capital Próprio e Passivo</b>			
<b>Capital próprio:</b>			
Capital social	22	89 529	89 529
Prestações acessórias	22	21 588	19 516
Reservas	22	13 614	13 428
Resultados acumulados		14 535	26 118
<b>Total do capital próprio:</b>		<b>139 266</b>	<b>148 591</b>
<b>Passivo:</b>			
<b>Passivo não corrente:</b>			
Dívida financeira	14	596 771	68 171
Responsabilidades por locações	6	4 277	4 579
Outras contas a pagar	15	220	79
Responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios	17	749	680
<b>Total do passivo não corrente:</b>		<b>602 017</b>	<b>73 509</b>
<b>Passivo corrente:</b>			
Dívida financeira	14	70 379	600 000
Responsabilidades por locações	6	436	422
Fornecedores	15	6 775	3 876
Outras contas a pagar	15	57 853	51 801
Imposto corrente sobre o rendimento a pagar	16	2 598	3 726
<b>Total do passivo corrente:</b>		<b>138 040</b>	<b>659 826</b>
<b>Total do passivo:</b>		<b>740 057</b>	<b>733 334</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo:</b>		<b>879 323</b>	<b>881 926</b>

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração da posição financeira e devem ser lidas em conjunto.

## Demonstração dos resultados e do outro rendimento integral

### Demonstração dos resultados e do outro rendimento integral para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022

(Montantes expressos em milhares de Euros - € k)

	Notas	2023	2022
Prestação de serviços	23	24 932	22 879
Outros proveitos operacionais	23	220	132
Proveitos financeiros	26	16 749	6 474
Resultados relativos a participações financeiras em subsidiárias	9 e 23	14 996	7 493
<b>Total de proveitos e ganhos:</b>		<b>56 898</b>	<b>36 977</b>
Fornecimentos e serviços externos	24	(10 862)	(10 868)
Custos com o pessoal	24 e 25	(13 127)	(11 038)
Amortizações, depreciações e perdas por imparidade de ativos fixos e direitos de uso	4, 5, 6 e 24	(1 160)	(1 189)
Outros custos operacionais	24	(104)	(76)
Custos financeiros	24 e 26	(30 665)	(10 827)
<b>Total de custos e perdas:</b>		<b>(55 919)</b>	<b>(33 998)</b>
<b>Resultado antes de impostos e outras contribuições:</b>		<b>979</b>	<b>2 980</b>
Imposto sobre o rendimento	16	2 600	738
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>3 579</b>	<b>3 718</b>
<b>Resultado básico e diluído por ação (valor em Euros)</b>		<b>0,04</b>	<b>0,04</b>
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>3 579</b>	<b>3 718</b>
Itens que no futuro não serão reciclados por resultados do período			
Ganhos e perdas atuariais - benefícios de reforma	17	31	(136)
Imposto relacionado com os ganhos e perdas atuariais	16 e 17	(7)	31
<b>Total do rendimento integral do exercício</b>		<b>3 603</b>	<b>3 612</b>

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos resultados e do outro rendimento integral e devem ser lidas em conjunto.

## Demonstração das alterações no capital próprio

### Demonstração das alterações no capital próprio para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022

(Montantes expressos em milhares de Euros - € k)

	Notas	Capital social	Prestações acessórias	Reservas	Resultados acumulados - remuneração	Resultados acumulados - outros	Resultado líquido do exercício	Total
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2022</b>		<b>89 529</b>	<b>19 516</b>	<b>12 471</b>	<b>(83)</b>	<b>19 409</b>	<b>19 137</b>	<b>159 980</b>
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	-	3 718	3 718
Outros ganhos e perdas líquidas reconhecidos no capital próprio	17	-	-	-	(106)	-	-	(106)
<b>Rendimento integral do exercício</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(106)</b>	<b>-</b>	<b>3 718</b>	<b>3 612</b>
Aplicação de resultados		-	-	957	-	18 180	(19 137)	-
Distribuição de dividendos		-	-	-	-	(15 000)	-	(15 000)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>89 529</b>	<b>19 516</b>	<b>13 428</b>	<b>(188)</b>	<b>22 588</b>	<b>3 718</b>	<b>148 591</b>
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2023</b>		<b>89 529</b>	<b>19 516</b>	<b>13 428</b>	<b>(188)</b>	<b>22 588</b>	<b>3 718</b>	<b>148 591</b>
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	-	3 579	3 579
Outros ganhos e perdas líquidas reconhecidos no capital próprio	17	-	-	-	24	-	-	24
<b>Rendimento integral do exercício</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>24</b>	<b>-</b>	<b>3 579</b>	<b>3 603</b>
Constituição de Prestações acessórias	22	-	2 072	-	-	-	-	2 072
Aplicação de resultados	22	-	-	186	-	3 532	(3 718)	-
Distribuição de dividendos	22	-	-	-	-	(15 000)	-	(15 000)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>89 529</b>	<b>21 588</b>	<b>13 614</b>	<b>(163)</b>	<b>11 120</b>	<b>3 579</b>	<b>139 266</b>

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio e devem ser lidas em conjunto.

## Demonstração dos fluxos de caixa

### Demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Montantes expressos em milhares de Euros - € k)

	Notas	2023	2022
<b>Atividades operacionais:</b>			
Recebimentos de clientes		37 759	24 835
Pagamentos a fornecedores		(22 331)	(11 123)
Pagamentos ao pessoal		(9 906)	(9 838)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		7 993	(6 644)
Outros (pagamentos)/recebimentos relativos à atividade operacional		(5 150)	(4 441)
Recebimentos de dividendos	9 e 23	14 996	7 493
<b>Fluxos das atividades operacionais (1)</b>		<b>23 361</b>	<b>282</b>
<b>Atividades de investimento:</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios de investimento		217	-
Juros e proveitos similares		18 928	2 865
Empréstimos concedidos		-	13 670
Pagamentos provenientes de:			
Ativos tangíveis/intangíveis		(4 127)	(2 003)
<b>Fluxos das atividades de investimento (2)</b>		<b>15 018</b>	<b>14 532</b>
Atividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	14	600 000	-
Empréstimos obtidos - partes relacionadas		3 606	36 302
Prestações acessórias	22	2 072	-
Pagamentos provenientes de:			
Empréstimos obrigacionistas	14	(600 000)	-
Empréstimos obtidos - partes relacionadas		(11 980)	
Juros de empréstimos obtidos		(12 751)	(8 676)
Juros e custos similares		(6 085)	(2 593)
Locações	6	(390)	(363)
Juros de locações	6	(73)	(77)
Dividendos/distribuição de resultados	22	(15 000)	(15 000)
<b>Fluxos das atividades de financiamento (3)</b>		<b>(40 602)</b>	<b>9 593</b>
Variação líquida de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		(2 223)	24 408
Efeito da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes		(1)	-
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	13	76 779	52 372
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do exercício</b>	<b>13</b>	<b>74 555</b>	<b>76 779</b>

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa e devem ser lidas em conjunto.

# Notas às demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2023

## 1. Informação corporativa

A Floene Energias, S.A., (“Floene” ou “Empresa”) foi constituída em 2 de dezembro de 2009 sob a firma Galp Gás Natural Distribuição, SGPS, S.A., com objeto social a gestão de participações sociais de outras sociedades. Em 1 de abril de 2015, por deliberação unânime do acionista único GDP Gás de Portugal, SGPS, S.A., a Empresa alterou a denominação social para Galp Gás Natural Distribuição, S.A., passando o seu objeto social para o exercício de atividades no sector energético, em particular na distribuição de gás natural, incluindo a prestação de serviços de apoio à gestão empresarial, nas áreas de gestão, administrativa e logística, compras e aprovisionamento e sistemas de informação. Em outubro de 2022, a Empresa, alterou a sua denominação social de Galp Gás Natural Distribuição, S.A. para a atual, Floene Energias, S.A., mantendo o seu objeto social.

Em outubro de 2016, a Galp Gás & Power SGPS, S.A. (agora Galp New Energies, S.A.) vendeu 22,5% do Grupo Floene Energias, S.A. à entidade Meet Europe Natural Gas, Lda. Esta venda resultou do acordo celebrado em 28 de julho de 2016 entre a Galp Energia SGPS, S.A., através da sua subsidiária Galp New Energies, S.A. e a Marubeni Corporation e Toho Gas Co. Ltd.

No dia 26 outubro de 2020 a Galp New Energies, S.A. acordou com a Allianz Capital Partners, em nome das companhias Allianz Infrastructure Luxembourg II S.à.r.l. e a Allianz European Infrastructure Acquisition Holding S.à.r.l., a venda de 75,01% da sua participação na Floene, ficando ainda os restantes 2,49% do capital social da Floene a ser detidos pela Galp através da sua subsidiária Petrogal, S.A. Em 24 de março de 2021, e após autorizações regulatórias usuais e à obtenção de consentimentos de terceiros, a Allianz Capital Partners, cujo Acionista de topo é a Allianz SE, passou a deter uma participação qualificada de 75,01% do capital social da Floene. O remanescente do capital social da Floene é detido pela Meet Europe Natural Gas, Lda e pela Petrogal, S.A. (Nota 22).

A sua sede é em Lisboa, na Rua Tomás da Fonseca Torre C, 1600-209 Lisboa.

Em virtude da atual conjuntura resultante do conflito geopolítico entre a Rússia e Ucrânia, a Gestão da Floene continua a acompanhar a evolução da situação, de modo a controlar eventuais riscos operacionais, garantir a manutenção das suas atividades e mitigar eventuais impactos financeiros materialmente relevantes nas empresas do Grupo Floene (ou “Grupo”), constituído pela Floene Energias, S.A. e participadas. Até à data de aprovação das contas, o conflito geopolítico com a Rússia não teve impactos significativos na atividade.

## 2. Políticas contabilísticas significativas, estimativas e julgamentos

A informação material das principais políticas adotadas pela Empresa na preparação das demonstrações financeiras é a abaixo mencionada. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foram reconhecidos erros materiais relativos a exercícios anteriores.

## Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia, efetivas para exercícios económicos iniciados em 1 de janeiro de 2023. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS” – *International Financial Reporting Standards*) emitidas pelo International Accounting Standard Board (“IASB”), quer as Normas Internacionais de Contabilidade (“IAS”), emitidas pelo International Accounting Standards Committee (“IASC”) e respetivas interpretações – SIC e IFRIC, emitidas pelo Standing Interpretation Committee (“SIC”) e International Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designados genericamente por “IFRS”.

O Conselho de Administração da Empresa entende que as demonstrações financeiras anexas e as notas que se seguem asseguram uma adequada apresentação da informação financeira.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em milhares de Euros (Unid: € k), arredondados ao milhar mais próximo exceto se expresso em contrário. Deste modo, os subtotais e totais das tabelas apresentadas nestas demonstrações financeiras e notas explicativas podem não ser iguais à soma dos valores apresentados, devido a arredondamentos.

As políticas contabilísticas adotadas encontram-se, conforme o seu conteúdo, na nota respetiva do anexo. As políticas contabilísticas comuns ou genéricas a várias notas encontram-se nesta nota.

## Estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites, requer que se realizem estimativas que afetam os montantes dos ativos e passivos registados, a apresentação de ativos e passivos contingentes no final de cada exercício, bem como os proveitos e custos reconhecidos no decurso de cada exercício. Os resultados atuais poderiam ser diferentes dependendo das estimativas atualmente realizadas.

Determinadas estimativas são consideradas críticas se: (i) a natureza das estimativas é considerada significativa devido aos níveis de subjetividade e julgamentos necessários para a contabilização de situações em que existe grande incerteza ou pela elevada suscetibilidade de variação dessas situações e; (ii) o impacto das estimativas na situação financeira ou na atuação operativa é significativo.

Os princípios contabilísticos e as áreas que requerem um maior número de juízos e estimativas na preparação das demonstrações financeiras são: (i) imparidade de ativos intangíveis, direitos de uso de ativos e participações financeiras (Notas 5, 6 e 9); (ii) pressupostos demográficos e financeiros utilizados para o cálculo das responsabilidades com benefícios de reforma (Nota 17); (iii) imparidade para contas a receber (Nota 11); (iv) vidas úteis e valores residuais de ativos intangíveis (Nota 5); (v) ativos por impostos diferidos e estimativas sobre posições fiscais incertas (Nota 16); e (vi) rédito (Nota 23).

## Políticas contabilísticas gerais

### Resultado básico e diluído por ação

O resultado básico por ação é apurado com base na divisão dos lucros ou prejuízos atribuíveis aos detentores de capital próprio ordinário da Empresa pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período. Para a finalidade de calcular o resultado diluído por ação, a Empresa ajusta os lucros ou prejuízos atribuíveis aos detentores ordinários de capital próprio, bem como o número médio ponderado de ações em circulação, para efeitos de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras. Nos períodos abrangidos por estas demonstrações financeiras não existiram quaisquer efeitos diluidores com impacto no resultado líquido por ação, pelo que este é igual ao resultado básico por ação.

## 3. Impactos resultantes da aplicação de novas normas ou alterações às normas IFRS

### Normas e interpretações publicadas que entraram em vigor no exercício

As normas IFRS aprovadas e publicadas no Jornal Oficial da União Europeia (“JOUE”) com aplicação no exercício de 2023 são resumidamente apresentadas no quadro abaixo:

Normas IAS	Data de publicação no JOUE	Data de aplicação contabilística	Exercício económico em que se aplica	Observações
Alterações à IAS 12 Impostos sobre o Rendimento: Reforma da tributação internacional – Regras do modelo do Pilar Dois (emitida a 23 de maio de 2023)	09/11/2023	Imediatamente e 01/01/2023 para períodos anuais de reporte	2023	Sem impacto relevante.
Alterações à IFRS 17 Contrato de seguro: Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 – informação comparativa (emitida a 9 de dezembro de 2021)	09/09/2022	01/01/2023	2023	Não aplicável.
Alterações à IAS 12 Impostos sobre o Rendimento: Imposto diferido relacionado com os ativos e passivos associados a uma única transação (emitida a 7 de maio de 2021)	12/08/2022	01/01/2023	2023	Sem impacto relevante.
Alterações à IAS 1 Apresentação de demonstrações financeiras e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contabilísticas (emitida a 12 de fevereiro de 2021)	03/03/2022	01/01/2023	2023	Sem impactos contabilísticos. Impacto nas divulgações.
Alterações à IAS 8 Políticas contabilísticas, Alteração de estimativas, Erros, Reexpressão: Divulgação de estimativas contabilísticas (emitida a 12 de fevereiro de 2021)	03/03/2022	01/01/2023	2023	Sem impacto relevante.
IFRS 17 Contratos de seguro (emitida a 18 de maio de 2017), incluindo alterações à IFRS 17	23/11/2021	01/01/2023	2023	Não aplicável.

## Normas e interpretações publicadas que irão entrar em vigor em exercícios futuros

As normas IFRS aprovadas e publicadas no JOUE durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e com aplicação contabilística em exercícios posteriores são resumidamente apresentadas no quadro abaixo:

Normas IAS	Data da publicação no JOUE	Data de aplicação contabilística	Exercício económico em que se aplica	Observações
Alterações à IAS 1 Apresentação de demonstrações financeiras: Passivos não correntes com <i>covenants</i> (emitida a 31 de outubro de 2022)	20/12/2023	01/01/2024	2024	Sem impacto previsível.
Alterações à IFRS 16 Locações: Passivos de locação em transações de venda e relocação (emitida 22 de setembro de 2022)	21/11/2023	01/01/2024	2024	Sem impacto significativo previsível.

## Normas e interpretações ainda não publicadas pela União Europeia

As normas IFRS (novas e alterações) que se tornam efetivas, em ou após 1 de janeiro de 2024, ainda não endossadas pela UE são resumidamente apresentadas no quadro abaixo:

Normas IAS	Data de aplicação contabilística	Exercício económico em que se aplica	Observações
Alterações à IAS 7 Demonstrações dos Fluxos de Caixa e IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações - Acordos de financiamento de fornecedores (emitida a 25 de maio de 2023)	01/01/2024	2024	Sem impacto previsível.
Alterações à IAS 21 Os Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio: Falta de permutabilidade (emitida 15 de agosto de 2023)	01/01/2025	2025	Sem impactos contabilísticos.

## 4. Ativos tangíveis

### Política contabilística

Os ativos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, reavaliado, quando aplicável, deduzido das depreciações acumuladas e das eventuais perdas por imparidades. O custo de aquisição inclui o preço de fatura, as despesas de transporte e montagem.

As depreciações são calculadas sobre o valor de custo considerado ou sobre o custo de aquisição, pelo método das quotas constantes, aplicada a partir da data em que estejam disponíveis para uso nas condições pretendidas pelo Conselho de Administração, utilizando-se de entre as taxas económicas mais apropriadas, as que permitam a reintegração dos ativos tangíveis, durante a sua vida útil estimada.

Os ativos tangíveis estão, na sua globalidade, afetos à atividade da Empresa.

Unid: € k

		2023	2022
	Equipamento Administrativo	Total	Total
Em 31 de dezembro			
Custo	53	53	14
Depreciação acumulada	(12)	(12)	-
<b>Valor líquido</b>	<b>42</b>	<b>42</b>	<b>14</b>
<b>Saldo inicial</b>	14	14	-
Adições	40	40	14
Depreciações e imparidades	(12)	(12)	-
<b>Saldo final</b>	<b>42</b>	<b>42</b>	<b>14</b>

## 5. Ativos intangíveis

### Política contabilística

#### Reconhecimento

Os ativos intangíveis encontram-se valorizados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se forem identificáveis, e se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa e sejam controláveis e mensuráveis com fiabilidade.

As despesas com desenvolvimento somente são registadas como ativos intangíveis se a Empresa demonstrar capacidade técnica e económica, bem como decisão para completar esse desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso próprio, e demonstre igualmente, a probabilidade do ativo criado gerar benefícios económicos futuros. Caso as despesas não satisfaçam esses requisitos, as despesas com desenvolvimento são registadas como custo do exercício em que são incorridas.

#### Amortização

Os ativos intangíveis com vida útil finita são amortizados pelo método das quotas constantes.

As taxas de amortização variam conforme os prazos dos contratos existentes ou a expectativa de uso do ativo intangível.

As taxas de amortização anuais médias utilizadas podem resumir-se como segue:

	2023	2022
Propriedade industrial e outros direitos	24,00%	28,00%

### Estimativas contabilísticas e julgamentos

#### Vidas úteis e valores residuais de ativos intangíveis

A determinação dos valores residuais e das vidas úteis dos ativos, bem como o método de amortização a aplicar é essencial para determinar o montante das amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada período. Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do sector. Alterações na vida económica dos ativos são registadas de forma prospetiva.

Os ativos intangíveis são detalhados como segue:

	Unid: € k			
			2023	2022
	Propriedade industrial e outros direitos	Ativo intangível em curso	Total	Total
Em 31 de dezembro				
Custo	5 068	9 618	14 687	7 763
Amortização acumulada	(3 569)	-	(3 569)	(2 835)
<b>Valor líquido</b>	<b>1 499</b>	<b>9 618</b>	<b>11 117</b>	<b>4 928</b>
<b>Saldo inicial</b>	<b>1 373</b>	<b>3 556</b>	<b>4 928</b>	<b>2 519</b>
Adições	-	6 963	6 963	3 221
Amortizações e imparidades	(734)	-	(734)	(798)
Transferências	861	(886)	(25)	-
Outros ajustamentos	-	(14)	(14)	(14)
<b>Saldo final</b>	<b>1 499</b>	<b>9 618</b>	<b>11 117</b>	<b>4 928</b>

O montante de €6 963 k, refere-se, essencialmente, a projetos relacionados com alteração dos sistemas de informação, das empresas do Grupo Floene e com a nova marca.

## 6. Direitos de uso de ativos e responsabilidades por locações

### Política contabilística

#### Reconhecimento

A Empresa reconhece um direito de uso de um ativo e um passivo de locação na data de entrada em vigor do contrato de arrendamento. O direito de uso do ativo é inicialmente mensurado ao custo, que compreende o valor inicial da responsabilidade de locação ajustada por quaisquer pagamentos de locação feitos em ou antes da data de início, além de quaisquer custos diretos iniciais incorridos, assim como uma estimativa dos custos de desmantelamento e remoção do ativo subjacente (caso aplicável), deduzido de qualquer incentivo concedido.

A responsabilidade da locação é inicialmente reconhecida pelo valor presente das rendas ainda não pagas à data do contrato de locação, descontando os juros a uma taxa de juro implícita na locação, ou no caso em que não seja possível determinar esta taxa facilmente, utilizando a taxa de juro incremental da Empresa. Em geral, a Empresa utiliza a sua taxa de juro incremental como a taxa de desconto a aplicar. Pagamentos de locação incluídos na mensuração do passivo de locação incluem o seguinte:

- pagamentos fixos, deduzidos de quaisquer incentivos já recebidos;
- pagamentos de locação variável, dependente de uma determinada taxa ou índice;
- montantes que sejam devidos ao abrigo de uma garantia do valor residual;
- preço de exercício da opção de compra, se for razoavelmente certo que o locatário exerça a opção; e
- pagamento de penalidades pelo término do contrato, se for razoavelmente certo que o locatário cancele o contrato.

A responsabilidade por locações é mensurada pelo custo amortizado, utilizando o método do juro efetivo. É remensurada quando se verificam alterações nos pagamentos futuros derivados de uma alteração da taxa ou índice, se ocorrer uma alteração na estimativa da Empresa do montante que deverá ser pago sob uma garantia de valor residual, ou caso a Empresa altere a sua avaliação acerca da opção de exercício de compra, sua extensão ou rescisão.

Quando a responsabilidade por locações é remensurada, o valor do direito de uso é também ajustado, ou é registado um lucro ou prejuízo na demonstração dos resultados, se a quantia escriturada do ativo do direito de uso já se encontrava reduzida a zero.

A Empresa apresenta os direitos de uso de ativos e as responsabilidades por locações em rubricas devidamente segregadas na demonstração da posição financeira.

#### Locações de curto prazo ou locações de ativos de baixo valor

A Empresa não reconhece como direitos de uso de ativos ou responsabilidade de locações, contratos de locação de duração inferior a 12 meses ou locações de baixo valor. A Empresa reconhece os dispêndios associados a estas locações, como um custo do exercício durante o período de vida dos contratos.

## Amortização

O direito de uso do ativo é amortizado utilizando o método de quotas constantes, com base no mais baixo de entre a vida útil do ativo do direito de uso ou o fim do prazo da locação. A vida útil estimada dos ativos do direito de uso é determinada na mesma base que para os restantes ativos tangíveis.

## Imparidades

O direito de uso do ativo é periodicamente reduzido por perdas de imparidade, e ajustado por certas variações da obrigação por locações associadas ao ativo.

## Estimativas contabilísticas e julgamentos

### Vidas úteis, valores residuais dos ativos e taxas de desconto

O apuramento dos valores residuais dos ativos, estimativa das vidas úteis e taxas de desconto têm por base premissas dos contratos de locação (ou ativos similares) e são definidos baseados no julgamento da Gestão, assim como as melhores práticas em uso pelos *peers* do setor.

### Imparidade dos Direitos de uso de ativos

Identificação de indicadores de imparidade, estimativa de fluxos de caixa futuros e determinação do justo valor dos ativos exige um elevado nível de julgamento da Gestão, em termos de identificação e avaliação dos indicadores de imparidade diferentes, nomeadamente o fluxo de caixa esperado, as taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

Os Direitos de uso de ativos são detalhados como segue:

			Unid: € k	
			2023	2022
	Edifícios	Viaturas	Total	Total
Em 31 de dezembro				
Custo	5 909	356	6 265	6 243
Amortização acumulada	(1 570)	(144)	(1 714)	(1 380)
<b>Valor líquido</b>	<b>4 339</b>	<b>212</b>	<b>4 550</b>	<b>4 863</b>
<b>Saldo a 1 de janeiro</b>	<b>4 649</b>	<b>214</b>	<b>4 863</b>	<b>4 991</b>
Adições	-	102	102	257
Amortizações	(310)	(105)	(415)	(391)
Outros ajustamentos	-	-	-	7
<b>Saldo a 31 de dezembro</b>	<b>4 339</b>	<b>212</b>	<b>4 550</b>	<b>4 863</b>

As responsabilidades por locações são como segue:

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
<b>Análise de maturidade - cash flows contratuais não descontados:</b>	<b>5 204</b>	<b>5 562</b>
Inferior a um ano	439	425
Um a cinco anos	1 560	1 576
Mais de cinco anos	3 205	3 561
<b>Responsabilidades por locações na demonstração da posição financeira:</b>	<b>4 713</b>	<b>5 001</b>
Corrente	436	422
Não corrente	4 277	4 579

Os montantes reconhecidos nos resultados do exercício apresentam o seguinte detalhe:

	Notas	2023	2022
		<b>819</b>	<b>918</b>
Juros de locações	26	73	77
Custos relacionados com locações de curta duração, baixo valor e pagamentos variáveis	24	746	841

Os montantes reconhecidos na demonstração de fluxos de caixa são como segue:

	2023	2022
<b>Atividades de financiamento:</b>	<b>(463)</b>	<b>(440)</b>
Pagamentos relativos a locações	(390)	(363)
Pagamentos relativos a juros de locações	(73)	(77)

## 7. Subsídios

### Política contabilística

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe certeza de que sejam recebidos e que a Empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão. Os subsídios ao investimento para financiamento de ativos tangíveis e intangíveis são registados como proveitos diferidos na rubrica de Outras contas a pagar no passivo, e reconhecidos na demonstração dos resultados, como rendimentos operacionais do período, proporcionalmente às depreciações/amortizações respetivas dos ativos subsidiados.

O detalhe dos subsídios apresenta-se como segue:

	Notas	2023	2022
<b>Programas:</b>		<b>297</b>	<b>80</b>
Green Pipeline		297	80
<b>Valor acumulado reconhecido como rendimento</b>		<b>(62)</b>	<b>(1)</b>
<b>Montante por reconhecer</b>	<b>15</b>	<b>236</b>	<b>79</b>

Unid: € k

No decorrer do exercício foram reconhecidos €62 k (2022: €1 k) em proveitos do exercício.

## 8. Goodwill

Não aplicável.

## 9. Participações financeiras em subsidiárias

### Política contabilística

As participações em empresas subsidiárias são registadas ao custo de aquisição, sendo mensuradas subsequentemente ao custo, deduzidas, quando aplicável, de perdas por imparidade.

Os dividendos recebidos das empresas subsidiárias são registados nos resultados do exercício quando atribuídos. Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico da participação financeira, a Empresa regista a respetiva perda por imparidade na mesma rubrica.

As participações financeiras em subsidiárias são como segue:

Empresa	País	Percentagem de capital detido	
		2023	2022
<b>Empresas subsidiárias:</b>			
Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A.	Portugal	59,60%	59,60%
Dianagás - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Évora, S.A.	Portugal	100,00%	100,00%
Duriensegás - Sociedade Distribuidora de Gás Natural do Douro, S.A.	Portugal	100,00%	100,00%
Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A.	Portugal	100,00%	100,00%
Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A.	Portugal	97,19%	97,19%
Medigás - Sociedade Distribuidora de Gás Natural do Algarve, S.A.	Portugal	100,00%	100,00%
Paxgás - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Beja, S.A.	Portugal	100,00%	100,00%
Setgás - Sociedade de Distribuição de Gás Natural, S.A.	Portugal	100,00%	100,00%
Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A.	Portugal	99,36%	99,36%

Todas as participações financeiras detidas estão relacionadas com a atividade principal da Empresa bem como com o negócio de distribuição e comercialização de gás do Grupo.

	Informação financeira das subsidiárias - 2023			
	Total de ativos	Total de passivos	Capital próprio	Resultado líquido do exercício
	<b>1 237 220</b>	<b>505 534</b>	<b>731 686</b>	<b>29 569</b>
Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A.	80 829	32 114	48 715	2 007
Dianagás - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Évora, S.A.	13 334	3 690	9 644	(431)
Duriensegás - Sociedade Distribuidora de Gás Natural do Douro, S.A.	35 637	9 821	25 817	847
Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A.	517 452	314 229	203 223	9 925
Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A.	294 936	74 392	220 544	7 959
Medigás - Sociedade Distribuidora de Gás Natural do Algarve, S.A.	19 291	4 814	14 476	97
Paxgás - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Beja, S.A.	6 075	823	5 252	193
Setgás - Sociedade de Distribuição de Gás Natural, S.A.	167 394	44 346	123 048	5 903
Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A.	102 272	21 304	80 969	3 069

Para informação comparativa, consultar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

	Participações financeiras		Resultados relativos a participações financeiras	
	Custo Aquisição	Valor Líquido	Dividendos	Total
<b>Participações financeiras em subsidiárias</b>	<b>640 422</b>	<b>640 422</b>	<b>14 996</b>	<b>14 996</b>
<b>Empresas subsidiárias:</b>				
Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A.	20 296	20 296	-	-
Dianagás - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Évora, S.A.	9 987	9 987	297	297
Duriensegás - Sociedade Distribuidora de Gás Natural do Douro, S.A.	25 766	25 766	649	649
Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A.	157 205	157 205	7 965	7 965
Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A.	175 258	175 258	1 458	1 458
Medigás - Sociedade Distribuidora de Gás Natural do Algarve, S.A.	14 073	14 073	180	180
Paxgás - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Beja, S.A.	4 995	4 995	121	121
Setgás - Sociedade de Distribuição de Gás Natural, S.A.	143 273	143 273	2 250	2 250
Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A.	89 570	89 570	2 076	2 076

Para informação comparativa, consultar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Da análise efetuada pela Administração ao risco de imparidade, considerou-se não existirem indícios relevantes a 31 de dezembro de 2023.

## 10. Inventários

Não aplicável.

## 11. Clientes e Outras contas a receber

### Política contabilística

As contas a receber são inicialmente registadas ao justo valor e subsequentemente mensurados pelo seu custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica de Perdas por imparidade em contas a receber. Usualmente, o custo amortizado destes ativos não difere do seu valor nominal, nem do seu justo valor.

Clientes e outras contas a receber são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais para os fluxos de caixa (ou seja, são recebidos), quando são transferidos (por exemplo, vendidos) ou quando estão em imparidade.

## Estimativas e julgamentos contabilísticos

### Imparidades de contas a receber

A Empresa aplica a abordagem simplificada da IFRS 9 para mensurar as perdas de crédito esperadas, a qual utiliza as perdas de crédito esperadas ao longo da vida útil, para todas as contas a receber e que substitui o anterior modelo baseado em “perdas incorridas” previsto na IAS 39. As contas a receber foram agrupadas por segmento de negócio para efeitos da avaliação das perdas de crédito esperadas. O risco de crédito das contas a receber é avaliado em cada data de relato, tendo em consideração o perfil de risco de crédito do cliente. A análise de risco de crédito é baseada na probabilidade de *default* anual e também tem em conta o perfil de risco de crédito do cliente. A probabilidade de incobrabilidade representa uma probabilidade de *default* anual que reflete a posição atual e projeções futuras tendo em conta fatores macroeconómicos, enquanto que a perda na eventualidade de *default* representa a perda expectável quando o *default* ocorra.

As contas a receber são ajustadas em cada período de relato financeiro, tendo em conta as estimativas da Gestão relativamente ao risco de crédito, as quais podem ser diferentes das perdas por imparidade efetivamente ocorridas.

### Risco de crédito

Para fins de risco de crédito, se os clientes e outras contas a receber forem classificados de forma independente, essas classificações serão utilizadas. Caso contrário, se não houver classificação independente, o controle de risco avalia a qualidade de crédito do cliente, levando em consideração a sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de risco individuais são definidos com base em classificações internas ou externas, de acordo com os limites estabelecidos pela Gestão. O cumprimento dos limites de crédito pelos clientes é regularmente monitorizado pela Gestão.

Para futuras mitigações do risco de crédito, as garantias bancárias e apólices de seguro para um eventual incumprimento de crédito são um *standard* da política de risco global da Empresa.

Para mensurar as perdas de crédito esperadas, as contas a receber de clientes foram agrupadas com base nas características de risco de crédito comuns.

## Clientes

A rubrica de Clientes, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, apresenta o seguinte detalhe:

		Unid: € k	
	Notas	2023 Corrente	2022 Corrente
		<b>6 591</b>	<b>8 672</b>
Clientes c/c - partes relacionadas	28	6 591	8 672
Imparidades de clientes		-	-
<b>Antiguidade da dívida líquida de clientes:</b>		<b>6 591</b>	<b>8 672</b>
Não vencidos		1 876	5 132
Vencidos até 180 dias		1 394	1 507
Vencidos entre 181 e 365 dias		438	683
Vencidos a mais de 365 dias		2 883	1 351

Os saldos em aberto correspondem na sua totalidade a saldos com as suas subsidiárias, que a Empresa tenciona que sejam regularizados durante o ano de 2024.

O saldo de clientes vencido a mais de 365 dias não apresenta risco de incobabilidade, dado se tratarem de montantes referentes a empresas subsidiárias.

Conforme mencionado nas políticas acima, as contas a receber de clientes estão agrupadas com base em características de risco de crédito compartilhado e em dias de atraso. Para a Empresa, o nível de risco de crédito das contas a receber é o seguinte:

Tipo	Exposição ao risco
Não vencidos	Baixo
Vencidos até 180 dias	Médio
Vencidos entre 181 e 365 dias	Alto
Vencidos há mais de 365 dias	Muito alto

## Outras contas a receber

As Outras contas a receber apresentam o seguinte detalhe em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022:

Unid: € k

	Notas	2023		2022	
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
		<b>9 247</b>	<b>38</b>	<b>6 936</b>	<b>32</b>
<b>Estado e outros entes públicos</b>		<b>806</b>	-	<b>46</b>	-
<b>Outros devedores:</b>		<b>808</b>	-	<b>293</b>	-
Saldos devedores de fornecedores		160	-	37	-
Adiantamentos a fornecedores		617	-	223	-
Pessoal		-	-	1	-
Outros		30	-	33	-
<b>Partes relacionadas</b>	28	<b>31</b>	-	<b>17</b>	-
<b>Ativos resultantes de contratos:</b>		<b>5 496</b>	-	<b>5 910</b>	-
Prestações de serviços realizadas e não faturadas		1	-	-	-
Juros a receber	28	504	-	3 811	-
Outros	28	4 991	-	2 099	-
<b>Custos diferidos:</b>		<b>2 107</b>	<b>38</b>	<b>669</b>	<b>32</b>
Outros custos diferidos		2 107	38	669	32

O montante de €504 k refere-se a juros a receber pela subsidiária LisboaGás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A., estando incluídos na Nota 28 como Acréscimos e Diferimentos.

O montante de €4 991 k, registado em Ativos resultante de contratos – outros, refere-se, entre outros, a serviços de gestão prestados a empresas do Grupo em 2023 (€4 877 k), a faturar em janeiro de 2024. Este montante está incluído na Nota 28 como Acréscimos e Diferimentos.

O montante de €2 107 k, registado em outros custos diferidos, refere-se essencialmente a encargos financeiros relacionados com o Programa de Papel Comercial referido na Nota 30, a reconhecer ao longo da vida útil do empréstimo.

## 12. Outros ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 os Outros ativos financeiros apresentam o seguinte detalhe:

		Unid: € k	
		2023	2022
		Não corrente	
		127 246	127 246
Ativos financeiros não mensurados ao justo valor - Empréstimos	28	127 246	127 246

Os empréstimos reconhecidos respeitam a empréstimos concedidos a empresas subsidiárias que vencem juros a uma taxa de mercado, indexada à Euribor, e não têm prazo de reembolso definido. A Administração da Empresa entende que os empréstimos classificados em não corrente não serão reembolsados no próximo exercício, motivo pelo qual se encontram classificados dessa forma.

## 13. Caixa e seus equivalentes

### Política contábilística

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e seus equivalentes correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses da data de emissão, e que possam ser imediatamente mobilizáveis estando sujeitas a um risco insignificante de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de Caixa e seus equivalentes compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de Dívida financeira, na demonstração da posição financeira. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a rubrica de Caixa e seus equivalentes apresenta o seguinte detalhe:

		Unid: € k	
		2023	2022
		74 555	76 779
Caixa e seus equivalentes		74 555	76 779

## 14. Dívida financeira

### Política contábilística

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão desses empréstimos. Os empréstimos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva, e contabilizados na demonstração dos resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros incluem essencialmente os juros de financiamento e eventualmente os gastos de comissões com a estruturação dos empréstimos.

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 a dívida financeira detalha-se, como segue:

Unid: € k

	2023		2022	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
<b>Empréstimos por obrigações e notes:</b>	<b>70 379</b>	<b>596 771</b>	<b>600 000</b>	<b>68 171</b>
<i>Origination Fees</i>	379	(3 229)	-	(1 829)
Empréstimo Obrigacionista	70 000	-	-	70 000
Notes – EMTN 2016	-	-	600 000	-
Notes – EMTN 2023 e Empréstimo Obrigacionista Sindicado	-	600 000	-	-

## Caracterização dos principais empréstimos

### EMTN 2016

A Empresa estabeleceu a 25 de agosto de 2016 um Programa EMTN (“Euro 1 000 000 000 *Euro Medium Term Note Programme*”). No dia 19 de setembro de 2016 emitiu *notes* no montante de €600 000 k, com vencimento em 19 de setembro de 2023 e cupão de 1,375%, admitidas à negociação no mercado regulado de *London Stock Exchange*. Nesta transação atuaram como *Joint-Bookrunners* o JP Morgan, BofA, Merrill Lynch e Banco Santander Totta.

No início de março de 2023, a Empresa iniciou o processo de refinanciamento do EMTN 2016 tendo concretizado uma operação de recompra parcial, através de um *Liability Management Exercise* (“LME”), no montante de €180 000 k, financiada via Empréstimo Obrigacionista Sindicado. No dia 19 de setembro de 2023, a Empresa reembolsou o montante remanescente de €420 000 k através do financiamento EMTN 2023.

### Empréstimo Obrigacionista

Em 1 de agosto de 2019, a Empresa emitiu obrigações no montante total de €70 000 k, com uma taxa de juro Euribor a 6 meses acrescida de *spread* e maturidade em 1 de agosto de 2024. A Empresa procedeu ao reembolso antecipado da totalidade do Empréstimo Obrigacionista no dia 24 de abril de 2024, com recurso à Caixa e seus equivalentes.

### *Back-stop facility*

A 8 de setembro de 2022, a Empresa contratou uma linha de crédito no formato obrigacionista, através de um sindicato bancário, com compromisso de tomada firme no montante total de €600 000 k, destinada a financiar o reembolso das EMTN 2016, e podendo ser utilizado até 25 de setembro de 2023. Esta linha foi parcialmente cancelada em março de 2023 no montante de €180 000 k, decorrente da operação de recompra parcial da EMTN 2016 via Empréstimo Obrigacionista Sindicado, e cancelada na totalidade em julho de 2023, após emissão de um empréstimo obrigacionista no valor de €420 000 k (ver EMTN 2023).

### **Empréstimo Obrigacionista Sindicado**

No dia 26 de fevereiro de 2023, a Empresa formalizou um Empréstimo Obrigacionista Sindicado, num montante de até €300 000 k. No dia 7 de março de 2023, utilizou o Empréstimo Obrigacionista Sindicado para financiar a recompra parcial do EMTN 2016 via LME, num montante de €180 000 k, com prazo de 3 anos e com taxa de juro variável indexada à Taxa Euribor e com *spread* contratualizado. O montante remanescente foi cancelando nessa mesma data.

### **EMTN 2023**

No dia 3 de julho de 2023, a Empresa conclui o processo de refinanciamento da EMTN 2016, com a emissão de um empréstimo obrigacionista a 5 anos, no valor de €420 000 k, admitido à negociação no mercado regulamentado da *Euronext Dublin*, com vencimento em 3 de julho de 2028 e cupão de 4,875%. A emissão foi feita ao abrigo de um Programa EMTN nos termos do Prospeto publicado no dia 16 de junho de 2023 (“Notes 2023”). Nesta transação atuaram como *Joint-Bookrunners* o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A., o Banco Santander Totta, S.A., o BNP Paribas e o Mizuho Securities Europe GmbH. Em 31 de dezembro de 2023, o valor de mercado das *Notes 2023* corresponde a €435 964 k.

Para efeitos da Diretiva da Transparência e Regulamento Abuso de Mercado, e na sequência da última emissão de valores mobiliários, a Floene passou a estar sujeita à supervisão do CBI (*Central Bank of Ireland*) e a prestar e a divulgar a informação relevante de acordo com as obrigações de reporte e transparência aplicáveis à Irlanda.

Ao abrigo dos financiamentos em vigor a 31 de dezembro de 2023, deixaram de ser aplicados os rácios financeiros (“*Financial Covenants*”).

## 15. Fornecedores e Outras contas a pagar

### Política contabilística

Fornecedores e Outras contas a pagar são inicialmente mensurados ao justo valor e subsequentemente valorizados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva. Em geral, o custo amortizado não difere do valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 as rubricas Fornecedores e Outras contas a pagar, correntes e não correntes apresentam-se como segue:

Unid: € k

	Notas	2023		2022	
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
<b>Fornecedores:</b>		<b>6 775</b>	<b>-</b>	<b>3 876</b>	<b>-</b>
Fornecedores c/c		761	-	1 109	-
Fornecedores - faturas em receção e conferência		903	-	1 026	-
Fornecedores - partes relacionadas	28	5 110	-	1 741	-
<b>Outras contas a pagar:</b>		<b>57 853</b>	<b>220</b>	<b>51 801</b>	<b>79</b>
<b>Estado e outros entes públicos:</b>		<b>223</b>	<b>-</b>	<b>202</b>	<b>-</b>
Outras tributações		223	-	202	-
<b>Outros credores:</b>		<b>755</b>	<b>-</b>	<b>611</b>	<b>-</b>
Fornecedores de ativos tangíveis e intangíveis		724	-	483	-
Pessoal		31	-	18	-
Outros		-	-	110	-
<b>Partes relacionadas:</b>		<b>35 619</b>	<b>-</b>	<b>42 324</b>	<b>-</b>
Empréstimos	28	35 619	-	42 324	-
<b>Acréscimos de custos:</b>		<b>20 114</b>	<b>-</b>	<b>7 689</b>	<b>-</b>
Fornecimentos e serviços externos		1 905	-	2 150	-
Remunerações a liquidar		3 613	-	2 862	-
Juros a liquidar		14 595	-	2 687	-
Outros acréscimos de custos		1	-	(10)	-
<b>Proveitos diferidos:</b>		<b>1 143</b>	<b>220</b>	<b>975</b>	<b>79</b>
Subsídios ao investimento	7	16	220	-	79
Outros		1 127	-	975	-

O empréstimo, no montante de €35 619 k, respeita a *cash pooling* com as subsidiárias e tem como objetivo gerir as necessidades de tesouraria do Grupo (Nota 28). Este saldo vence juros a uma taxa indexada à Euribor.

Na rubrica de Fornecimentos e serviços externos, no montante de €1 905 k, encontram-se incluídos €1 294 k relativos a acréscimos de custos com partes relacionadas (Nota 28).

## 16. Imposto sobre o rendimento

### Política contabilística

A Empresa é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”). A Empresa e algumas das suas subsidiárias encontram-se abrangidas pelo regime especial de tributação de grupos de sociedades (“RETGS”), sendo a Floene a sociedade dominante. O imposto sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis de acordo com as regras fiscais aplicáveis e em vigor em Portugal.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação substantivamente decretadas que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

### Estimativas e julgamentos contabilísticos

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. Na data de cada demonstração da posição financeira é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de reconhecer ativos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e/ou para reduzir o montante dos ativos por impostos diferidos registados em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

Os impostos diferidos são registados na demonstração dos resultados do exercício, exceto se resultarem de itens registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é igualmente registado naquela rubrica.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o saldo do imposto sobre o rendimento é como segue:

	Notas	Unid: € k			
		Ativo		Passivo	
		2023	2022	2023	2022
		<b>5 375</b>	<b>11 938</b>	<b>2 598</b>	<b>3 726</b>
<b>Empresas do Grupo:</b>	<b>28</b>	-	<b>11 938</b>	<b>2 598</b>	-
Imposto sobre o rendimento a receber/pagar		-	11 938	2 598	-
<b>Estado e outros entes públicos:</b>		<b>5 375</b>	-	-	<b>3 726</b>
Imposto sobre o rendimento a receber/pagar		5 375	-	-	3 726

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo a pagar a empresas do Grupo Floene resulta da aplicação do RETGS, sendo a Empresa a sociedade dominante que procede aos pagamentos o Estado no âmbito deste regime. O saldo em aberto corresponde ao montante apurado resultante da estimativa de imposto sobre o rendimento do período deduzido das retenções na fonte e dos pagamentos por conta.

O imposto sobre o rendimento reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é detalhado

	2023			2022		
	Imposto corrente	Imposto diferido	Total	Imposto corrente	Imposto diferido	Total
<b>Imposto do período:</b>	<b>(2 550)</b>	<b>(50)</b>	<b>(2 600)</b>	<b>(791)</b>	<b>53</b>	<b>(738)</b>
Imposto sobre o rendimento do período	(2 680)	(50)	(2 730)	(727)	53	(674)
Insuficiência/(excesso) de estimativa de imposto	130	-	130	(64)	-	(64)

Segue abaixo a reconciliação do imposto sobre o rendimento para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

Unid: € k

	2023	Taxa	Imposto sobre o rendimento	2022	Taxa	Imposto sobre o rendimento
<b>Resultado antes de impostos:</b>	<b>979</b>	<b>21,00%</b>	<b>206</b>	<b>2 980</b>	<b>21,00%</b>	<b>626</b>
<b>Ajustamentos ao Imposto sobre o rendimento:</b>						
Insuficiência/(excesso) da estimativa de imposto		13,32%	130		(2,16%)	(64)
Tributação autónoma		24,88%	244		7,06%	210
Dividendos recebidos		(321,69%)	(3 149)		(52,81%)	(1 573)
Outros acréscimos e deduções		(3,06%)	(30)		2,14%	64
<b>Taxa e Imposto efetivo sobre o rendimento</b>	<b>(265,55%)</b>		<b>(2 600)</b>	<b>(24,77%)</b>		<b>(738)</b>

Para informação comparativa, consultar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Em 31 de dezembro de 2023 o movimento de impostos diferidos ativos e passivos, aplicando uma taxa de 22,5%, é composto como segue:

Unid: € k

	Efeito em Capital próprio	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	Efeito em Resultados
<b>Impostos diferidos ativos:</b>	<b>(7)</b>	<b>139</b>	<b>96</b>	<b>50</b>
Benefícios de reforma e outros benefícios	(7)	139	96	50

Para informação comparativa, consultar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

## 17. Responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios

### Política contabilística

#### Plano de contribuição definida

A Floene possui um plano de contribuição definida financiado por um fundo de pensões que é gerido por uma entidade independente. As contribuições da Empresa para o plano de contribuição definida são registadas na demonstração dos resultados no período em que ocorram.

#### Outros benefícios pós-emprego

A Empresa proporciona outros benefícios como pré-reformas e associado ao plano de contribuição definida, a Empresa concede um benefício mínimo para situações de invalidez e sobrevivência.

### Reconhecimento de planos de benefício definido

Os custos do exercício por planos de benefícios pós-emprego são determinados com base no método *Projected Unit Credit*. Este reflete os serviços prestados pelos empregados à data da avaliação, baseando-se em pressupostos atuariais, bem como considerando uma taxa de desconto para determinar o valor presente dos benefícios e as taxas projetadas de crescimento das remunerações. A taxa de desconto é baseada na rentabilidade de obrigações de elevada qualidade denominadas em Euros.

Os ganhos e perdas atuariais resultantes dos ajustamentos de experiência e alterações de pressupostos atuariais são registados em capital próprio no período em que ocorram. As Responsabilidades por Serviços Passados (“RSP”) são reconhecidas de forma imediata na demonstração dos resultados.

## Estimativas e julgamentos contabilísticos

### Pressupostos demográficos e financeiros usados para calcular as responsabilidades com benefícios pós-emprego

A contabilização de pensões e outros benefícios pós-emprego requer que sejam feitas estimativas ao mensurar o excesso ou insuficiência do plano de pensões do Grupo. Essas estimativas requerem a utilização de pressupostos em relação a eventos incertos, incluindo taxas de desconto, inflação e expectativa de vida.

## Benefícios pós-emprego

	Unid: € k	
	2023	2022
<b>Responsabilidade:</b>	<b>(749)</b>	<b>(680)</b>
<b>Benefícios de reforma</b>	<b>(129)</b>	<b>(254)</b>
<b>Outros benefícios:</b>	<b>(620)</b>	<b>(427)</b>
Benefício mínimo do plano de contribuição definida	(620)	(427)

## Responsabilidades pós-emprego

	Unid: € k	
	2023	2022
<b>RSP no final do exercício corrente:</b>	<b>749</b>	<b>680</b>
RSP no final do exercício anterior	680	526
Custo dos serviços correntes	207	74
Juro líquido	7	2
(Ganhos)/perdas atuariais	(31)	136
Pagamento de benefícios efetuados pela Empresa	(131)	(103)
Cortes	-	363
Outros ajustamentos	16	(318)

A maturidade média das responsabilidades para os planos de benefício definido é de 10 anos em 2023 (2022: 11,1 anos).

## Despesas com benefícios pós-emprego

Unid: € k

	Notas	2023	2022
Custo dos serviços correntes		207	74
Juro líquido		7	2
<b>Custo líquido do exercício antes de eventos especiais</b>		<b>214</b>	<b>76</b>
Impacto de cortes - reformas antecipadas		-	363
Outros ajustamentos		16	(318)
<b>Custo líquido do exercício com gastos do plano de benefícios definidos</b>		<b>230</b>	<b>121</b>
Contribuição definida		108	93
<b>Custo líquido do exercício com gastos do plano de contribuição definida</b>		<b>108</b>	<b>93</b>
<b>Total</b>	<b>25</b>	<b>338</b>	<b>214</b>

## Remensurações

Unid: € k

	Notas	2023	2022
		<b>24</b>	<b>(106)</b>
<b>Ganhos e perdas reconhecidos - via rendimento integral:</b>		<b>31</b>	<b>(136)</b>
Ganho/(perda) atuarial de experiência		23	(210)
Ganho/(perda) atuarial por alteração de pressupostos		9	74
<b>Impostos relacionados aos ganhos e perdas atuariais</b>	<b>16</b>	<b>(7)</b>	<b>31</b>

## Pressupostos

	Outros benefícios	
	2023	2022
Taxa de desconto	4,00%	3,75%
Taxa de crescimento dos salários/custos	1,00%	1,00%
Taxa de crescimento das pensões	0,00%	0,00%
Tábua de mortalidade ativos e pré-reformados	INE 2009-2011	INE 2009-2011
Tábua de mortalidade reformados/rendas	INE 2009-2011   GKF95	INE 2009-2011   GKF95
Tábua de invalidez	EVK 80 - 50%	EVK 80 - 50%
Idade normal de reforma	67 anos, exceto para os casos em que podem antecipar para os 66 ou 65 anos com pelo menos 43 ou 46 anos de descontos para a S.S. aos 65 anos, respetivamente	67 anos, exceto para os casos em que podem antecipar para os 66 ou 65 anos com pelo menos 43 ou 46 anos de descontos para a S.S. aos 65 anos, respetivamente
Método	Unidade de Crédito Projetada	Unidade de Crédito Projetada

## Análise de sensibilidade

### Análise de sensibilidade da taxa de desconto

Unid: € k

	Taxa de desconto	
	4,00%	Δ -0,25%
	749	9
Benefícios de reforma:	129	-
Outros benefícios:	620	9

## 18. Provisões

Não aplicável.

## 19. Instrumentos financeiros derivados

Não aplicável.

## 20. Ativos e passivos financeiros

### Política contabilística

A Empresa classifica os ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias:

- a) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral;
- b) Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado;
- c) Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

A Gestão determina a classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial e reavalia no final de cada período de relato, se e somente se houver uma mudança no modelo de negócios. Para passivos financeiros, a mudança da classificação não é permitida.

### Reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros são reconhecidos na data da sua negociação, ou seja, a data em que a entidade se compromete a adquirir esse ativo e são inicialmente reconhecidos ao justo valor. Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e os ativos financeiros ao justo valor por resultados são subseqüentemente atualizados ao justo valor. As divulgações do justo valor são efetuadas separadamente para cada classe de instrumentos financeiros no fim do período de relato.

### Desreconhecimento

Os ativos financeiros são desreconhecidos da demonstração da posição financeira quando os direitos de receber os fluxos de caixa dos investimentos tenham expirado ou tenham sido transferidos e a Empresa tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou tenha transferido o controlo sobre os ativos.

### Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Um ativo financeiro é mensurado ao justo valor através de outro rendimento integral se: (i) o objetivo inerente ao modelo de negócio utilizado é alcançado, quer pela recolha dos fluxos de caixa contratuais, quer pela venda de ativos financeiros, e (ii) os fluxos de caixa contratuais subjacentes representam apenas pagamentos de capital e juros. Os ativos enquadráveis nesta categoria são inicial e subseqüentemente mensurados ao seu justo valor, sendo as alterações ao seu valor contabilístico registadas por contrapartida de outro rendimento integral, exceto no que respeita ao reconhecimento de perdas por imparidade, juros ou ganhos e perdas cambiais, as quais são reconhecidas na demonstração dos resultados. Quando o ativo correspondente a um instrumento de dívida é desreconhecido, o ganho ou a perda acumulada em outro rendimento integral é reclassificado para resultados.

### Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado

Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado são ativos e passivos financeiros não derivados cujos fluxos de caixa contratuais subjacentes representam apenas os pagamentos do capital e juros (“SPPI”). Se a cobrança/pagamento é esperada dentro de um ano (ou no ciclo operacional normal do negócio, se mais), eles são classificados como ativos/passivos correntes. Caso contrário, são apresentados como ativos/passivos não correntes.

Clientes e Outras contas a receber são reconhecidos inicialmente pelo justo valor. Subseqüentemente são mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa efetiva, menos imparidades.

## Hierarquia de Justo Valor

Em conformidade com as normas contabilísticas uma entidade deve classificar as mensurações de justo valor baseando-se numa hierarquia do justo valor que reflita o significado dos *inputs* utilizados na mensuração. A hierarquia de justo valor segue os seguintes níveis:

- Nível 1 – o justo valor dos ativos ou passivos é baseado em cotações de mercado líquidos ativos à data de referência da posição financeira;
- Nível 2 – o justo valor dos ativos ou passivos é determinado com recurso a modelos de avaliação baseados em *inputs* observáveis no mercado;
- Nível 3 – o justo valor dos ativos ou passivos é determinado com recurso a modelos de avaliação, cujos principais *inputs* não são observáveis no mercado.

De forma geral, o valor contabilístico dos ativos e passivos financeiros aproxima-se do justo valor.

		Unid: € k	
	Notas	2023	2022
<b>Ativos financeiros por categoria:</b>		<b>214 109</b>	<b>218 695</b>
Ativos financeiros não mensurados ao justo valor	11 e 12	143 122	142 885
- menos custos diferidos, adiantamentos a fornecedores e valores a receber do Estado	11	(3 568)	(970)
Caixa e seus equivalentes	13	74 555	76 779

Ativos financeiros ao custo amortizado incluem outros ativos financeiros, clientes e outras contas a receber deduzidas de perdas por imparidade.

		Unid: € k	
	Notas	2023	2022
<b>Passivos financeiros por categoria:</b>		<b>735 125</b>	<b>727 672</b>
Passivos financeiros não mensurados ao justo valor	6, 14 e 15	736 711	728 928
- menos proveitos diferidos e valores a pagar ao Estado	15	(1 586)	(1 256)

Passivos financeiros incluem dívida financeira, responsabilidades por locações, fornecedores e outras contas a pagar.

## 21. Gestão de riscos financeiros

A Empresa encontra-se exposta a vários tipos de risco de mercado inerentes à atividade que conduz. A informação detalhada destes riscos e o impacto dos mesmos no Grupo Floene encontra-se refletido na Nota 22 do anexo às contas consolidadas da Empresa.

## 22. Estrutura de capital

### Capital social

A estrutura acionista da Floene, durante o exercício de 2023, não sofreu alteração, sendo que o capital social permanece em €89 529 141 dividido em 89 529 141 ações, com o valor nominal de um Euro cada uma, encontrando-se integralmente subscrito e realizado pelos seguintes acionistas:

Acionistas	2023		2022	
	%	Nº de ações	%	Nº de ações
	<b>100,00</b>	<b>89 529 141</b>	<b>100,00</b>	<b>89 529 141</b>
Meet Europe Natural Gas, Lda.	22,50	20 144 057	22,50	20 144 057
Allianz Infrastructure Luxembourg II S.à.r.l.	45,51	40 743 759	45,51	40 743 759
Allianz European Infrastructure Acquisition Holding S.à.r.l.	29,50	26 412 050	29,50	26 412 050
Petrolgal, S.A.	2,49	2 229 275	2,49	2 229 275

Unid: € k

### Reservas legais

De acordo com o disposto nos Estatutos da Empresa e no Código das Sociedades Comerciais, a Empresa é obrigada a transferir para a rubrica de Reservas legais, incluída na rubrica Reservas, no Capital próprio, no mínimo, 5% do lucro líquido apurado em cada exercício até que esta atinja os 20% do capital social. A reserva legal não pode ser distribuída aos acionistas, podendo, contudo, em determinadas circunstâncias, ser utilizada para aumentos de capital ou para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas.

Esta rubrica pode ser detalhada da seguinte forma, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Unid: € k	
	2023	2022
	<b>13 614</b>	<b>13 428</b>
Reservas Legais	13 614	13 428

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Empresa reforçou a reserva legal no montante de €186 k.

### Prestações acessórias

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os acionistas da Empresa, na proporção das suas participações, realizaram prestações acessórias no montante de €19 516 k, sujeitas ao regime de prestações suplementares. Estas prestações acessórias destinaram-se ao pagamento em 2021 das obrigações do Grupo Floene relacionadas com a Contribuição Extraordinária para o Setor Energético ("CESE").

Adicionalmente, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os acionistas da Empresa, na proporção das suas participações, realizaram prestações acessórias no montante de €2 072 k, sujeitas ao regime de prestações suplementares, igualmente destinadas ao pagamento em 2023 das obrigações do Grupo Floene relacionadas com a CESE, totalizando as Prestações acessórias, nesta data, o montante de €21 588 k.

## Dividendos

De acordo com a deliberação social unânime por escrito, de 24 de outubro de 2023, foram atribuídos aos acionistas da Empresa dividendos no montante de €15 000 k, tendo sido liquidados em 9 de novembro de 2023.

## 23. Proveitos e ganhos

### Política contabilística

Os proveitos decorrentes de vendas e das prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador ou os serviços são prestados e o montante do proveito correspondente possa ser razoavelmente quantificado. As vendas e as prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos pelo justo valor do montante recebido ou a receber. Os custos e proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de Outras contas a receber e Outras contas a pagar, são registados os custos e os proveitos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde.

As diferenças de câmbio originadas pelos saldos com Fornecedores e Clientes são reconhecidas em resultados operacionais.

O detalhe dos proveitos e ganhos da Empresa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como se segue:

	Notas	2023	2022
		Unid: € k	
<b>Total de proveitos:</b>		<b>56 897</b>	<b>36 977</b>
<b>Prestação de serviços</b>		<b>24 932</b>	<b>22 879</b>
<b>Outros proveitos operacionais:</b>		<b>220</b>	<b>132</b>
Proveitos suplementares		148	131
Outros		72	1
<b>Resultados relativos a participações financeiras em subsidiárias</b>	<b>9</b>	<b>14 996</b>	<b>7 493</b>
<b>Proveitos financeiros</b>	<b>26</b>	<b>16 749</b>	<b>6 474</b>

A rubrica de Prestação de serviços inclui os montantes de €24 286 k e €22 099 k, em 2023 e 2022, respetivamente, que respeitam a serviços de gestão prestados a empresas do Grupo. Estes montantes estão incluídos em Proveitos operacionais na Nota 28.

## 24. Custos e perdas

Os custos e perdas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 detalham-se como segue:

		Unid: € k	
	Notas	2023	2022
<b>Total de custos:</b>		<b>55 918</b>	<b>33 998</b>
<b>Fornecimentos e serviços externos:</b>		<b>10 862</b>	<b>10 868</b>
Outros serviços especializados		4 096	3 559
Deslocações e estadas		381	344
Rendas e alugueres	6	746	841
Combustíveis		216	211
Seguros		149	135
Serviços informáticos		3 662	3 273
Comunicações		447	384
Serviços jurídicos		215	306
Outros custos		950	1 815
<b>Custos com o pessoal</b>	<b>25</b>	<b>13 127</b>	<b>11 038</b>
<b>Amortizações, depreciações e perdas por imparidade de ativos fixos e direitos de uso</b>	<b>4, 5 e 6</b>	<b>1 160</b>	<b>1 189</b>
<b>Outros custos operacionais:</b>		<b>104</b>	<b>76</b>
Outros impostos		3	-
Outros custos		101	76
<b>Custos financeiros</b>	<b>26</b>	<b>30 665</b>	<b>10 827</b>

Do montante de €10 862 k de Fornecimentos e serviços externos, €6 037 k referem-se a serviços prestados pela Galp Energia, S.A. (Nota 28).

## 25. Custos com o pessoal

### Política contabilística

#### Custos com o pessoal

Salários, contribuições para a Segurança Social, férias anuais e baixa por doença, gratificações e benefícios não monetários são reconhecidos no ano em que os serviços associados são prestados pelos empregados da Empresa.

Os custos com o pessoal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 detalham-se como segue:

		Unid: € k	
	Notas	2023	2022
<b>Custos com o pessoal reconhecidos no exercício:</b>	<b>24</b>	<b>13 127</b>	<b>11 038</b>
Capitalização de custos com o pessoal		(670)	(457)
<b>Total de custos:</b>		<b>13 797</b>	<b>11 495</b>
Remunerações dos órgãos sociais		1 020	777
Remunerações do pessoal		4 524	2 661
Encargos sociais		985	767
Pessoal cedido	28	6 240	6 663
Benefícios de reforma - pensões e seguros	17	338	214
Outros seguros		241	157
Outros gastos		449	256
<b>Remunerações dos órgãos sociais:</b>		<b>1 020</b>	<b>777</b>
Remunerações		949	928
Prémios		60	(162)
Subsídios		12	11

O montante de €6 240 k registado na rubrica de Pessoal cedido inclui o custo de €6 600 k de pessoal cedido por empresas do Grupo e o proveito de €360 k referente a pessoal cedido a empresas do Grupo, estando estes montantes incluídos em Custos operacionais na Nota 28.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o número médio de colaboradores ao serviço da Empresa, incluindo pessoal cedido, foi de 152 e 146 respetivamente.

## 26. Proveitos e custos financeiros

### Política contabilística

Os proveitos e custos financeiros incluem juros suportados relativos a empréstimos externos, empréstimos de/a partes relacionadas e locações. Outros proveitos e custos financeiros resultantes de outros ativos ou passivos financeiros não estão incluídos nesta rubrica.

Os encargos financeiros com empréstimos obtidos são registados como custo financeiro de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros, resultantes de empréstimos contraídos, genéricos e específicos, para financiar os investimentos em ativos fixos, são imputados a ativos fixos em curso, na proporção dos gastos totais incorridos naqueles investimentos líquidos de recebimentos de subsídios ao investimento, até à entrada em funcionamento dos mesmos. Os restantes são reconhecidos na rubrica de Custos financeiros na demonstração dos resultados do exercício. Os eventuais proveitos por juros obtidos com empréstimos diretamente relacionados com o financiamento de ativos fixos em construção são deduzidos aos encargos financeiros capitalizáveis.

Os encargos financeiros incluídos nos ativos fixos são depreciados de acordo com o período de vida útil dos bens respetivos.

O detalhe do valor apurado relativamente a proveitos e custos financeiros para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

		Unid: € k	
	Notas	2023	2022
		<b>(13 916)</b>	<b>(4 353)</b>
<b>Proveitos financeiros:</b>		<b>16 749</b>	<b>6 474</b>
Juros de depósitos bancários		5 155	19
Juros obtidos e outros proveitos relativos a partes relacionadas	28	10 604	6 454
Outros proveitos financeiros		990	-
<b>Custos financeiros:</b>		<b>(30 665)</b>	<b>(10 827)</b>
Juros de empréstimos, descobertos bancários e outros		(24 658)	(8 871)
Juros relativos a locações	6	(4)	(3)
Juros relativos a locações - partes relacionadas	6 e 28	(69)	(74)
Outros juros e encargos suportados - partes relacionadas	28	(1 819)	(82)
Ganhos/(Perdas) cambiais líquidas		(1)	-
Custos com emissão de empréstimo obrigacionista		(2 831)	-
Outros custos financeiros		(1 284)	(1 797)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a rubrica de Juros de depósitos bancários apresenta o montante de €5 155 k, referente a juros decorrentes de aplicações em depósitos a prazo.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a rubrica de Juros de empréstimos, descobertos bancários e outros apresenta o montante de €24 658 k, referentes essencialmente a juros decorrentes dos novos financiamentos obtidos (ver Nota 14).

## 27. Ativos e passivos contingentes

Não aplicável.

## 28. Transações com partes relacionadas

### Política contábilística

Uma parte relacionada é uma pessoa ou entidade que cumpra os seguintes requisitos:

- a)** uma pessoa ou um membro íntimo da sua família é relacionado com uma entidade relatora se:
  - (i) tiver o controlo ou controlo conjunto da entidade relatora; (ii) tiver uma influência significativa sobre a entidade relatora; ou (iii) for membro do pessoal-chave da gerência da entidade relatora ou de uma empresa-mãe dessa entidade relatora;
  
- b)** uma entidade é relacionada com uma entidade relatora se estiver cumprida qualquer uma das seguintes condições: (i) a entidade e a entidade relatora são membros de um mesmo grupo (o que implica que as empresas-mãe, subsidiárias e subsidiárias colegas estão relacionadas entre si); (ii) uma entidade é associada ou constitui um empreendimento comum da outra entidade (ou é associada ou constitui um empreendimento comum de um membro de um grupo a que pertence a outra entidade); (iii) ambas as entidades são empreendimentos comuns da mesma parte terceira; (iv) uma entidade representa um empreendimento comum da entidade terceira e a outra entidade é associada da entidade terceira; (v) a entidade é um plano de benefícios pós-emprego a favor dos empregados da entidade relatora ou de uma entidade relacionada com a entidade relatora. Se uma entidade relatora for ela própria um plano desse tipo, os empregadores promotores são também relacionados com a entidade relatora; (vi) a entidade é controlada ou conjuntamente controlada por uma pessoa identificada na alínea a); e (vii) uma pessoa identificada na alínea a) (i) detém uma influência significativa sobre a entidade ou é membro do pessoal-chave da gerência da entidade (ou de uma empresa-mãe da entidade).

Os saldos e transações com entidades relacionadas a 31 de dezembro de 2023 podem ser resumidos como se segue:

## Saldos Ativos

Unid: € k

	Total	Corrente			Não corrente
		Clientes (Nota 11)	Outras contas a receber (Nota 11)	Acréscimos e diferimentos (Nota 11)	Empréstimos concedidos (Nota 12)
<b>Saldos ativos:</b>	<b>139 249</b>	<b>6 591</b>	<b>31</b>	<b>5 381</b>	<b>127 246</b>
Empresas do Grupo Floene	139 224	6 566	31	5 381	127 246
Empresas do Grupo Galp	25	25	-	-	-

Para informação comparativa, consultar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

## Saldos Passivos

Unid: € k

	Total	Corrente			
		Fornecedores (Nota 15)	Empréstimos obtidos (Nota 15)	Impostos correntes (Nota 16)	Acréscimos e diferimentos (Nota 15)
<b>Saldos passivos:</b>	<b>44 621</b>	<b>5 110</b>	<b>35 619</b>	<b>2 598</b>	<b>1 294</b>
Empresas do Grupo Floene	38 616	399	35 619	2 598	-
Empresas do Grupo Galp	6 005	4 712	-	-	1 294

Para informação comparativa, consultar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

## Transações

Unid: € k

	Custos operacionais (Notas 24 e 25)	Proveitos operacionais (Nota 23)	Custos financeiros (Nota 26)	Proveitos financeiros (Nota 26)
Empresas do Grupo Floene	(6 240)	24 389	(1 819)	10 604
Empresas do Grupo Galp	(6 318)	29	(69)	-

Para informação comparativa, consultar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Do montante de €6 318 k, €6 037 k referem-se a serviços prestados pela Galp Energia, S.A. (Nota 24).

## 29. Informação sobre matérias ambientais

Não aplicável.

## 30. Eventos subsequentes

No dia 8 de março de 2024, a Empresa formalizou um Programa de Papel Comercial, num montante de €79 000 k, com o objetivo de reforçar a sua posição financeira. O Programa de Papel Comercial tem um prazo de 4 anos (a partir da data da primeira emissão) e tem uma taxa de juro variável, indexada Euribor e a um *spread* contratualizado. No dia 24 de abril de 2024, a Empresa reembolsou antecipadamente o Empréstimo Obrigacionista de €70 000k, que vencia no dia 1 de agosto de 2024 (Nota 14), com recurso a Caixa e seus equivalentes.

Não ocorreram eventos subsequentes adicionais após 31 de dezembro de 2023 com impacto relevante nas demonstrações financeiras anexas.

## 31. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 24 de abril de 2024. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

### O Conselho de Administração

---

**Diogo António Rodrigues da Silveira**

Presidente

---

**Gabriel Nuno Charrua de Sousa**

Vogal

---

**Roxana Tataru**

Vogal

---

**Satoshi Kanomata**

Vogal

---

**Karl Klaus Liebel**

Vogal

---

**Pedro Álvaro de Brito Gomes Doutel**

Vogal

---

**Ippei Kojima**

Vogal

---

**Carlos Miguel Faria da Silva**

Vogal

---

**Nuno Luís Mendes Holbech Bastos**

Vogal

### Contabilista Certificado

---

**Ana Maria Serafim de Brito Mousinho**

## Anexo IV – Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Exmos. Senhores Acionistas,

Em conformidade com o disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e da alínea g) do n.º 1 do artigo 6.º do Regulamento do Conselho Fiscal da Floene Energias, S.A. (Floene), vem este órgão apresentar o relatório sobre a ação fiscalizadora desenvolvida no exercício de 2023 e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas e demais elementos de prestação de contas, apresentados pelo Conselho de Administração, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

### 1. Relatório anual sobre a ação fiscalizadora

No âmbito das competências que lhe estão atribuídas como órgão de fiscalização da Sociedade, o Conselho Fiscal procedeu, no decorrer do período de 2023, ao acompanhamento da gestão e dos resultados da Sociedade, em especial no que respeita:

- ao cumprimento e controlo das políticas e estratégias definidas pelo Conselho de Administração;
- à observância das disposições legais, regulamentares e estatutárias;
- à adequação das políticas, critérios e práticas contabilísticas adotados e ao processo de preparação da informação financeira;
- à eficácia dos sistemas de controlo interno.

Por não se tratar de uma Entidade de Interesse Público, nos termos do Art.º 3.º da Lei n.º 148/2015 de 9 de setembro, dado que a Floene é emitente em mercado regulamentado, mas fora de Portugal, o Conselho Fiscal está, no entanto, obrigado aos seguintes deveres, em conformidade com a Lei (EU) 537/2014 e com o Código IESBA:

- informar o órgão de administração dos resultados da Revisão Legal de Contas (individual) e explicar o modo como esta contribuiu para a integridade do processo de preparação e divulgação de informação financeira, bem como o papel que o Conselho Fiscal desempenhou nesse processo;

- acompanhar o processo de preparação e divulgação de informação financeira individual e apresentar recomendações ou propostas para garantir a sua integridade;
- fiscalizar a eficácia dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco, no que respeita ao processo de preparação e divulgação de informação financeira, sem violar a sua independência;
- acompanhar a Revisão Legal de Contas anuais (individuais), nomeadamente a sua execução, tendo em conta as eventuais constatações e conclusões da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), enquanto autoridade competente pela supervisão de auditoria;
- verificar e acompanhar a independência do Revisor Oficial de Contas e da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas nos termos legais, incluindo o artigo 6.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e, em especial, verificar a adequação e aprovar a prestação de outros serviços, caso aplicável, para além dos serviços de auditoria, nos termos do artigo 5.º do referido regulamento; e
- seleccionar os Revisores Oficiais de Contas ou Sociedades de Revisores Oficiais de Contas a propor à Assembleia Geral para eleição e recomendar justificadamente a preferência por um deles, nos termos do artigo 16.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014.

Para o efeito, o Conselho Fiscal desenvolveu designadamente, no período em apreço, as seguintes ações:

- analisou as normas internas vigentes e respetivas atualizações;
- acompanhou a revisão da estrutura organizativa da Sociedade, bem como o funcionamento das suas principais unidades orgânicas;
- acompanhou o desenvolvimento das iniciativas e projetos relevantes para a atividade da Sociedade;
- analisou a informação obtida das principais áreas responsáveis pela preparação e divulgação da informação financeira;
- participou na reunião com o Conselho de Administração que teve por objeto matérias relacionadas com as atribuições do Conselho Fiscal, em que foram apreciadas as Demonstrações Financeiras e a evolução da atividade da Sociedade;

- reuniu, quando necessário, com os primeiros responsáveis das Direções, para informação e esclarecimento sobre aspetos específicos da gestão da Sociedade;
- analisou, caso aplicável, os pedidos de aprovação prévia de serviços distintos de auditoria feitos pelo Revisor Oficial de Contas e garantiu o cumprimento das regras de independência que devem pautar a prestação destes serviços;
- analisou a confirmação de independência preparada pelo Revisor Oficial de Contas nos termos do artigo 11.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014;
- reuniu, quando necessário, com o Revisor Oficial de Contas PWC-PricewaterhouseCoopers & Associados SROC S.A. (PWC) inteirando-se das principais conclusões e recomendações pelos mesmos formuladas, no âmbito do desempenho das respetivas atribuições.

O Conselho Fiscal realizou, na execução das tarefas acima, treze reuniões, de maio de 2023 a abril de 2024. No âmbito da interação com membros dos órgãos de gestão, reuniu, por diversas ocasiões, com:

- o Presidente do Conselho de Administração;
- o Presidente da Comissão Executiva;
- o Administrador Executivo responsável pela área financeira e de IT;
- os Responsáveis das Direções de:
  - Auditoria Interna;
  - Comercial;
  - Estratégia e Transição Energética;
  - Financeira;
  - Gestão de Ativos;
  - Gestão da Transformação (no âmbito de contrato de prestação de serviços em vigor com a Galp Energia, S.A.);
  - Relações com Investidores, Risco, Responsabilidade Social, Ambiental e de Governo;
  - Sistemas de Informação;
- a PWC.

Através das referidas reuniões, o Conselho Fiscal acompanhou, em particular:

- a situação financeira da sociedade e o sistema de gestão de risco do Grupo Floene;
- os principais processos no setor energético com possível impacto nas demonstrações financeiras do Grupo, essencialmente os que se referem à contribuição extraordinária sobre o setor energético (CESE);
- as atividades do departamento de auditoria interna do Grupo Floene, com especial ênfase no cumprimento do seu plano anual de auditoria, reporte de deficiências e acompanhamento dos planos de ação para a sua resolução;
- as atividades da PWC quanto aos aspetos relacionados com o planeamento dos trabalhos, reporte de interino e conclusões e reporte final da auditoria, incluindo o detalhe dos riscos mais significativos identificados e da metodologia aplicada para a abordagem dos referidos riscos e das recomendações relativas a situações relatadas no âmbito do Controlo Interno que merecem a atenção da Gestão.

Adicionalmente, procedeu à monitorização da aplicação do Código de Ética e Conduta através da Comissão de Ética e Conduta (CEC), por si nomeada.

Para além disso, participou de forma ativa nos Comitês internos:

- de Direção;
- de Risco & Controlo Interno;
- de Transformação, Inovação & IT;

dando atenção regular ao processo de transição dos sistemas de informação e à evolução das etapas previstas no TSA.

O Conselho Fiscal examinou, além disso, nos termos do Art.º 452 do Código das Sociedades Comerciais:

- a demonstração da posição financeira individual e consolidada, a demonstração de resultados e do outro rendimento integral individual e consolidada, a demonstração, individual e consolidada, das alterações no capital próprio, a demonstração individual e consolidada dos fluxos de caixa e as notas anexas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2023;
- o relatório de gestão do Conselho de Administração respeitante ao período de 2023;
- as Certificações Legais de Contas, individuais e consolidadas, elaboradas pelo Revisor Oficial de Contas, emitidas sem reservas, com referência ao relato da auditoria ao período findo em 31 de dezembro de 2023

## 2. Parecer sobre o relatório, contas e proposta apresentados pela Administração

Face ao exposto, o Conselho Fiscal é de parecer que:

- as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas e o Relatório de Gestão estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis e dão uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados individuais e consolidados da Sociedade;
- o Relatório de Gestão expõe de forma rigorosa a evolução dos negócios e da Sociedade, encontrando-se em concordância com as contas do período;

pelo que recomenda, conseqüentemente, a sua aprovação na Assembleia Geral anual de acionistas, bem como da proposta de aplicação do resultado líquido individual, contida no mencionado Relatório de Gestão.

Finalmente, o Conselho Fiscal manifesta o seu agradecimento e apreço ao Conselho de Administração, aos Serviços da Sociedade e ao Revisor Oficial de Contas, pela colaboração e disponibilidade sempre proporcionadas.

Lisboa, 26 de abril de 2024

### O Conselho Fiscal

---

**Pedro Fontes Falcão**

Presidente

---

**José Carlos Carvalho Brites**

Vogal

---

**João Albino Cordeiro Augusto**

Vogal



## Anexo V a) – Certificação legal de contas – Consolidado



### **Certificação Legal das Contas**

#### **Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas**

##### **Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Floene Energias, S.A. (o Grupo), que compreendem a demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 1.332.616 milhares de euros e um total de capital próprio de 259.581 milhares de euros, incluindo um resultado líquido consolidado do exercício de 17.025 milhares de euros), a demonstração dos resultados e do outro rendimento integral consolidados, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras consolidadas, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da Floene Energias, S.A. em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

##### **Bases para a opinião**

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

##### **Matérias relevantes de auditoria**

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

---

##### **PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.**

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal  
 Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal  
 Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt  
 Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000  
 Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

**Matérias relevantes de auditoria****Síntese da abordagem de auditoria****Ativos de concessão**

Divulgações relacionadas com ativos intangíveis apresentadas nas notas 2 e 6 das demonstrações financeiras consolidadas.

Em 31 de dezembro de 2023, a rubrica de Ativos intangíveis ascende a 1.120.442 milhares de euros (1.127.729 milhares de euros em 31 de dezembro de 2022) e corresponde, maioritariamente, aos ativos construídos e/ou adquiridos ao abrigo das licenças e dos contratos de concessão que o Grupo celebrou com o Estado Português, e que se encontram contabilizados em conformidade com o modelo do Ativo intangível definido na IFRIC 12 – Contratos de concessão.

De acordo com os referidos contratos e licenças, salvo se a lei desobrigar, o Estado Português deverá indemnizar as empresas do Grupo, no final do prazo de cada concessão, pelo montante correspondente ao valor líquido contabilístico dos ativos afetos às concessões.

Tendo em consideração a relevância do valor líquido dos ativos intangíveis no total do ativo nas demonstrações financeiras consolidadas, bem como a relevância que a recuperação dos mesmos poderá ter na continuidade das operações das empresas do Grupo a médio e longo prazo, os ativos de concessão, nomeadamente o seu reconhecimento inicial e mensuração subsequente, foram considerados como matéria relevante de auditoria.

De forma a assegurar o correto reconhecimento e mensuração dos Ativos intangíveis afetos a concessões, foram realizados, entre outros, os seguintes procedimentos:

- entendimento e avaliação do processo de controlo interno associado à gestão dos ativos intangíveis e de compras, nomeadamente no que se refere às políticas de aprovação de investimentos e respetiva monitorização;
- obtenção, junto dos serviços do Grupo, do detalhe dos ativos intangíveis afetos a concessões, com indicação de valor, data de aquisição, vida útil e amortizações acumuladas e do exercício, quando aplicável;
- realização de reuniões com a Gestão, no sentido de monitorizar o acompanhamento realizado sobre o valor líquido e recuperabilidade dos ativos afetos às concessões, nomeadamente para os ativos cujas vidas úteis se apresentam superiores ao prazo das respetivas licenças de exploração/contratos de concessão;
- leitura das atas da Comissão Executiva e do Conselho de Administração das várias empresas do Grupo, de forma a validar os projetos de investimento existentes;
- realização de procedimentos substantivos de auditoria sobre os ativos afetos às concessões de forma a corroborar a sua correta classificação, o seu reconhecimento inicial e mensuração subsequente, bem como o correto corte das operações.

Verificámos ainda a adequação das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas, considerando os requisitos do normativo contabilístico aplicável.

---

**Matérias relevantes de auditoria**
**Síntese da abordagem de auditoria**


---

**Reconhecimento do rédito e desvio tarifário**

Divulgações relacionadas com o reconhecimento do rédito e desvio tarifário apresentadas nas notas 2, 12, 16 e 25 das demonstrações financeiras consolidadas.

Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo apresenta desvios tarifários, ativos e passivos, respetivamente, nos montantes de 46.998 milhares de euros e 2.716 milhares de euros.

Atendendo à legislação e de acordo com os parâmetros regulatórios aplicáveis e publicados pela ERSE (Entidade Reguladora do Setor Energético), o rédito da atividade de distribuição e comercialização de gás é reconhecido com base no proveito permitido definido no início de cada período regulatório. Os desvios tarifários apurados em cada exercício, que correspondem à diferença entre os proveitos efetivamente faturados e os proveitos permitidos estimados, são reconhecidos nas rubricas de outras contas a receber e outras contas a pagar, consoante aplicável. Eventuais ajustamentos resultantes dos valores finais dos proveitos permitidos publicados pela ERSE são incorporados no cálculo dos proveitos permitidos do segundo ano gás subsequente ao ano civil a que dizem respeito.

Face à relevância dos valores em causa e à tempestividade da sua recuperação, consideramos o reconhecimento do rédito de atividades reguladas e o desvio tarifário associado como matéria relevante de auditoria.

De forma a assegurar o correto reconhecimento do rédito de atividades reguladas e a correta mensuração dos desvios tarifários, foram realizados, entre outros, os seguintes procedimentos de auditoria:

- entendimento do enquadramento regulatório aplicável;
- obtenção junto dos serviços do Grupo do cálculo dos desvios tarifários e conciliação dos valores dele constantes com as diversas fontes de informação existentes, nomeadamente as publicações efetuadas pela ERSE;
- procedimentos substantivos de auditoria tendentes a validar os montantes faturados pelo Grupo, nomeadamente no que diz respeito à sua atividade regulada;
- realização de procedimentos analíticos com vista à validação da estimativa para os valores de desvios tarifários do exercício e respetiva classificação, tendo por base a informação publicada pela ERSE e os montantes de faturação emitida pelo Grupo.

Verificámos ainda a adequação das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas, considerando os requisitos do normativo contabilístico aplicável.

---

**Matérias relevantes de auditoria****Síntese da abordagem de auditoria**

---

**Litígios e contingências fiscais**

*Divulgações relacionadas com litígios e contingências fiscais apresentadas nas notas 17, 19, 29 e 32 das demonstrações financeiras consolidadas.*

A dimensão e estrutura do Grupo origina um acréscimo na complexidade do registo dos impostos nas demonstrações financeiras do Grupo. Consequentemente, o Grupo tem diversas questões fiscais em aberto, nomeadamente resultantes de processos de inspeção fiscal e litígios em curso, incluindo os relativos à Contribuição Extraordinária sobre o Sector Energético "CESE", registando provisões sempre que considera que é provável um desfecho desfavorável ao Grupo, de acordo com o preconizado na IAS 37. A avaliação da probabilidade de desfecho é suportada no parecer dos seus assessores jurídicos e fiscais assim como no julgamento efetuado pela Gestão relativamente a estas matérias. A 31 de dezembro de 2023 o montante de provisões apresentado nas demonstrações financeiras consolidadas ascende a 84.060 milhares de euros (2022: 81.069 milhares de euros).

A relevância deste assunto na nossa auditoria resulta da complexidade e do nível de julgamento inerente às matérias em questão, assim como ao nível da imprevisibilidade associada ao respetivo desfecho.

Os procedimentos de auditoria realizados, entre outros, incluíram:

- obtenção da listagem detalhada das contingências fiscais e legais em aberto, categorizada pela probabilidade de desfecho;
- compreensão dos processos de contingências fiscais e legais;
- obtenção e análise das respostas aos pedidos de confirmação de advogados externos;
- inquérito à Gestão e aos responsáveis da área legal e fiscal sobre as estimativas e julgamentos efetuados.

Verificámos também a adequação das divulgações apresentadas nas notas às demonstrações financeiras consolidadas, considerando os requisitos do normativo contabilístico aplicável.

**Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas**

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- g) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- h) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- i) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

**Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares****Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

26 de abril de 2024

PricewaterhouseCoopers & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
representada por:

Rita da Silva Gonçalves dos Santos, ROC n.º 1681  
Registado na CMVM com o n.º 20161291

## Anexo V b) – Certificação legal de contas – Individual



### **Certificação Legal das Contas**

#### **Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras**

##### **Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Floene Energias, S.A. (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 879.323 milhares de euros e um total de capital próprio de 139.266 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 3.579 milhares de euros), a demonstração dos resultados e do outro rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Floene Energias, S.A. em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

##### **Bases para a opinião**

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

##### **Matérias relevantes de auditoria**

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

---

**PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.**  
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal  
Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal  
Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, [www.pwc.pt](http://www.pwc.pt)  
Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000  
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

---

**Matérias relevantes de auditoria**
**Síntese da abordagem de auditoria**


---

**Valorização de participações financeiras**

*Divulgações relacionadas com participações financeiras apresentadas nas notas 2 e 9 das demonstrações financeiras.*

Em 31 de dezembro de 2023, a Floene Energias, S.A. detém participações financeiras em subsidiárias no valor de 640.422 milhares de euros, as quais se encontram mensuradas ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade.

Estas participações financeiras devem ser sujeitas a testes de imparidade sempre que existam indícios ou alterações nas circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual se encontram escrituradas possa não ser recuperável. Para esse efeito, o valor recuperável é determinado pelo seu valor de uso, de acordo com o método dos fluxos de caixa descontados.

O cálculo do valor recuperável requer a utilização de estimativas e pressupostos por parte da Gestão que dependem de previsões económicas e de mercado, nomeadamente no que se refere a *cash-flows* futuros, taxas de crescimento na perpetuidade e taxas de desconto a utilizar.

A relevância deste assunto na nossa auditoria resulta dos elevados montantes envolvidos e da potencial complexidade e nível de julgamento associado aos modelos de imparidade, quando existam indicadores de imparidade associados às referidas participações financeiras.

Para assegurar a correta valorização das participações financeiras foram efetuados, entre outros, os seguintes procedimentos de auditoria:

- avaliação da existência de indícios de imparidade nas participações financeiras; e
- obtenção e análise dos testes de imparidade das participações financeiras, nos casos aplicáveis.

A análise dos testes de imparidade, baseados em modelos de fluxos de caixa descontados, envolveu, se e quando aplicável, os seguintes procedimentos:

- verificação da exatidão aritmética do modelo;
- aferição da razoabilidade das projeções de fluxos de caixa futuros comparando com a *performance* histórica;
- avaliação da adequação da taxa de desconto utilizada; e
- avaliação das estimativas e julgamentos assumidos pela Gestão, subjacentes aos pressupostos relevantes que suportam o modelo.

Verificámos também a adequação das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras, considerando os requisitos do normativo contabilístico aplicável.

---

**Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- g) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- h) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

### **Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares**

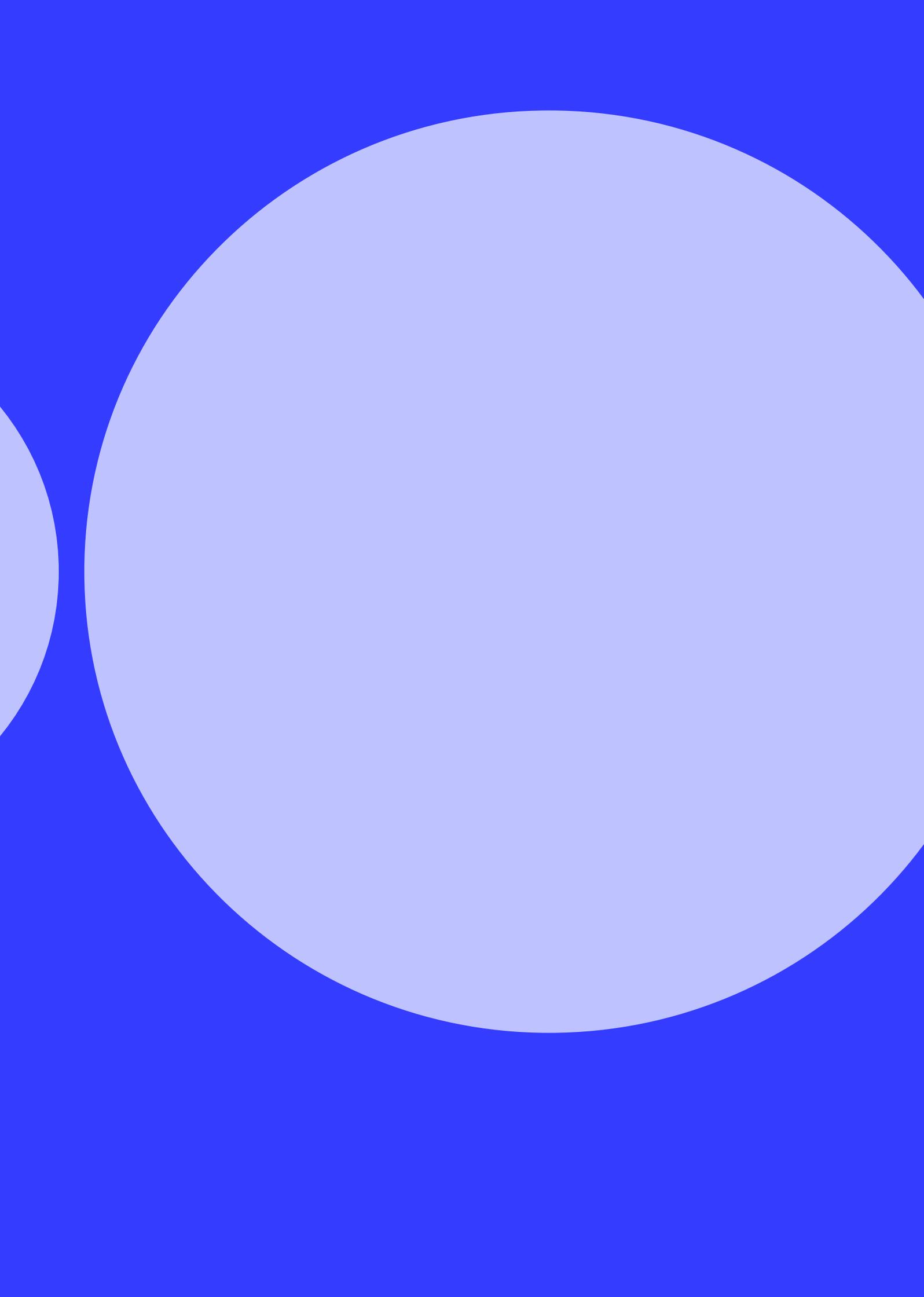
#### **Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

26 de abril de 2024

PricewaterhouseCoopers & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
representada por:

Rita da Silva Gonçalves dos Santos, ROC n.º 1681  
Registado na CMVM com o n.º 20161291





# Glossário

# Glossário

## Glossário financeiro

### SIGLAS

#### ADG

Atividade de Distribuição de Gás

#### CAPEX

*Capital Expenditure* (investimento na aquisição e/ou melhoria de ativos tangíveis e intangíveis)

#### CESE

Contribuição Extraordinária para o Setor Energético

#### CMVM

Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

#### CSC

Código das Sociedades Comerciais

#### EBIT

*Earnings Before Interest and Taxes* (resultado operacional)

#### EBITDA

*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* (resultado operacional, excluindo custos com amortizações/depreciações)

#### EMTN

*Euro Medium Term Notes*

#### FCA

*Financial Conduct Authority*

#### FEDER

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

#### IAS

International Accounting Standard (Normas Internacionais de Contabilidade)

#### IASB

International Accounting Standard Board

#### IASC

International Accounting Standards Committee

#### IFRIC

International Financial Reporting Interpretations Committee

#### IFRS

*International Financial Reporting Standards* (Normas Internacionais de Relato Financeiro)

#### OPEX

*Operational Expenditure* (gastos de operação e manutenção)

#### OT

Obrigações do Tesouro

#### RAB

*Regulatory Asset Base* (Base de Ativos Regulados)

#### RCSD

Rácio de Cobertura do Serviço da Dívida

#### RETGS

Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades

#### RoR

*Rate of Return* (Taxa de Remuneração)

#### SIC

*Standing Interpretation Committee*

#### S&P

*Standard & Poor's* – agência de *rating* financeiro

#### SPPI

*Solely Payments of Principal & Interest*

#### TOS

Taxa de Ocupação do Subsolo

#### WACC

*Weighted Average Cost of Capital*

## Glossário técnico

### SIGLAS

**AA 1000 Stakeholders Engagement Standard**

Normativo para a avaliação, conceção, implementação e comunicação para um envolvimento de qualidade com as partes interessadas

**AAR**

Acessos à Rede

**APA**

Agência Portuguesa do Ambiente

**APCER**

Associação Portuguesa de Certificação

**APE**

Associação Portuguesa de Energia

**APEG**

Associação Portuguesa de Empresas de Gás

**AP2H2**

Associação Portuguesa para a Promoção do Hidrogénio

**ATEX**

Atmosferas Explosivas

**BCSD**

Business Council for Sustainable Development Portugal

**BIP**

Biomethane Industrial Partnership

**CIP**

Confederação Empresarial de Portugal

**COSO**

*Internal Control Integrated Framework*

**CURr**

Comercializador de Último Recurso retalhista

**DEFRA**

*Department for Environment, Food and Rural Affairs*

**DGEG**

Direção Geral de Energia e Geologia

**EBA**

European Biogas Association

**EMI**

Estação de Medição e Integração

**ERSE**

Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos

**FTE**

*Full-Time Equivalent*

**GD4S**

Gas Distributors for Sustainability

**GEE**

Gases com Efeito de Estufa

**GHG Protocol**

*Greenhouse Gas Protocol*

**GRI**

*Global Reporting Initiative*

**IGU**

Internacional Gas Union

**IPCC AR5**

*Fifth Assessment Report (AR5) of the Intergovernmental Panel on Climate Change – Quinto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas*

**ISAE**

Norma Internacional sobre Trabalhos de Garantia de Fiabilidade

**ISQ**

Centro de Interface e Tecnologia

**ITIL**

*Information Technology Infrastructure Library*

**LDAR**

*Leak Detection and Repair*

**MRV**

*Monitoring, Reporting and Verification*

**NIR**

*National Inventory Report*

**PDIRD-G 2022**

Plano Quinquenal Indicativo de Desenvolvimento e Investimento nas Redes de Distribuição de Gás para o período 2023-2027

**PPEC**

Plano de Promoção da Eficiência no Consumo

**PRM**

Posto de Redução e Medição

**PRP**

Posto de Regulação de Pressão

**QHSSE**

*Quality, Health, Safety, Security and Environmental*

**RAIE**

Regulamento relativo à Apropriação Indevida de Energia

**Ready4H2**

*Iniciativa Ready for Hydrogen*

**RPA**

Automatização de Processos Robóticos

**RQS**

Regulamento da Qualidade de Serviço do Setor Elétrico e do Setor do Gás Natural

**RSB**

Regimento de Sapadores Bombeiros

**SDO**

Substâncias Depletoras da Camada do Ozono

**TRI**

*Total Recordable Incidents*

**UAG**

Unidades Autónomas de Gás

## RELATÓRIO E CONTAS 2023

### Floene

Rua Tomás da Fonseca, Torre C  
1600-209 Lisboa, Portugal  
floene.pt

N.P.C./M.C.R.C. 509 148 247  
Capital social 89 529 141 euros

### Produção gráfica:

Choice – Comunicação Global, Lda.  
choice@choice.pt  
[www.choice.pt](http://www.choice.pt)

### Edição:

Abril de 2024



**FL**  **ENE**

DISTRIBUÍMOS ENERGIAS DE FUTURO

[floene.pt](http://floene.pt)